

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

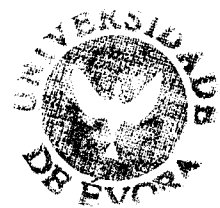
**AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA URBANA
PROGRAMA POLIS – UM INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO
E REQUALIFICAÇÃO URBANA (Portalegre e Cacém)**



Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ecologia Humana, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Manuel Chagas Henriques de Jesus.

Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri

Lic. Vítor José Rodrigues Henriques
Novembro de 2004



168 683

**À memória de
minha Mãe**

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Instituição que ministrou este Mestrado, ao seu Director e restante Corpo Docente pela contribuição que deram à realização deste trabalho.

Destaco o Orientador pelo facto de ter aceite a direcção desta dissertação. Com o seu entusiasmo e os seus estímulos é o primeiro responsável pela conclusão da mesma. Ao longo destes tempos, muitas vezes conversámos sobre os diferentes temas, em sua casa, na Universidade Nova e nas viagens a Évora e Portalegre. O ambiente, a qualidade de vida urbana, a requalificação urbana e a arquitectura, sua nova paixão, eram os temas de discussão com que conseguiu contagiar-me. Ao Professor Carlos Jesus o meu público agradecimento pelos ensinamentos, confiança e amizade que sempre me dispensou. Quero lembrar ainda os colegas de Mestrado, Ana, Francisco e Marta com quem partilhei estes anos.

Quero manifestar também os meus agradecimentos às Pessoas e Instituições que muito contribuíram para a concretização do trabalho.

Destaco a Câmara Municipal de Portalegre, na pessoa do seu Presidente Engenheiro José Fernandes da Mata Cáceres que teve a amabilidade de me receber. A Arquitecta Ana Pestana pela disponibilidade que sempre demonstrou, compartilhando o grande conhecimento da cidade e facultando informações de diferentes projectos relativos à autarquia e ao Programa Polis. O Dr. Hermínio Barata, da Parque Expo, pelos conhecimentos que me foi transmitindo e pelo apoio prestado na informação sobre o Polis do Cacém. O Arquitecto Vasco Massapina por me ter fornecido os elementos relativos ao Projecto Urbanístico de Requalificação da Moagem. A Dr. Filomena Morgado, Directora do Parque Natural da Serra de S. Mamede pela informação prestada e disponibilizada sobre o Parque.

Agradeço ainda à minha mulher, companheira solidária que sempre me apoiou e encorajou nos momentos de maior desânimo; ao Pedro e ao Ricardo, pela solidariedade e cumplicidades; ao Luís, à Graça e à Guida pelo apoio concedido e por me terem substituído em tarefas que me competiam; aos amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este projecto se tornasse realidade.

Reconheço que sem o contributo de todos, a conclusão desta dissertação estaria comprometida.

AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA URBANA. PROGRAMA POLIS – UM INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA (PORTALEGRE E CACÉM)

RESUMO

O Ambiente e a Qualidade de Vida Urbana são hoje uma temática de grande importância no planeamento e no ordenamento do território. O país sempre foi carente em instrumentos de gestão do território, mas apesar de terem sido poucos os planos, a execução ou aplicação destes, foi ainda menor.

O Programa Polis surgiu em 1999 como um novo instrumento de planeamento e requalificação urbana, com o objectivo de tornar as cidades mais bonitas, mais saudáveis e equilibradas, transformando-as em espaços onde valha a pena viver. O Programa encontra-se já em execução nos centros urbanos por ele contemplados e é esperado que produza um impacte profundo na realidade física e na vivência dessas cidades. O seu modelo descontinuado, preciso nas acções e envolvendo várias entidades, poderá ser entendido como a aplicação, um pouco por todo país, da experiência adquirida na execução do projecto de requalificação da área da "Expo 98".

O trabalho apresentado tem como objectivo a comparação da aplicação do Programa Polis a dois espaços urbanos distintos: Portalegre, representativo de um centro urbano médio do interior, com razoáveis indicadores de bem-estar e qualidade de vida; o Cacém, núcleo da Área Metropolitana de Lisboa, com níveis baixos de qualidade de vida e bem-estar, associados a alguma insegurança e má qualidade ambiental.

O centro urbano de Portalegre, detalhadamente analisado, foi escolhido por se tratar de uma cidade média do interior mas pólo de atracção regional, em posição transfronteiriça e com um importante núcleo antigo desvalorizado. Estima-se que as intervenções nesta cidade, aplicadas a uma área de cerca de 70 hectares, requalifiquem e valorizem as zonas degradadas da cidade e os equipamentos culturais e de lazer, de modo a atrair quadros superiores qualificados e a promover a dinamização turística da cidade e da região.

O centro urbano do Cacém, abordado apenas como caso de comparação de intervenção Polis, representa um espaço urbano caótico e desordenado, desenvolvido recentemente a partir de um pequeno núcleo rural já extinto. As acções contempladas pelo Polis, numa área de cerca de 46 hectares, visam a requalificação ambiental da ribeira, a qualificação do novo desenho urbano, a

estruturação das acessibilidades em articulação com a rede de transportes públicos e o desenvolvimento de uma nova centralidade.

A execução das várias intervenções contempladas neste instrumento de gestão territorial dará, certamente, um forte contributo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar nas duas cidades, contribuindo deste modo para a sua sustentabilidade.

Palavras-Chave: Ecologia Humana, Qualidade de Vida e Bem-Estar Urbanos, Sustentabilidade, Programa Polis, Portalegre, Cacém.

Environment and quality of urban life. Polis project – An instrument of urban planing an requalification (Portalegre and Cacém)

ABSTRACT

The environment and quality of urban life are nowadays a subject of great importance in the planing and ordenance of territory. In Portugal the instruments of territory management have always been scarce, and the few ordenace plans proposed were barely executed.

The Polis Program started in 1999 as a new instrument of urban planing and requalification in an attempt to make cities more pleasant, healthier and balanced and transforming them into more liveable places. The Program in already under application in all its benefited urban centres and there are expectations that it will produce deep effects in the physical configuration and daily living in those cities. Its flexible and non-linear model, with accurate actions and involving several entities, can be regarded as an use of the experience acquired with the execution of the requalification project of the area where took place the Universal Exposition of Lisbon in 1998 ("Expo 98").

This work aims to compare the execution of the Polis Program in two distinct urban areas: Portalegre, a typical medium-sized interior urban center, with fairly good well-being and life quality indicators; Cacém, a relevant core of Lisbon's Metropolitan Area, with poor well-being and life quality indicators, associated with a certain degree of insecurity and bad environmental standards.

Portalegre's urban center, analised in detail, was chosen for being a medium-sized interior city but nevertheless an important regional pole, close to the border and with an old, important but neglected, ancient urban center. The actions taking place there, in an area of about 70 hectares, are expected to requalify and add value to the degraded city areas and cultural and social equipements, in order to catch workers with superior qualifications and enhance the city's and regional tourism activity.

Cacém's urban center is only presented as a comparative case of Polis intervention. It represents an example of a cahotic and disordered urban area which developed recently from a small and no longer existing rural area. The actions are taking place in a 46 hectare area, requalifying the riverside area and the urban landscape, improving the road network and linking it with the public transportation system and developing a new model of centrality.

The execution of the various interventions under this instrument of territorial management will certainly improve the well-being and quality of life in both cities, contributing for their sustainability.

Keywords: Human Ecology, Urban Well-being and Quality of Life, Sustainability, Polis Program, Portalegre, Cacém

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS	1
Introdução.....	2
Objectivos	7
I - O NOVO PAPEL DAS CIDADES	11
1. O Renascimento do Papel das Cidades.....	12
2. Qualidade de Vida Urbana e Bem-estar.....	16
3. As Cidades do Interior – Motores da Luta Contra o Despovoamento.....	19
II - O PROGRAMA PÓLIS COMO INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL.....	24
1. Políticas para as Cidades em Portugal no Final do Século XX. Antecedentes do Programa Polis.	25
2. Objectivos do Programa Polis	28
3. O Modelo de Gestão e Enquadramento Legal	30
III – A CIDADE DE PORTALEGRE	32
1. Evolução Histórica da Cidade de Portalegre.....	33
1.1. Morfologia do Traçado	52
2. Enquadramento Físico Da Cidade e Relação com o Parque Natural da Serra de São Mamede	57
2.1. A Serra de São Mamede	57
2.2. O Clima e a Vegetação	60
2.3. O Parque Natural	68
2.4. A Cidade de Portalegre	72
3. Caracterização Sócio-Económica.....	79
3.1. Contexto sócio-Económico do Alentejo	79
3.2. O Concelho de Portalegre no Contexto Sócio-Económico do Alentejo	81
3.3. Estrutura da População do Concelho e da Cidade de Portalegre.	86
3.4. Actividades Económicas.....	93
3.5. Indicadores Sociais	94
3.6. Rede Viária, Tráfego Rodoviário e Estacionamento	96
3.7. Indicadores de Qualidade de Vida Urbana	97
IV – A SOCIEDADE PORTALEGREPOLIS.....	102
1. Objectivos do Programa PortalegrePolis.....	104
2. Intervenções do Programa Polis.....	105

2.1. Caracterização das Intervenções.....	108
3. Outros Projectos Complementares não Previstos no Programa Polis..	115
4. Projecto de Reconversão de uma Área Industrial Inserida na Malha Urbana.....	116
5. Os Efeitos Esperados das Intervenções (Programa Polis).....	122
6. Potencialidades e Debilidades do Concelho de Portalegre	124
V – APLICAÇÃO DO PROGRAMA POLIS AO CACÉM	129
1. Enquadramento Físico da Área	130
1.1. Aspectos Climáticos	130
1.2. Características Geomorfológicas Gerais	131
1.3. Breve Resenha Histórica	133
1.4. Alguns Indicadores Sócio-Económicos	135
1.5. Indicadores de Bem-estar e de Qualidade de Vida Urbana.....	135
2. O Programa Polis no Cacém	138
2.1. Objectivos do Programa Polis	138
2.2. Intervenções do Programa Polis.....	140
3. Efeitos Esperados da Aplicação do Programa Polis no Cacém	144
CONCLUSÕES	148
BIBLIOGRAFIA	152
Referências da Internet.....	159

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Indicadores de Bem-Estar (well-being).....	18
Quadro II – Localização das Estações Meteorológicas* e Udométricas.....	63
Quadro III – Evolução da População Residente (INE, Censos de 1960 a 2001)...	88
Quadro IV - Debilidades e Potencialidades do Concelho de Portalegre.....	126
Quadro V – Síntese Comparativa.....	150

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Principais desafios da sociedade Europeia de acordo com Camagni, 1997, (Adaptado de T. Sá Marques, 2004).	5
---	----------

Figura 2 - Interacção entre Sustentabilidade, Globalização e Coesão, (Adaptado de T. Sá Marques, 2004).	6
Figura 3 - Localização das áreas de estudo.....	8
Figura 4 - Dinâmicas populacionais entre 1950 e 2001, (adaptado de T. Sá Marques, 2004).	21
Figura 5 - Planta da cidade de Portalegre em 1270, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	38
Figura 6 - Castelo e Cerca Amuralhada no tempo de D. Dinis (século XIV). (Adaptado de I. Garraio, 2002, p.11).....	39
Figura 7 - Porta de Alegrete	40
Figura 8 - Planta da cidade de Portalegre em 1290, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	41
Figura 9 - Pôr do sol em Portalegre. Aspecto da cidade medieval. Reconstituição do antigo castelo e muralha de acordo com desenho de Herculano Curvelo, (Adaptado de I. Garraio, 2002)	42
Figura 10 - Planta da Cidade de Portalegre em 1374, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	43
Figura 11 - Planta da cidade de Portalegre no século XV, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	44
Figura 12 - Distribuição da indústria têxtil no século XVI. (Adaptado de S. Daveau, 1995)	45
Figura 13 - Planta da cidade de Portalegre no século XVI, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	46
Figura 14 - Planta da cidade de Portalegre no século XVII, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	48
Figura 15 - Planta da cidade de Portalegre no século XVIII, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).	49
Figura 16 - Planta da cidade de Portalegre em finais do século XX.....	51
Figura 17 - Plátano centenário existente no Rossio.....	56
Figura 18 - Mapa hipsométrico da Serra de São Mamede e da peneplanície envolvente	58
Figura 19 - Variação mensal da precipitação (médias 1951-1980, INMG)	62
Figura 20 - Número de dias por ano com precipitação superior a 10 mm (médias 1951-1980, INMG)	62
Figura 21 - Variação das temperaturas: média, máxima absoluta e mínima absoluta. (médias 1951-1980, INMG)	63
Figura 22 - Número médio de dias por ano em que ocorre cada um dos elementos climáticos. (médias 1951-1980, INMG)	64
Figura 23 - Distribuição da Insolação anual por Concelhos, (Adaptado de Atlas do Ambiente, 1975).	65
Figura 24 - Rumo (F) e velocidade (V) do vento nas Estações Meteorológicas de Portalegre e Marvão. (médias 1951-1980, INMG).....	66
Figura 25 - Localização do Parque da Serra de São Mamede e principais acessibilidades. (Adaptado de ARTA, 2002)	70
Figura 26 - Índice Biofísico concelhio. (Adaptado de A. R. Pereira et al., 2002) ...	72
Figura 27 - Morfologia e aspectos topográficos da Cidade de Portalegre e área envolvente (excerto da Carta Militar de Portugal nº 359, 1967).	74

Figura 28 - Vista do perfil urbano alongado, a partir de poente, sendo marcante a consistência do aglomerado relativamente à sua envolvente rural	75
Figura 29 - Aspecto do Centro Histórico	76
Figura 30 - Vista geral de Portalegre com a Sé, o palácio Amarelo e a Porta da Devesa	76
Figura 31 - Aspecto do Jardim da Corredoura	77
Figura 32 - Aspecto do Jardim do Tarro	78
Figura 33 - Migrações internas entre 1950 e 1980.....	80
Figura 34 - Estrutura Administrativa do Alto Alentejo (INE, 2001)	82
Figura 35 - As vias meridionais no Oeste Peninsular. (Adaptado de S. Daveau. 1995)	84
Figura 36 - Freguesias do concelho de Portalegre e morfologia do centro urbano	87
Figura 37 - População Residente no Distrito e Concelho de Portalegre (INE, Censos de 1960 a 2001)	88
Figura 38 - População Residente no Concelho de Portalegre e freguesias urbanas de S. Lourenço e da Sé (Censos INE, de 1960 a 2001)	89
Figura 39 - Variação da estrutura etária da população do Concelho de Portalegre entre 1991-2001 (INE).	90
Figura 40 - População residente nas freguesias do concelho de Portalegre em 1991 e 2001 (INE, Censos 1991 e 2001).....	91
Figura 41 - Dinâmicas populacionais entre 1950 e 2001. (Adaptado de T. Sá Marques, 2004)	92
Figura 42 - Sociedades por sector de actividade (Censos 1991- 2001).....	93
Figura 43 - População residente empregada por sector de actividade entre 1991 e 2001 (Censos 1991- 2001).....	94
Figura 44 - Indicadores relativos à educação e saúde (Censos 2001).....	95
Figura 45 - Níveis de qualidade de vida e bem-estar por concelho (Adapatdo de T. Sá Marques, 2004).	101
Figura 46 - Planta de Delimitação da Zona de Intervenção	106
Figura 47 - Planta de Identificação das Acções.....	110
Figura 48 - Localização do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CIMA).....	115
Figura 49 - Aspecto geral e envolvente do edifício da antiga Moagem de Portalegre	117
Figura 50 - Aspecto dos edifícios a demolir na rua 1º de Maio.....	118
Figura 51 - Simulação da implantação do novo edificado no antigo espaço da Moagem (vista de poente).....	119
Figura 52 - Simulação da implantação do novo edificado no antigo espaço da Moagem (vista de NW).	120
Figura 53 - Aspecto dos novos edifícios a construir na rua 1º de Maio, no local da antiga Moagem de Portalegre	121
Figura 54 - Planta de Simulação da Ocupação Final	123
Figura 55 - O "Sitio" de Agualva/Cacém (extracto da Carta Militar de Portugal, Folha 430,1969).	132
Figura 56 - 1ª Carta dos Arredores de Lisboa (adaptada de Guia de Portugal, Lisboa e Arredores, Vol. I, 1924).....	134

Figura 57 - Planta de Delimitação da Zona de Intervenção	143
Figura 58 - Planta de Identificação dos projectos e Obras Contemplados no Programa Polis do Cacém.....	145
Figura 59 - Planta de Simulação da Ocupação Final	147

" ... uma cidade é sempre uma criação, um elemento fundamental na organização do espaço ... Tentar explicar uma aglomeração é, antes de mais nada, inseri-la neste contexto: posição no espaço, "lugar" que ocupa entre as suas congéneres, "sítio" onde se implantou; mas é também ... rastrear ... as condições da sua génese ... mostrar o que é antigo e persistente na sua figura" (Orlando Ribeiro, 1969, p.66)

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

Introdução

A Ecologia preocupa-se com as acções e as inter-relações dos seres vivos num determinado ambiente onde o processo de transferência de energia define as suas posições na cadeia alimentar, assegura a sua interdependência e determina a sua organização estrutural e funcional (Odum, 1997). Estuda as inter-relações entre os seres vivos (plantas e animais) agrupados em populações, no meio em que vivem. Nesta área do saber entrecruza-se um vasto âmbito de estudos, onde tudo se relaciona.

A espécie humana exprime padrões determinados pela sua inteligência específica que a definem de forma diferenciada na classificação dos seres vivos. O Homem, como qualquer outro elemento natural, para se manter vivo, necessita de interagir com a natureza e nesta interacção em que estabelece posição ecológica, gera também a sua condição social e cultural. Surge assim um novo campo de estudo da Ecologia que tem em atenção a especificidade da espécie humana e sublinha as suas relações com o meio ambiente, afirmando-se com a designação de "Ecologia Humana". Dentro das subdivisões da Ecologia, esta pode ser entendida como a Ecologia de uma espécie particular, a espécie humana! Contudo, convém lembrar que as populações humanas fazem parte de um todo, mas ocupam um lugar único nesse todo (Nazareth, 1993). Para este autor a Ecologia Humana consiste no estudo das relações entre as populações humanas e o ambiente onde se inserem e partindo da visão ecológica do Homem, reconhece a importância da cultura e da organização social que, na espécie humana, se sobrepõem ao carácter biologicamente determinado.

O objecto da Ecologia Humana situa-se na interface da natureza e da sociedade, pois este ramo da Ecologia aplicada assenta no estudo do Homem e da sua influência no funcionamento do ambiente que o envolve, bem como nas influências que o ambiente tem sobre ele. Na base deste conhecimento está a garantia da sobrevivência e do bem-estar da vida humana.

Segundo Matagne (2002), a tensão entre a natureza biológica do Homem e a sua natureza social é fundadora de uma Ecologia Humana de essência necessariamente pluridisciplinar. Nazareth (1993) refere-a como uma ciência pluridisciplinar e transdisciplinar, onde os saberes se interligam, interpenetram e se

complementam. Como tal, deve fomentar a formulação de conhecimentos, de regras e estruturas sociais que assegurem ao Homem as melhores condições de vida, isto é, uma vida com dignidade, conforto e qualidade, sem esquecer uma visão global, à escala planetária e projectada no futuro.

A Ecologia Humana estabelece uma ponte entre as Ciências da Natureza e as Ciências Sociais, ao reconhecer que a cultura e sociedade humanas se desenvolvem numa dialéctica com a Natureza. Assim, surge uma visão coerente e unificada da Vida e do Homem. Os conceitos de Natureza e de Cultura, de artificial e natural, entrecruzam-se (Matagne, 2002) numa visão holística das relações do ser humano com todo o seu envolvente.

A Ecologia Humana como ciência procura compreender como pode o Homem, nesta interacção, operar um desenvolvimento capaz de garantir o seu bem-estar, sem pôr em causa o equilíbrio do ecossistema planetário e a vida dos outros seres que com ele coexistem. Uma particularidade desta ciência é o interesse no conhecimento efectivo dos problemas da convivência humana entre si e, na relação com o meio envolvente, o ambiente onde os elementos bióticos e sociais se encontram em permanentes interacções.

Os estudos de Ecologia Humana tornaram-se inevitáveis após a constatação de que a espécie humana possui inteligência e consciência que a diferenciam das outras e se caracteriza por praticar intervenções muito mais transformadoras do meio onde vive, capazes de lesar as outras espécies e até o próprio Homem.

Os estudos da Ecologia Humana visam a compreensão dos ecossistemas com que as populações humanas interagem, a natureza dessas interacções e as consequências dessas relações para o Homem e para o ambiente. Diferencia-se da Ecologia Geral, na medida em que dá maior importância ao Homem como factor ecológico.

Ao definir-se Ecologia Humana como o conjunto de interacções entre o Homem e o ambiente, torna-se necessária uma maior precisão sobre o conceito de "ambiente", que aparece com diferentes sentidos, resultantes das abordagens feitas ao longo da história da cultura humana. Num conceito primário, o ambiente é entendido como sinónimo de Natureza, composto por elementos como a água, a terra e o ar, necessários à vida, numa concepção antropocêntrica. No seu percurso evolutivo o conceito passou a incluir, para além dos elementos naturais próprios do ambiente humano, factores sociais, culturais, económicos e técnicos. Os diversos conceitos de ambiente podem ser considerados resultado da amplitude da abordagem do real que se pretende integrar na problemática em questão, numa

interacção com o Homem, desde o aparecimento deste à superfície da terra. Entre o homem e o ambiente que o rodeia gerou-se uma relação sensível, inicialmente marcada pela satisfação de necessidades básicas indispensáveis à vivência e sobrevivência do Homem.

Duas características atribuídas ao meio ambiente são o tempo e o espaço. Não são realidades absolutas e homogéneas, mas sim relativas e inconstantes. O ambiente é o lugar em que nos encontramos com tudo o que existe à nossa volta. Actualmente reconhecido como uma realidade frágil e susceptível a degradações irreparáveis, o ambiente é classificado como um bem que deve ser cuidado e respeitado por todos nós.

O ambiente é o maior bem de cada Estado e a sua população depende dele como utilizadora das águas (doces e salgadas), dos solos, da atmosfera, das florestas, da biodiversidade, das fontes alimentares e dos recursos de que dependem a sua saúde, o seu bem-estar e até a sua sobrevivência.

A expressão meio ambiente é actualmente utilizada para designar “todo o sistema constituído por diferentes variáveis, como o Homem, a fauna, a flora, o clima, o ar, o solo, a água, a paisagem e a interacção entre estes elementos, assim como os bens materiais e o património cultural”, como contemplado em Directiva da Comunidade Europeia (85/337/CEE, 1985). Neste conceito o ambiente é entendido como o palco no qual decorre o desenvolvimento dos organismos e a evolução da vida.

O conceito de ambiente não se aplica em exclusivo ao meio físico. Numa perspectiva antropocêntrica inclui cada vez mais as paisagens profundamente humanizadas, cuja expressão máxima se atinge nas cidades. As cidades são formas de organização da superfície terrestre como uma estrutura espacial que representa um grande avanço das sociedades humanas no seu controle do ambiente.

Seguindo os princípios da Comunidade Europeia, Roberto Camagni (1997) identificou os três principais desafios que se colocam, em vários domínios, à sociedade europeia (Figura 1):

- O desafio da sustentabilidade, no campo socioambiental;
- O desafio da globalização, no campo económico-institucional;
- O desafio da coesão, no campo político-territorial.

São três desafios ambiciosos, provenientes de processos espontâneos ou determinados por decisões políticas e institucionais que a sociedade europeia se comprometeu a aceitar.

O TERRITÓRIO É UM ESPAÇO EM ANÁLISE

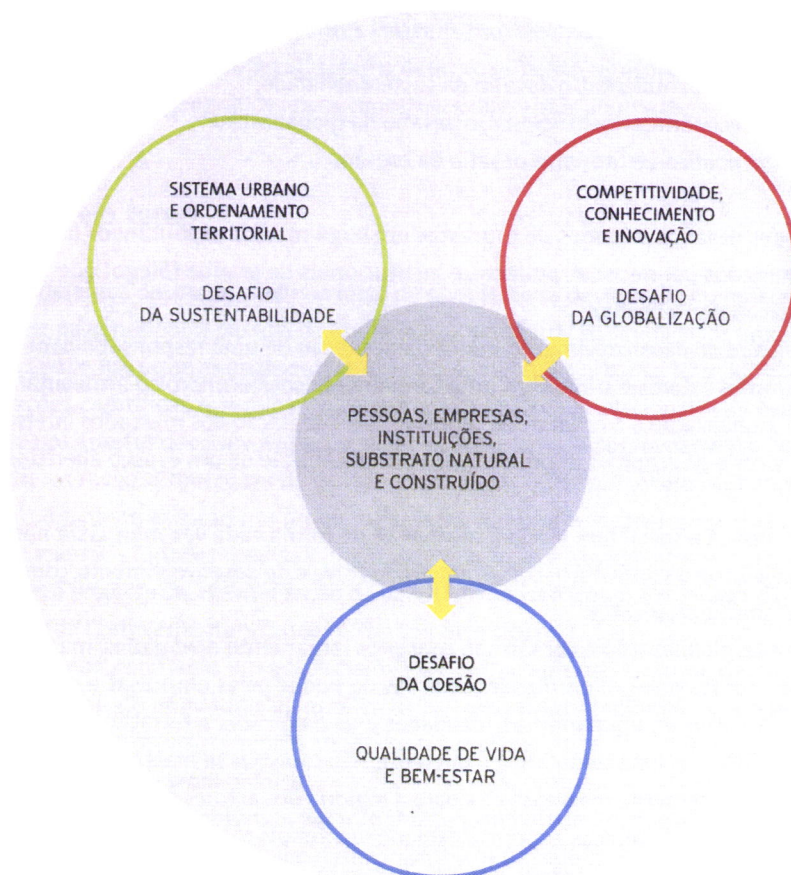


Figura 1 - Principais desafios da sociedade Europeia de acordo com Camagni, 1997, (Adaptado de T. Sá Marques, 2004).

A sustentabilidade do desenvolvimento resulta da aceitação de uma responsabilidade colectiva em relação às gerações futuras e surge com uma componente sócio-económico-ambiental. A globalização é o reflexo dos processos de integração dos mercados internacionais dos bens, dos serviços e dos capitais, ou seja, da criação de um espaço aberto sem fronteiras. A coesão económica e social afirmou-se nos últimos anos devido à difícil coexistência dos níveis de desenvolvimento resultantes de diferenciações sociais crescentes.

Mas o território é também um “espaço de governança”. O termo “governança é utilizado para descrever os vários modos de coordenação territorial, social e económica, envolvendo os serviços da administração central e organizações não governamentais, associações civis, parcerias públicas e privadas (T. Sá Marques, 2004). O conceito pode aplicar-se à coordenação dos ambientes sociais e económicos da cidade-região global, ou à acção colectiva exercida num

bairro urbano. A “governança” pode mesmo apresentar vantagens relativamente às políticas concebidas de “cima para baixo” que procuram atingir a equidade regional. Do ponto de vista institucional implica uma atenta coordenação a diferentes escalas geográficas e políticas sectoriais e territoriais.

O desafio da governabilidade ou “governança” resulta da intercepção dos vectores qualidade de vida e bem-estar, sistema urbano e ordenamento territorial, competitividade, conhecimento e inovação, como se pode observar pelo esquema da Figura 2

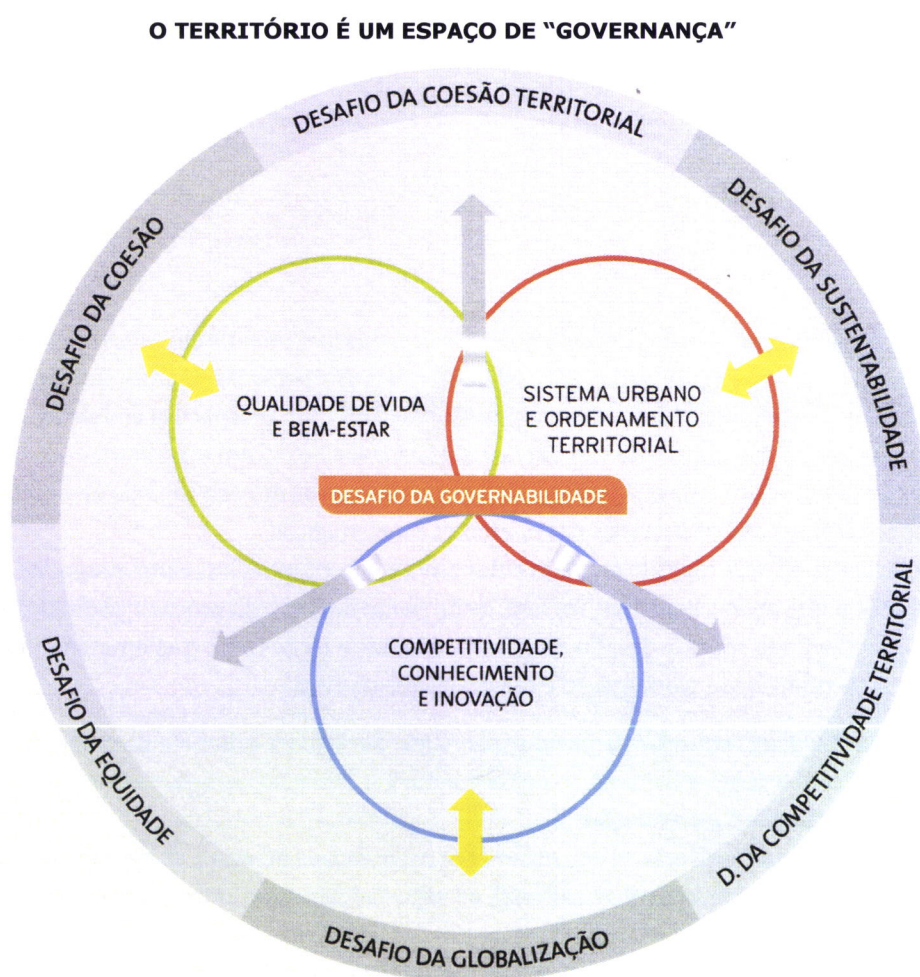


Figura 2 - Interacção entre Sustentabilidade, Globalização e Coesão, (Adaptado de T. Sá Marques, 2004).

Objectivos

A Ecologia Humana preocupa-se essencialmente com o Homem e, sendo ele hoje mais urbano, a preocupação pela qualidade de vida nas cidades é cada vez mais importante, fazendo parte das novas estratégias de organização do espaço.

As cidades são consideradas espaços de forte intervenção na sustentabilidade do planeta, por isso a escolha do tema Ambiente e Qualidade de Vida Urbana. O Programa Polis como Instrumento de Planeamento e Requalificação Urbana, poderá ser um contributo para a avaliação da aplicação de um projecto que visa a concretização de medidas e objectivos, conducentes à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, indissociável da preservação dos recursos naturais.

O estudo a que me proponho decorreu de ideias apresentadas e discutidas no Mestrado em Ecologia Humana, ministrado pelo Departamento de Ecologia da Universidade de Évora. A temática surgiu no decurso da frequência do Curso, após longa troca de opiniões com o Professor Doutor Carlos Jesus que percebendo gostos e interesses pessoais, me sugeriu este tema.

O Programa Polis surgiu em finais dos anos 90, como um desafio à gestão e realização de obras num modelo descontinuado e participado por duas ou mais entidades (Administração Central e Local). É limitado no tempo, preciso nas intervenções e tem uma gestão autónoma definida pelos dois parceiros, Autarquia e Poder Central. Resulta do aproveitamento da bem sucedida experiência adquirida com o Projecto "Expo98", aplicado a espaços urbanos contemplados com o Programa Polis.

Aceitei o desafio com interesse, pelo facto de ser geógrafo e simultaneamente interveniente activo na requalificação de espaços urbanos.

Escolhido o tema tornou-se necessário aplicá-lo a um espaço urbano concreto contemplado pelo Programa. O interessante seria mesmo o estudo comparativo da aplicação deste a dois espaços urbanos com dinâmicas diferentes. Neste sentido, optou-se por escolher Portalegre, cidade transfronteiriça do Norte Alentejano, capital de distrito e com um núcleo antigo desvalorizado, mas pólo de atracção regional. O Cacém, cidade integrada na maior área metropolitana do país (Lisboa), espaço representativo de uma expansão urbana acelerada, a partir de um pequeno núcleo rural já extinto, com um crescimento caótico e desordenado. As diferenças entre estes dois espaços são evidentes do ponto de vista da intervenção e do envolvimento financeiro associado a cada uma delas (Figura 3).

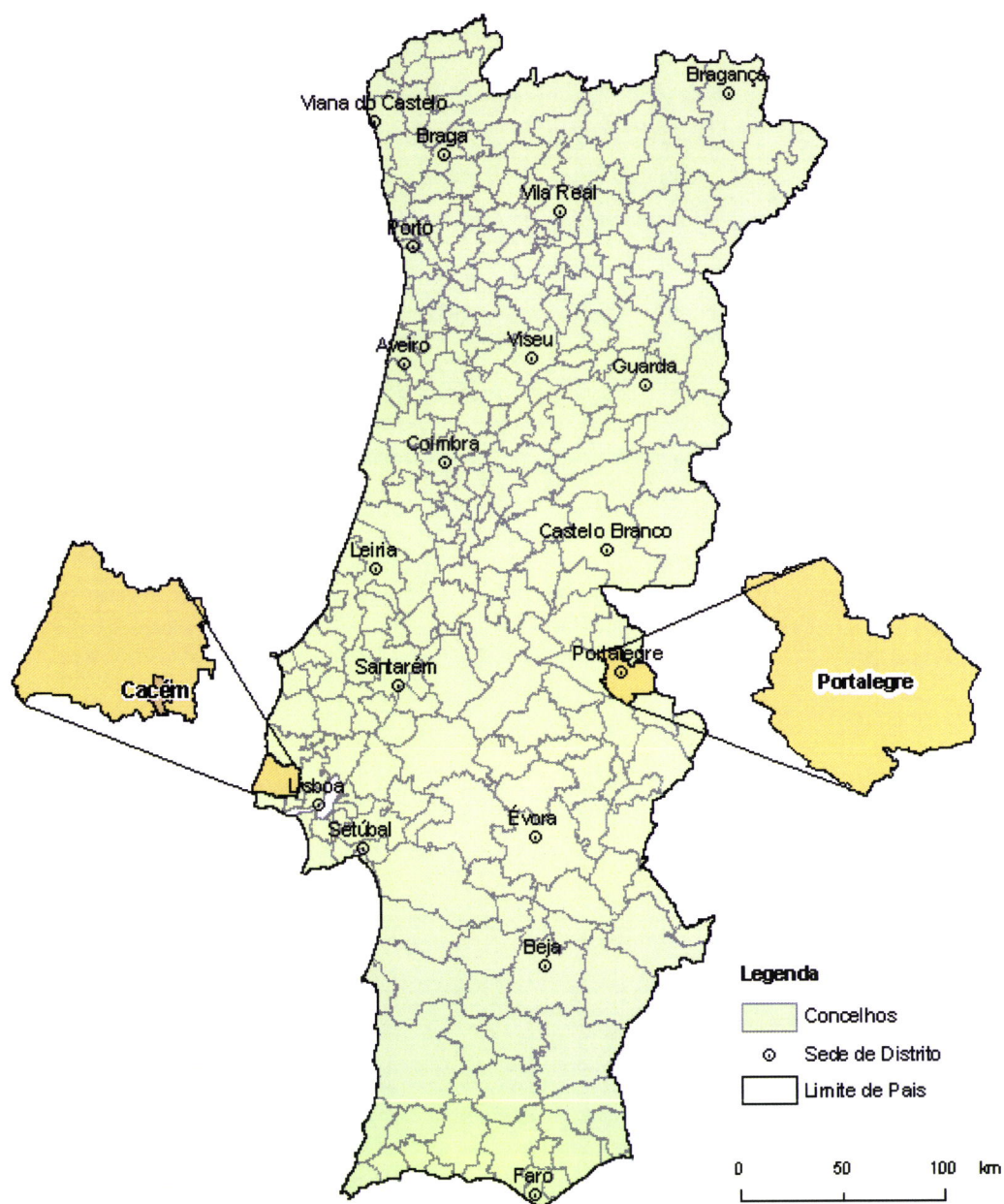


Figura 3 - Localização das áreas de estudo

Em Portalegre as acções circunscrevem-se ao núcleo histórico consolidado, enquanto no Cacém haverá uma intervenção profunda, considerando-se esta acção como o paradigma do Programa Polis.

Resolvi aceitar este desafio convicto de que as cidades têm cada vez mais um papel no futuro da qualidade de vida dos seus habitantes e no ordenamento do território. A temática da requalificação urbana e valorização ambiental tem tido nestes últimos anos uma importância crescente estando na base dos principais objectivos do Programa Polis.

O estudo do centro urbano e da região de Portalegre terá um papel central neste trabalho sendo tratado com a profundidade possível. O Cacém surgirá apenas como elemento de comparação. A primazia pelo estudo de Portalegre insere-se também num contexto de interesse pessoal, pois posicione-me nesta cidade como interveniente num projecto de reconstrução e requalificação de uma antiga área industrial, instalada no século XIX e uma das três de referência da cidade.

O principal objectivo deste trabalho consiste na análise da intervenção do Programa Polis como instrumento de recuperação da qualidade de vida das cidades e da sua sustentabilidade. O sucesso desta intervenção tornará as cidades contempladas pelo programa mais atractivas e competitivas.

Para o estudo da aplicação deste instrumento de intervenção nas duas cidades apresenta-se em primeiro lugar a caracterização geral do espaço urbano e sua envolvente. Este estudo privilegia o conhecimento da estrutura sócio-económica, até há pouco muito dependente das características do "sítio" e da "posição", pois não é possível compreender a dinâmica de uma cidade sem entender a região e o sistema urbano regional em que a mesma se integra.

É sobre estes condicionantes específicos de cada cidade que o Programa Polis incide, na tentativa de melhorar as condições ambientais e de qualidade de vida destes espaços urbanos

A estrutura do trabalho apresenta um primeiro capítulo onde é tratado o novo papel desempenhado pelas cidades na conjuntura sócio-económica e de sustentabilidade, onde o bem-estar e a qualidade de vida são exigências prementes, quer nos grandes centros urbanos, quer nas cidades médias, sobretudo as do interior, que devem constituir pólos de desenvolvimento regional.

O segundo capítulo é dedicado aos instrumentos de planeamento, requalificação urbana e valorização ambiental, com um especial destaque para o Programa Polis.

No capítulo terceiro é feito o estudo da cidade de Portalegre considerando a sua evolução histórica, os aspectos físicos e a caracterização sócio-económica, com especial destaque para os indicadores de bem-estar e de qualidade de vida urbana.

O capítulo quatro contempla os objectivos do Programa Polis, as acções de intervenção e os efeitos esperados, tendo em atenção as potencialidades e debilidades do centro urbano de Portalegre e da sua região. É ainda analisada a intervenção de um projecto de reconversão de uma área industrial da malha urbana, de iniciativa privada, mas articulado com o Programa Polis.

No capítulo cinco é feita apresentação sucinta das diferentes características da cidade do Cacém e das intervenções definidas pelo Programa Polis, de modo a poder estabelecer uma comparação com o caso de Portalegre.

Os aspectos considerados nos capítulos anteriores permitiram elaborar um quadro de síntese comparativo que se apresenta em conclusão.

I - O NOVO PAPEL DAS CIDADES

I – O NOVO PAPEL DAS CIDADES

1. O Renascimento do Papel das Cidades

1. - Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva.

2. - A política de ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto sustentado (artigo 2º, Lei de bases do Ambiente, Lei nº.11/87, de 7 de Abril, Princípio Geral).

O automóvel foi, desde o seu aparecimento até aos nossos dias, um meio de transporte popularizado. Porém, a sua adopção pelas sociedades modernas, subverteu a metodologia de organização do espaço urbano ao ponto de, nas últimas décadas, se ter transformado no elemento orientador do projecto das cidades. Hoje em dia, a atenção e o objectivo da maioria dos urbanistas deixou de estar centrada no homem, enquanto destinatário final do espaço urbano, para estar no automóvel. A maioria das cidades herdou uma estrutura antiga, edificada ao sabor do tempo, com outras formas de fruição, outros veículos e outra escala temporal. Progressivamente, esta estrutura foi sendo alterada e adaptada às exigências "modernas". O banco do passeio foi substituído pelo parquímetro, a árvore cortada porque já ninguém se senta à sua sombra, o passeio reduzido para facilitar o estacionamento ou para criar dois sentidos de trânsito. Os projectos começam por estabelecer uma estrutura viária de dimensões adequadas ao automóvel, para depois se preencherem os interstícios com os edifícios. O largo e a praça, deixam de ser espaços de descompressão, lazer e convívio, para se transformarem em rotundas integradas na rede viária, inacessíveis aos utentes da cidade. Os passeios deixam a sua função para se transformarem em estacionamentos, autorizados ou não, pois todo o espaço é pouco para circular e estacionar.

Este fenómeno associado a novos comportamentos sócio-económicos, individuais e colectivos, contribuiu não só para a degradação do património urbano, mas também para o património natural das áreas envolventes e para o

desequilíbrio ecológico do conjunto, alienando os princípios gerais da Lei de Bases do Ambiente.

Os sucessos e fracassos das cidades influenciam directamente os sucessos e fracassos dos países onde as mesmas se situam. Questões nacionais como a competitividade económica, a qualidade de vida, o equilíbrio social, a capacidade de inovação e a sustentabilidade ambiental dependem da capacidade de reinvenção, desenho e gestão das cidades e respectivos ambientes regionais.

As cidades lideram a competitividade económica, o que faz com que os sistemas urbanos sejam, actualmente, os motores do desenvolvimento regional.

Podem aqui considerar-se alguns aspectos fundamentais para a competitividade urbana: diversidade económica; recursos humanos qualificados; capacidade estratégica de desenvolvimento a longo prazo; inovação das empresas e organizações; qualidade de vida¹.

Para além da questão da competitividade, as cidades são os espaços com maior responsabilidade na sustentabilidade global do planeta. Aliás, de acordo com a "Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias" (Carta de Albrog, 1994), o conceito de cidade sustentável tem como objectivo, o bem-estar da população a longo prazo, o que compreende a satisfação das suas necessidades económicas, materiais, de ordem cultural, social e ambiental. Aliás, cada cidade signatária da Carta assumiu a sua responsabilidade na degradação da qualidade de vida e comprometeu-se a desenvolver novos modos de vida e novas práticas de sustentabilidade urbana.

O desenvolvimento urbano sustentável tem implícita a aprendizagem colectiva onde se gerem conflitos e vontades, a abordagem conjunta dos diferentes sistemas que compõem a cidade (sistema económico, social, cultural e ambiental), a sua evolução e as interacções dinâmicas, evidenciando a participação de todos os agentes nesses processos.

Assim, a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável às cidades pressupõe a incorporação dos princípios de justiça social, de produção de economias estáveis e de sustentabilidade ambiental.

Para se atingir a sustentabilidade urbana inventariou-se um conjunto de prioridades tais como: reconhecer a importância das estratégias de natureza local; encarar o desenvolvimento urbano como um processo criativo, local e equilibrado; promover uma economia urbana para a sustentabilidade; defender a equidade social para a sustentabilidade; promover padrões de uso sustentável do solo,

¹ "Competitive European Cities", London, Jan 2004

privilegiando-se as políticas de ordenamento, avaliando as iniciativas e os seus impactes ambientais; impulsionar uma mobilidade urbana sustentável favorecendo formas de "mobilidade ecológica", como novas modalidades de transporte público; reconhecer a responsabilidade pelo clima mundial, desenvolver fontes de energia renováveis; incentivar os cidadãos como protagonistas da sustentabilidade e o envolvimento da comunidade.

Convém salientar a importância da integração das cidades nos espaços envolventes, considerando-as dentro do conceito de cidade-região ("city-region"). Actualmente não é possível compreender a dinâmica de uma cidade sem entender a região e o sistema urbano regional em que a mesma se integra.

Nos últimos decénios os processos de urbanização sofreram uma alteração fundamental. Os limites das cidades já não são definidos e visíveis. A cidade alarga-se e funde-se no território envolvente; o campo perde as suas características específicas e a continuidade dos espaços naturais ou agrícolas é interrompida pelas urbanizações "espalhadas", pelas infra-estruturas ou pelas actividades económicas. O termo cidade que evocava um ambiente compacto e uma elevada densidade de relações de proximidade, já não corresponde a essa realidade pois as cidades históricas espraíram-se, as relações funcionais locais tornaram-se complexas e em geral regionais e as interacções casa-trabalho prolongaram-se pelos espaços interurbanos. A suburbanização ou a periurbanização estenderam-se e foram consolidando uma "não-cidade" e um "não-campo" ou uma "nova-cidade" ou um "novo-campo" (T. Sá Marques, 2004).

Como afirmou Camagni (1996), estamos a construir um território diferente da dicotomia cidade-campo do passado, concebendo um território que facilita e desenvolve as interacções sociais e económicas e promove o desenvolvimento sustentável.

Os processos de suburbanização e periurbanização devem-se a factores evidentes. No que respeita à residência, as principais razões que implicaram a dispersão foram: o declínio da qualidade ambiental e a degradação do património construído nas cidades históricas; a evolução dos gostos e dos estilos de vida que dão preferência a alojamentos novos em construções em altura ou a casas unifamiliares com pequeno jardim; o mais baixo custo da construção nas novas áreas urbanas do que o da reabilitação do património existente na cidade; as maiores oportunidades e menores constrangimentos burocráticos e de regulamentação urbanística nos espaços periféricos; a forte mobilidade que o automóvel proporciona nos movimentos pendulares ou nas deslocações em geral.

Os planos estratégicos e projectos da cidade devem assentar na participação conjunta das políticas públicas e da sociedade civil, estabelecendo projectos territoriais para o seu desenvolvimento. No futuro, as cidades especializar-se-ão em função das suas potencialidades máximas, podendo mesmo falar-se em Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e de Cidades Intergeracionais.

As Cidades Verdes compreendem aquelas que resolveram os seus problemas de infra-estruturação ambiental básica (água, esgoto, resíduos) e atribuem ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, através do ordenamento do trânsito, da criação de novas formas de mobilidade, da criação de espaços públicos de qualidade, valorizando potencialidades ambientais (âncoras) como linhas de água ou frentes de mar. Estas cidades devem ainda evoluir para uma gestão ambiental exemplar, inserida numa estratégia de sustentabilidade que minimize o que se designa por “pegada ecológica”.

As Cidades Digitais caracterizam-se por possuir bons serviços de comunicação digital e fomentar a cultura da sua utilização, privilegiando os fins comerciais, escolares, culturais, lúdicos e de participação cívica. Têm como objectivo a inserção num espaço mais “desterritorializado” e mais consentâneo com os novos desafios das sociedades globais.

As Cidades do Conhecimento e do Entretenimento abrangem as cidades dotadas de infra-estruturas científicas, tecnológicas e de diversão, de espaços culturais e de aprendizagem artística, assim como de estabelecimentos de ensino a todos os níveis, capazes de atrair, formar e fixar população jovem e dinâmica. O conhecimento e o entretenimento estão na fronteira de uma nova economia em que as cidades se devem posicionar como pólos de criação e aglutinação.

As cidades intergeracionais correspondem aos espaços em que a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais está minimizada, recentrando a vida da cidade, atribuindo novas funcionalidades ao centro histórico e promovendo a sua requalificação e reabilitação habitacional, de forma a reabri-los às novas gerações. A riqueza e diversidade da vida urbana devem basear-se no “interclassismo”, no “interculturalismo” e na “intergeracionalidade”, de forma a promover a coexistência de diferentes estilos de vida no mesmo espaço urbano.

As cidades constituem assim espaços dinâmicos, reflexo das mutações socio-económicas da sociedade que as habita, mas que é necessário articular em harmonia com o binómio homem/ambiente.

Só com a renovação das cidades, poderão emergir centros de aprendizagem, criatividade e inovação que ofereçam padrões de qualidade de vida sustentáveis aos seus habitantes e consigam atrair e fixar recursos de excelência, de ordem material e imaterial.

Melhorar a qualidade de vida das cidades é, porventura, um dos maiores desafios que se coloca ao cidadão qualquer que seja a sua responsabilidade; do autarca ao cidadão comum.

2. Qualidade de Vida Urbana e Bem-estar

As questões da qualidade de vida e das condições ambientais urbanas não são novas. Os higienistas do século XIX sonhavam com uma cidade de densidade razoável, com as actividades e habitações dispersas e com uma boa rede de vias de comunicação. Os problemas da insalubridade estavam (e estão) no centro do debate da qualidade de vida urbana. As cidades-jardim inglesas foram um modelo que procurou responder às preocupações de qualidade de vida (jardins, bom ar, casas individuais e calma garantiam uma boa qualidade de vida aos seus habitantes). Já nessa altura a cidade era pensada na sua globalidade, como uma entidade viva e interactiva.

Mas é a partir de 1930, com o reforço económico dos países europeus, que as preocupações sobre as desigualdades entre os lugares ganham importância analítica e política. Com os modernistas, herdeiros dos higienistas, surge o conceito de racionalidade pretensamente posta ao serviço de necessidades constantes e iguais para todos. Corbusier foi o mentor de uma nova cidade, desenhada, construída em torno de ideais urbanos (a verticalidade dos edifícios favorece a luz, o sol e a qualidade do ar, deixando o solo livre para os espaços verdes e as vias hierarquizadas), organizada a partir de zonamentos monofuncionais. Segundo os modernistas, o planeamento tinha como dever a satisfação das necessidades fundamentais do homem que incluíam o alojamento, o trabalho e a recreação. As funções urbanas tinham de responder às necessidades dos indivíduos e para isso era necessário criar legislação, definir a ocupação do solo e organizar a sociedade. Esta concepção de necessidade marcou as ciências sociais e o planeamento do território durante decénios.

A partir de 1960-70 as análises urbanas começam a dominar nos estudos sobre a qualidade de vida. Houve um forte reconhecimento das diferenças interurbanas e intra-urbanas, marcando uma nova fase na análise das condições de vida nas cidades. Nos finais da década de setenta surgiram as análises multifactoriais da pobreza e o reconhecimento dos espaços urbanos periféricos. Nos anos oitenta as políticas urbanas vão destacar-se e analisar a importância dos indicadores sociais. A partir dos anos noventa enfatizam-se as discussões em torno da competitividade e as análises da qualidade de vida remetem para a caracterização dos espaços ou dos grupos excluídos.

As preocupações sobre a qualidade de vida reflectem as inquietações da sociedade contemporânea. Nos últimos anos surgem as necessidades imateriais, admitindo que nem todas as pessoas têm as mesmas necessidades básicas e que há cada vez mais indivíduos sensíveis a outros valores e com outras exigências (emergência de uma sociedade pós-materialista). Recentemente, com a globalização, surgem os discursos sobre a intensificação e as desigualdades sócio-económicas inerentes aos novos processos de urbanização.

A diferença entre os países ricos e pobres aumentou em todo o mundo. A sociedade convive cada vez com mais formas de violência e incivilidade, aumentando as exigências de segurança e do estabelecimento de fortes estados de direito. Por outro lado as cidades tornam-se grandes consumidoras de espaço e de recursos, onde é fundamental organizar e renovar as redes de infra-estruturas, organizar a mobilidade, proteger o património construído e as paisagens urbanas e promover a coesão social. Estes objectivos de desenvolvimento urbano são consensuais em termos de discurso, mas a prática mostra outra realidade, sobretudo porque a noção de qualidade de vida é claramente um conceito ocidental.

Para Castells (1983), a verdadeira qualidade de vida verifica-se quando estamos preparados para fazer fluir a vida e aproveitar as nossas experiências sem medos e sem limites.

Edgar Morin (1984) considerou várias componentes do bem-estar e qualidade de vida que compreendem: as utilidades/comodidades alcançadas através do uso de aparelhos cujo objectivo é a redução do esforço físico (automóvel e electrodomésticos entre muitos outros); a multiplicidade de alternativas de consumo, as liberdades e facilidades nos tempos livres e nas férias; as condições de conforto doméstico; a satisfação obtida através de contributos psicológicos e/ou físicos; a existência de uma postura perante a vida que permita

uma estratégia de investimento na identidade pessoal e social. No entanto o autor descarta a componente ambiental da cidade e dos espaços envolventes.

É difícil qualificar ou quantificar a qualidade de vida, pois este conceito varia em função das diferenciações sociais e culturais. Até aos anos noventa as análises privilegiaram opções conceptuais que compreendem (Grayson & Young, 1994):

- as abordagens em torno do bem-estar pessoal que procuram medir o grau de satisfação das pessoas em relação aos lugares;
- as abordagens em torno da comparação das condições de vida (liveability) que comparam lugares ou áreas urbanas a partir de um conjunto de indicadores que se presume poderem reflectir as diferenças de qualidade de vida;
- as abordagens numa lógica de mercado que dão ênfase às diferenças de rendimentos e às capacidades de consumo;
- as abordagens em torno das tendências evolutivas das comunidades que privilegiam as análises dos processos de evolução e integram a qualidade de vida nesse sistema, sendo os factores de política social fundamentais nestes conceitos.

Erik Allardt (1993) numa concepção mais abrangente, sistematiza as questões da qualidade de vida em torno de três conceitos: Ter, Amar e Ser, possuindo cada um deles um sistema de indicadores próprios (Quadro I).

Quadro I- Indicadores de Bem-Estar (well-being)

Elemento a medir	Indicadores objectivos	Indicadores subjectivos
TER (necessidades materiais e pessoais)	. Medidas objectivas do nível de vida e das condições ambientais	. Sentimentos subjectivos de insatisfação/satisfação com as condições de vida
AMAR (necessidades sociais)	. Medidas objectivas das relações com as outras pessoas	. Infelicidade/felicidade; sentimentos subjectivos face às relações sociais
SER (necessidades de crescimento pessoal)	. Medidas objectivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza	. Sentimentos subjectivos de alienação ou crescimento pessoal

(adaptado de Allardt, E.1993, p.93)

O Ter remete para as condições materiais (nutrição, ar, água, protecção face ao clima, ambiente, etc.) e pode ser medido através de indicadores relativos a: recursos económicos (rendimento e riqueza); condições da habitação (amenidade e espaço disponível); emprego (ausência de emprego ou qualificações); condições de trabalho (ruído, temperatura no local de trabalho, rotinas físicas, medidas de stress); saúde (ausência, níveis ou apoios de saúde), a

educação (anos de educação formal). Mais importante do que os valores médios são os indicadores abaixo de um tecto mínimo aceitável. Nesta lista Allardt acrescenta indicadores de ambiente tais como a qualidade do ar, do solo e da água, indispensáveis ao conceito de bem-estar.

O Amar ou Estar diz respeito ao relacionamento com os outros e à formação de identidades sociais: contactos e relacionamentos na comunidade local, ligações familiares, padrões activos de amizade e convivência com colegas de trabalho. Dimensiona assim, a interacção social.

O Ser relaciona-se com a necessidade de integração na sociedade e de viver em harmonia com a natureza. Pode ser medido através da participação nas actividades políticas, das oportunidades para actividades de lazer, das oportunidades para uma vida de trabalho com significado, das oportunidades para apreciar e usufruir a natureza e da participação activa na vida familiar e social.

A noção de bem-estar e qualidade de vida urbana deve adaptar-se a todas as unidades territoriais. No entanto, o objectivo não pode ser a uniformização territorial, pois a individualização, a diversificação das trajetórias individuais e o reforço da mobilidade, as noções de equilíbrio e de igualdade devem ser tidas em conta no ordenamento. Mas aplicando o conceito de equidade territorial, a localização não pode constituir uma barreira ou obstáculo à capacidade das pessoas terem acesso a uma vida de bem-estar individual e social. A análise deve focalizar-se nas pessoas (pois são elas que fazem as suas opções individuais) e na sociedade (que deve criar as condições para o exercício dessas liberdades). Sendo assim, o território é fruto de uma sociedade e não pode ser um entrave às escolhas e às opções colectivas ou individuais, o que significa a existência de capacidades de acesso e de diferenciação espacial.

3. As Cidades do Interior – Motores da Luta Contra o Despovoamento

" Está na forja uma sociedade urbana numerosa, bem diferente das minorias citadinas de outrora. De um país rural, Portugal está a transformar-se aceleradamente num país de urbanização um tanto difusa, que se desenvolve essencialmente nas faixas litorais, deixando o interior cair numa decadência, que atinge em muitos lugares, o grau de uma verdadeira deserção humana." (S. Daveau, 1995, P.185).

Em Portugal, desde o início do século XX, o crescimento da população tem sido pautado por uma evolução positiva, com excepção da década de sessenta que registou um decréscimo populacional. Este período ficou marcado por dois tipos de fluxos migratórios: o êxodo rural para os grandes centros urbanos do litoral, nomeadamente para as Áreas Metropolitanas, e a emigração, sobretudo para os países da Europa Ocidental. Na década de setenta regista-se um aumento da população residente, como consequência do retorno dos portugueses radicados nas antigas colónias, tendo ocorrido de forma brusca (muito diferente do movimento de retorno dos emigrantes, normalmente difuso e prolongado). Estima-se em cerca de 600 000 o número de indivíduos provenientes das antigas colónias de África, cuja maioria se concentrou nas áreas economicamente mais dinâmicas: Lisboa 33,8%; Porto 11,4% e Setúbal 10%.

A organização do território português caracterizou-se nestas últimas décadas por dois fenómenos importantes, a Litoralização e a Bipolarização, como se pode observar pelos mapas da Figura 4. Assistiu-se a um aumento da densidade populacional no litoral, entre Caminha e Setúbal (litoralização) e a uma forte concentração da população em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (bipolarização). Nas últimas duas décadas do século XX manteve-se, ou agravou-se mesmo esta tendência. O despovoamento e a urbanização continuam a intensificar-se agravando a tendência de litoralização, mas a dicotomia litoral/interior não pode ser simplista, pois nalgumas cidades médias e concentrações urbanas do interior verificou-se dinâmica ou estabilidade populacionais, como são os casos de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, entre outras. A dinâmica populacional do litoral está também longe de ser homogénea, dado existirem nesta franja algumas zonas com menores valores (maciços calcários, por exemplo).

Segundo as actuais projecções das Nações Unidas a população portuguesa continuará próxima dos 10 milhões de habitantes em 2015, prevendo-se que as aglomerações urbanas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto acolham 70% da população do país. Esta previsão faz antever o agravamento das assimetrias e dos problemas de ordenamento do território.

O fenómeno do êxodo rural crescente em todo o Mundo e também em Portugal criou uma dinâmica urbana sem precedentes. O país vive um aumento generalizado da taxa de urbanização, mais acentuada no litoral e, com destaque, para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Mas as cidades do interior têm sofrido também aumento populacional significativo, não obstante a desertificação

de todo o interior. Esta situação acentuou-se com a mecanização da agricultura, tendo-se de novo agravado com a adesão de Portugal à União Europeia. A aplicação das reformas da Política Agrária Comum (PAC) e consequente aumento da produtividade, fizeram com que o emprego agrícola baixasse para níveis, cada vez mais próximos da média comunitária.

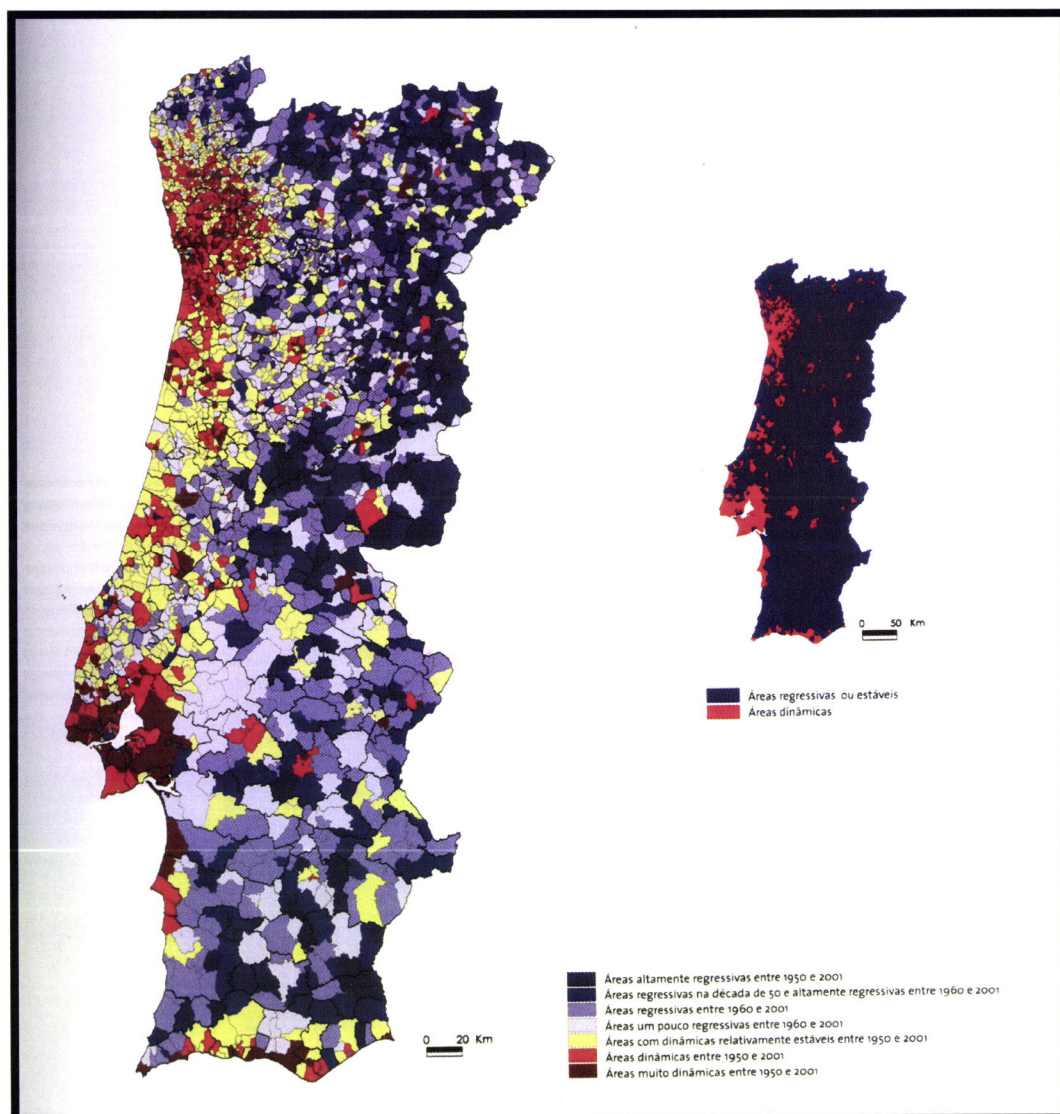


Figura 4 - Dinâmicas populacionais entre 1950 e 2001, (adaptado de T. Sá Marques, 2004).

Como a agricultura absorvia grande quantidade de mão-de-obra, estes factores aumentaram a taxa de desemprego no sector. Assistiu-se assim à procura de novas ocupações por parte da população activa até aí dedicada à agricultura, a um aumento do número de aposentados e à migração para a periferia dos grandes centros urbanos.

O aumento populacional nas grandes cidades desencadeou crescimento acelerado e desordenado que se reflectiu no agravamento da qualidade de vida dos seus habitantes. Este fenómeno está associado a novos comportamentos individuais e colectivos, decorrentes das tecnologias actuais, disponíveis à quase totalidade dos cidadãos.

Os modelos de desenvolvimento com as alterações vividas ultimamente no mundo rural e o pouco investimento público no interior e nas suas cidades terão contribuído fortemente para a situação actual de desertificação do interior.

A desertificação pode ser encarada sob duas perspectivas que incidem de forma diversa em regiões distintas do território. Em Portugal os especialistas têm feito incidir a sua atenção nos aspectos biofísicos, atribuindo os problemas da desertificação à seca, à escassez de recursos e à degradação da capacidade produtiva dos solos. Os políticos e a opinião pública em geral, referem-se sobretudo à desertificação humana, ao abandono das zonas do interior e das zonas mais pobres e remotas, por parte de populações que procuram os centros urbanos de maior dimensão. Em rigor, as duas perspectivas correspondem a formas de desertificação e têm relações entre si, porque a diminuição de recursos das regiões contribui para baixas densidades populacionais e abandono das populações. Nas sociedades contemporâneas esta relação não é linear, pois um conjunto de factores contraria a relação directa entre os limites de recursos físicos e a saída das populações. Os novos modelos de desenvolvimento estão cada vez mais desligados dos recursos de cada região, considerando-se muitas das actividades como desterritorializadas, já que podem ser desempenhadas, em qualquer sítio, independentemente de haver solos produtivos ou água em quantidade.

Em Portugal prevalecem processos de abandono das regiões por parte das populações devido essencialmente à evolução dos modelos sócio-económicos. Estes reflectem-se no ordenamento do território, afectando em simultâneo os locais de abandono e de chegada. Numa primeira fase, os fluxos migratórios estabeleceram-se do campo para as grandes cidades ou áreas industrializadas do litoral. Recentemente tem-se verificado modificação desta tendência. As pessoas procuram o centro urbano mais próximo, ou voltam mesmo da grande cidade para outra de menor dimensão. A inversão deste fenómeno deve-se a esforços de investimento nas cidades de menor dimensão e maior interioridade, que até aqui não ofereciam condições para a fixação das populações.

Há muita população ainda em processo de desruralização. Essa população é atraída pelas cidades, sendo preferível que fique nas de pequena e média

dimensão e aí crie riqueza, assumindo atitudes e modos de vida próximas da memória cultural dessas populações, do que ir habitar bairros dormitórios das grandes cidades onde o desenraizamento é forte.

O desejo de fuga para a cidade está a inverter-se, muita gente da cidade encontra no interior modos de vida extremamente satisfatórios e estimulantes e muitas zonas estão assim a tornar-se atractivas na fixação de pessoas ainda em plena actividade profissional, contrariando o tradicional retorno de reformados. No entanto, esta tendência não está ainda generalizada a todo o interior.

Nas últimas décadas verificou-se em Portugal grande desenvolvimento de infra-estruturas básicas. As acessibilidades tornaram algumas zonas do interior atractivas para profissionais, para investimentos externos e até para o regresso dos “filhos da terra” que tinham ido estudar ou trabalhar para a grande cidade e tenham o desejo de voltar.

A qualidade de vida é hoje entendida como um conjunto de factores que compreende acesso a bens e serviços, como a educação e a saúde, e outros como os culturais, de lazer e ambientais. Alguns destes parâmetros estão a mudar rapidamente em Portugal e o acesso a bens de cultura e de lazer, com certas actividades itinerantes, está a aumentar. Para além destes, o desenvolvimento e o acesso às novas tecnologias de comunicação (Internet e televisão por cabo) deram um forte incremento ao fenómeno de desterritorialização. Por outro lado as pequenas e médias cidades do interior oferecem, uma qualidade ambiental que permite usufruir de um tipo de vida não existente nos meios urbanos de maior dimensão.

A luta contra o despovoamento das zonas interiores deve passar pelo desenvolvimento das cidades do interior, realizado através de um forte investimento público, feito tendo em vista o conceito de coesão nacional, através da discriminação positiva, tentando desta forma privilegiar o interior e em particular as suas cidades. A criação de uma rede de cidades de média dimensão como principais pólos de desenvolvimento do interior contribuirá, certamente, para travar o fenómeno de desertificação de grande parte do país.

A desertificação das regiões só pode ser contrariada através do fortalecimento das cidades de média dimensão. É usando estas cidades como “alavancas de desenvolvimento” que se pode chegar às populações mais remotas e estabelecer relações que passam por actividades económicas entre o campo e a cidade. A relação das cidades de média dimensão com os seus “hinterlands” torna-se assim imprescindível.

II - O PROGRAMA PÓLIS COMO INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

II – O PROGRAMA POLIS COMO INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

1. Políticas para as Cidades em Portugal no Final do Século XX. Antecedentes do Programa Polis.

Nos anos noventa, em Portugal, assistiu-se a uma valorização das cidades decorrente do conteúdo das políticas de ordenamento e desenvolvimento regional e local, visível nas referências efectuadas em estudos nacionais, regionais e urbanos, bem como na criação de instrumentos legais, directa e indirectamente associados às cidades.

Com o primeiro e segundo Quadro Comunitário de Apoio as cidades foram as principais beneficiárias dos programas enquadrados nestes fundos comunitários. Para além do Programa URBAN e de outros programas e iniciativas comunitárias que envolveram as cidades portuguesas promovendo a sua competitividade e coesão económica e social, foram efectuados outros investimentos com acento no sector industrial e comercial. Estes investimentos deram também forte contributo para que se atingissem melhores níveis de desenvolvimento urbano e regional. O mesmo se verificou no programa de apoio ao sector do comércio, com forte incidência urbana e com impactes na reabilitação e qualificação dos centros urbanos das cidades em Portugal. O sector do turismo foi igualmente contemplado com programas de construção de infra-estruturas e equipamentos que se traduziram no aumento de competitividade e sustentabilidade da rede urbana portuguesa.

Em 1994 foi criado o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos PDMs (Planos Directores Municipais), designado por PROSIURB (Despacho do MPAT 6/94 e Despacho 7/94). Os objectivos principais deste Programa eram a promoção, o crescimento e consolidação das aglomerações urbanas não metropolitanas, contribuindo assim, para reequilibrar o sistema urbano nacional. O PROSIURB era composto por dois sub-programas: o primeiro visava a "Valorização das Cidades Médias" e o segundo a "Complementaridade da Rede Urbana". Assim, mais do que um instrumento de política urbana, este Programa era também um instrumento de política regional.

O PROSIURB introduziu alguns aspectos inovadores em matéria de política urbana. O primeiro foi a "materialização" do conceito de "sistema" e de "eixo



urbano” que alertava para a importância das relações de complementaridade entre as cidades. O segundo, consistiu na introdução de um novo instrumento de planeamento com incidência à escala urbana, o Plano Estratégico, de elaboração obrigatória para as cidades candidatas. O terceiro aspecto surgiu com a criação da figura do “Gabinete da Cidade”. O quarto consistiu no estabelecimento de contratos – programa, distribuídos pelos eixos de actuação do programa (infra-estruturas básicas, equipamentos de apoio à actividade económica, equipamentos de utilização colectiva, reabilitação e renovação urbana e na valorização da imagem e do marketing urbano).

A distribuição regional dos investimentos realizados entre 1994-1997 no âmbito do Sub-programa 1 mostra que as intervenções do PROSIURB nas cidades do litoral incidiram em infra-estruturas básicas, de forma a colmatar as carências que ainda existiam neste domínio. Por outro lado, a grande fatia de investimentos realizados no interior destinou-se à reabilitação e renovação urbana, tendo havido um esforço de reabilitar os centros históricos.

A ideia de reequilibrar e ordenar o sistema urbano nacional saiu reforçada com a aprovação em 1998 da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº.4898, de 11 de Agosto). Com este diploma foi dado outro passo para o processo de ordenamento do território português e para a consolidação de um sistema urbano mais equilibrado e competitivo. Esta lei enumera como objectivo principal assegurar uma adequada organização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País (Artigo 1º.).

Em 1999 é aprovado o Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Despacho 47/A/MAOT/99). Este programa tem como objectivo principal “... melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções na vertente urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional...” (M.A., 1999). Este instrumento permitirá aos municípios, através de parcerias com a Administração Central, desenvolver projectos de requalificação urbana, contemplando a multi-funcionalidade, a melhoria do ambiente urbano e novas formas de circulação pedonal e viária.

A estrutura do Programa mostra que este procurará servir de enquadramento a um conjunto de acções com vista à melhoria da qualidade de vida das cidades e à consolidação do sistema urbano nacional. O primeiro aspecto

que se salienta do programa é a sua estrutura de financiamento, não se restringir à Administração Central e às autarquias, mas ser bastante reforçada pelos fundos comunitários, com a possibilidade de financiamento público ou privado. A integração das várias fontes de financiamento, nomeadamente de financiamento comunitário, constitui um avanço relativamente ao Programa PROSIURB, pois possibilita o desenvolvimento de projectos de maior envergadura financeira, que integram vários domínios de intervenção.

Um outro aspecto a salientar no Programa Polis, é o facto de cada projecto ter por base a realização de um Plano Estratégico. Fica assim garantido que as iniciativas tenham um carácter integrado e eficaz, tónica que caracteriza as políticas urbanas e regionais actuais, ou seja, o fomento de programas e opções que integrem vários domínios, agentes e financiamentos, potenciando os seus efeitos.

O que ressalta da comparação entre os Programas PROSIURB e POLIS é que nenhuma das componentes e linhas de intervenção deste último está vocacionada para a formação e consolidação de eixos ou de sistemas urbanos, identificados como unidades do sistema urbano nacional. O principal âmbito do Polis é a requalificação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações, dando especiais atenções às iniciativas que procurem devolver áreas degradadas ou desqualificadas das cidades aos seus habitantes. Entre os restantes objectivos do programa conta-se a melhoria da competitividade económica das cidades, desde que estas contribuam para o estabelecimento de complementaridades funcionais e territoriais.

A questão do reequilíbrio do sistema urbano nacional e do reforço da competitividade das cidades de média dimensão, explicitada e considerada prioritária no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social de 2000-2006) – Visão Prospectiva (PNDES, MEPAT), não encontra no Polis uma resposta eficaz.

O PNDES reconhece que a pequena dimensão das cidades médias tem sido um obstáculo à sua afirmação como pólos regionais " ... as cidades médias são demasiado pequenas para seguramente reterem o seu lugar e papel no sistema urbano ... ", limitação que seria ultrapassada se as cidades se organizassem em rede ou desenvolvessem parcerias de forma a "... aumentar fortemente a atractividade do conjunto..." (MEPAT, 1999, pp. 54). Por outro lado, perspectivam-se objectivos de desenvolvimento do sistema urbano nacional que permitirão o seu reposicionamento no contexto europeu: o reforço e a reorganização metropolitana

em áreas policêntricas; a qualificação e estruturação dos contínuos urbanos do litoral que contrarie os efeitos de polarização das áreas metropolitanas; a dinamização dos centros urbanos em áreas em perda e a criação e a consolidação de eixos de cidades no interior do país, organizados em função das vias de comunicação; o avanço das redes de concertação e de cooperação transfronteiriça, redes que podem constituir um factor de dinamismo da actividade do interior do país; obter um sistema urbano mais coeso onde os centros de dimensão média se articulem com as áreas metropolitanas.

2. Objectivos do Programa Polis

A constatação da crescente crise dos métodos de planeamento agudizou, a nível nacional e internacional, a consciência dos valores Ambientais e do Património. Verificou-se a necessidade de encarar o Ambiente e o Património não apenas numa perspectiva museológica, mas como variáveis qualificadas de gestão responsável e criticamente esclarecida.

Dado o significado e a extensão dos valores patrimoniais da maioria dos espaços urbanos, é necessário encontrar alternativas para a implantação de iniciativas privadas ou públicas e regulamentar devidamente essas iniciativas. Estas acções devem ter como tónica principal a salvaguarda do Património Cultural e dos Valores Ambientais, fomentando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das cidades.

As noções de Ambiente e Património introduziram uma situação nova no planeamento. Face a esta situação, não deve apenas considera-se a conjugação Planeamento, Ambiente e Património, mas considerar que Ambiente e Património implicam reformulação dos métodos e dos processos empregues no ordenamento e na gestão territorial. As administrações centrais, regionais e locais confrontaram-se com a incapacidade de regeneração do ordenamento dos centros urbanos. Reconheceram também a necessidade de implementação de medidas que estruturassem o crescimento demográfico e económico, assim como a necessidade de revitalização das cidades e de torná-las pólos de desenvolvimento sustentado.

Os principais problemas das cidades estão diagnosticados, sendo os mais importantes:

- Esvaziamento da função residencial dos centros históricos que atravessam, em muitos casos, processos paralelos de “terciarização”, de desertificação, de abandono e de degradação;

- Processo acelerado de degradação de património edificado em vastas zonas do centro urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais. Este fenómeno está associado à inexistência de incentivos de mercado que estimulem a reabilitação urbana;

- Intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas ou com deficiência de infra-estruturas técnicas e sociais e, com fracas condições de vivência urbana;

- Crescente congestionamento de trânsito associado, em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares (habitação/emprego/habitação);

- Degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado.

As questões urbanísticas e ambientais entrecruzam-se de uma forma indissociável. Muitos destes problemas resultam do “urbanismo expansivo” que tem prevalecido no País nestes últimos anos. Estes factores de degradação patrimonial e ambiental colocaram aos decisores públicos questões que careciam de resolução urgente e até excepcionais.

Neste contexto surge o Programa Polis cujo principal objectivo é a melhoria da qualidade de vida das cidades, através de intervenções urbanísticas e ambientais que melhorem a capacidade de atracção e competitividade de pólos estruturantes do sistema urbano nacional. Pretende-se assim criar uma rede de cidades de média dimensão, de modo a minimizar as assimetrias regionais existentes.

As iniciativas essenciais de requalificação urbana e valorização ambiental visam a revalorização e o aumento dos espaços verdes, a promoção das áreas pedonais e o condicionamento da circulação automóvel nas cidades.

O Programa Polis, lançado oficialmente a 14 de Abril de 2000 e fortemente ancorado em preocupações ambientais, pretende responder a algumas das questões que hoje se colocam em matéria de estruturação do sistema urbano nacional e desenvolvimento sustentável, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental.

Assim, o Programa Polis tem por principais objectivos específicos:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana, com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multi-funcionalidade desses centros;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

O programa Polis pretende deste modo, desenvolver acções consideradas exemplares que possam servir de referência e modelo, contemplando iniciativas públicas e/ou privadas.

3. O Modelo de Gestão e Enquadramento Legal

Em Portugal, até tempos recentes, a situação em matéria de planeamento foi sempre deficitária, pois a maioria dos Planos Directores Municipais (PDM) data dos anos 90 do século XX.

O crescimento das áreas metropolitanas, particularmente acelerado nas quatro últimas décadas, ocorreu sem planeamento e sem recursos. Como resultado, produziu-se um tecido urbano desarticulado e desqualificado. Simultaneamente, as urbanizações, frequentemente clandestinas, iam alastrando, fazendo com que os núcleos antigos da periferia das cidades fossem sendo desqualificados.

Após a adesão de Portugal à União Europeia, registou-se alteração substancial na postura face às questões urbanas, decorrente de um contexto económico mais favorável. Surgem nesta conjuntura social e económica várias iniciativas, das quais se destaca o Programa Polis. A filosofia deste programa implicou a opção por intervenções "exemplares", evitando os projectos que, até aqui, contemplavam uma política coerente e continuada para as cidades.

A resolução do Conselho de Ministros nº26/2000 de 15 de Maio estabeleceu as orientações gerais para o Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

De acordo com a metodologia estabelecida nessa resolução, foi decidida a realização de 18 intervenções identificadas pela sua relevância e natureza

exemplar (componente nº1, linha nº2). Entre outras, fez parte desta decisão o Programa Polis do Cacém, tido como o paradigma destas intervenções. A resolução estabelecia ainda que seriam apoiadas outras intervenções, a seleccionar com base em candidaturas a apresentar pelos municípios. A escolha das cidades a contemplar baseou-se no parecer de uma Comissão de Apreciação Técnica (CAT) multidisciplinar, constituída por personalidades de reconhecido mérito nas áreas de Ambiente, Urbanismo, Arquitectura e Engenharia.

Numa segunda fase a CAT, indicou para decisão governamental mais 10 novos projectos, elevando para 28 o número de cidades contempladas por intervenções da componente nº1 do Programa, entrando nestes a cidade de Portalegre.

A experiência entretanto adquirida com o desenrolar das 18 primeiras intervenções (iniciadas entre Junho de 2000 e Julho de 2001) veio pôr em evidência duas realidades. Uma decorre da nova forma de equacionar os problemas do ambiente urbano em Portugal e da sua relação com o desenvolvimento socioeconómico do País e dos espaços regionais em que as cidades se inserem. Este movimento iniciou-se a partir do sucesso decorrente da EXPO 98, sendo hoje claro que o Programa Polis contribui para disseminar em todo o País alguns dos ensinamentos que o evento proporcionou. A outra realidade tem a ver com o facto do Programa Polis constituir também um exercício inovador e bem sucedido, com pareceria entre os poderes central e local, para além dos recursos que permite pôr à disposição dos municípios. Dos instrumentos postos à disposição do Programa destaca-se a constituição de Sociedades Polis, sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos em cujo capital participam o Estado (com 60%) e os Municípios (com 40%). Estas sociedades visam apenas a concretização dos projectos, extinguindo-se após a sua conclusão, facto que constitui uma das iniciativas de maior realce.

III – A CIDADE DE PORTALEGRE

III – A CIDADE DE PORTALEGRE

1. Evolução Histórica da Cidade de Portalegre

O estudo da evolução histórica da cidade de Portalegre tem como objectivo a compreensão dos principais factores que presidiram à escolha do “Sítio” onde está implantada e as condições sócio-económicas que condicionaram a evolução da sua malha urbana. Estes condicionantes reflectem-se ainda hoje na estrutura da cidade, sendo o seu conhecimento indispensável à avaliação de qualquer projecto de intervenção urbana, sobretudo se aplicados ao núcleo histórico.

Apresenta-se seguidamente uma síntese da evolução histórica da cidade, privilegiando as épocas ou factos históricos que maior assinatura deixaram no tecido urbano actual ou no já desaparecido, mas cuja importância foi marcante na estrutura urbana e na actividade dos cidadãos.

A provável ocupação humana do território onde se integra o presente Núcleo Histórico terá tido início na Pré-História Recente, no período de transição para o Holoceno. Esta época geológica caracterizou-se, também nas nossas latitudes, por uma melhoria climática (final da última glaciação) que permitiu condições ambientais mais amenas e que terão estado na origem dos diversos processos de sedentarização das comunidades humanas então existentes no território. Se uma das mais importantes consequências dessa melhoria climática, a transgressão marinha resultante, não se fez sentir directamente na área dada a sua distância ao litoral, já as modificações dos ecossistemas de montanha a ela associadas, foram muito significativas. Com o aumento da temperatura e o desaparecimento das neves permanentes, é provável que à altitude da serra de São Mamede algumas das espécies de flora e fauna tenham sido substituídas por outras de menor porte, embora estes estudos não estejam devidamente desenvolvidos. As comunidades humanas iniciaram assim um gradual processo de adaptação a novas condições de vida que, ao longo do Mesolítico e Neolítico (VII a V milénios AC), se traduziu na sedentarização, na prática da agricultura e da criação de gado, na produção cerâmica e na técnica de polimento da pedra (Diniz, 1996). Este comportamento está documentado na enorme quantidade de indústria referenciada a este período na área da serra de São Mamede mas, quase está ausente nas imediações da cidade. Esta ausência não pode ser interpretada como a

não utilização deste espaço, pois este local sujeito a fortes alterações naturais e artificiais pode não os ter conservado.

A riqueza da área em recursos vitais terá potenciado a atracção de grupos humanos baseados na caça e recollecção, portadores de cerâmica e de utensílios em pedra polida. Talvez a criação de gado desempenhasse neste contexto económico um papel mais importante do que a agricultura.

O processo de neolitização das comunidades humanas da Serra de Portalegre é ainda desconhecido pois muitas das estruturas megalíticas existentes onde hoje se situa Portalegre, foram destruídas e os materiais reutilizados posteriormente. O elevado número de megalitos encontrado na região sugere a existência de grupos populacionais numerosos e disseminados pelo Alto Alentejo, integrados nos movimentos de intercâmbio suprarregional, pois é reconhecida a importância que a criação de gado deve ter desempenhado na economia do território peninsular, associada talvez à prática da transumância (Oliveira, 1995).

Para a compreensão da localização da cidade é importante salientar a existência de monumentos megalíticos, em granito ou xisto, no território actualmente urbano que funcionavam também como "sinalização" dos caminhos da transumância. Estes eixos eram muito importantes pois estabeleciam e fomentavam os contactos económicos, políticos e sociais que se começam a desenvolver ao longo da Idade do Ferro (I século a.C.). Neste contexto, a actual posição de Portalegre assume uma situação de implantação geográfica que poderia ser a de um povoado fortificado do Bronze Final ou do Ferro, tendo mesmo sido recentemente noticiada a presença de um castro no lugar de Covas de Belém, bem próximo do actual Núcleo Histórico (Bucho, 1993). É provável que as relações de troca fossem já desenvolvidas, pois as comunidades proto-históricas do Alto Alentejo manteriam, nos finais do I^o milénio a.C., contactos e trocas comerciais com populações mediterrânicas, integrando nos seus modos de vida hábitos culturais de tradição mediterrânica (Fabião, 1996; Guerra 1996).

No período romano o eixo de importância político-administrativa mais próximo seria a cidade de Ammaia, sede de uma civitas romana. Até hoje não foram encontrados quaisquer vestígios romanos no subsolo de Portalegre, fazendo acreditar numa fundação apenas de época medieval. A situação do local, em "ninho de águia", não seria muito atractiva para os cidadãos romanos, pois os lugares das operações políticas, económicas e sociais encontravam-se em locais mais acessível, como por exemplo, São Salvador da Aramenha, um vale fértil e de fácil acesso. No entanto, é provável que tenham existido aglomerados agrícolas (de oliveiras, vinha

e gados), comerciais ou outros, pois a estrada que em Tomar inflectia para o interior (passando o Tejo em Abrantes) e se dirigia à capital de província (Emerita) seguindo os antigos caminhos comerciais e de transumância (canadas), teria de atravessar a serra e necessitava de vários pontos de apoio (Alarcão, 1988; SAA, 1959).

Com a decadência do Império Romano, as comunidades ficam um pouco entregues a si próprias. No século V, as invasões bárbaras trouxeram de novo a instabilidade militar a este território, após um prolongado tempo de "pax" romana. Neste período, a cidade de Ammaia, é soterrada por lamas e pedras provenientes de deslizamentos de terrenos aquando de fortes chuvadas. O declínio de Ammaia como pólo político e administrativo fez emergir na vizinhança novos centros políticos como Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, onde se inicia um período de "encastelamento" suscitado pelas invasões bárbaras e que perdurou até ao fim do período da Reconquista Cristã. Se durante este período conturbado muitos locais perderam as suas funções polarizadoras, Portalegre perdurou como local de habitat "no tempo longo" (Rossa, 1995). Aliás, a posição estratégica deve ter atraído populações que buscavam defesa e protecção e o território não devia estar deserto porque, ao contrário de outros castelos da raia, não houve necessidade de o decretar couto de homiziados. Na Serra de Portalegre e área envolvente, as prospecções de campo têm detectado inúmeras vestígios de sítios de habitat e necrópole, classificados como "medievais" e cujas datas apontam os séculos X e XII (Ventura, 1891; Bucho 1993). A avaliação destes vestígios denuncia uma área povoada, embora de forma dispersa. Sabe-se que já existia a vila de Portus Alacer que, até à data da concessão de foral próprio, se encontrava dependente, quer da Ordem do Templo, quer do concelho de Marvão. O significado deste toponímico parece estar ligado aos chamados portos secos, locais interiores cuja designação correspondia a locais de trânsito terrestre de mercadorias.

A Vila de Portus Alacer

A origem da cidade é mal conhecida e a hipótese de ter sido estabelecida sobre a cidade romana de Ammaia está hoje posta de parte (Bucho, 1993). É provável que a sua origem remonte ao século XIII, pois "... no século XII, mais não seria do que uma região aberta às incursões do Norte do Tejo e às investidas árabes. A sua «reedificação e povoamento» solidificam-se a partir do século XIII" (Patrão, 1996, p.17). No entanto, como referiu Bucho (1993), é provável que o

sítio em que Portalegre se fundou, pela sua posição estratégica, tivesse sido aproveitado antes, por povos indígenas, romanos, bárbaros ou muçulmanos. A importância e desenvolvimento do lugar terá decorrido das “primeiras fundações que foram determinadas por razões de fomento interno e necessidades de administração do território, associados a propósitos defensivos” (T. B. Salgueiro, 1992, p.164).

Por fonte documental, a povoação de Portalegre foi vila em 1229 e constituiu-se concelho em 1253, por separação do de Marvão criado em 1226. D. Afonso III ter-lhe-á concedido, o seu primeiro foral, em 1259. Este rei mandou reconstruir a povoação antiga de Portelos², arrasada pelas contendidas entre cristãos e muçulmanos, criando um novo concelho a que deu o nome de Portus Alacer, denominação que depois derivaria para Portalegre, lugar alegre e de boas vista (Rodrigues & Pereira, 1988).

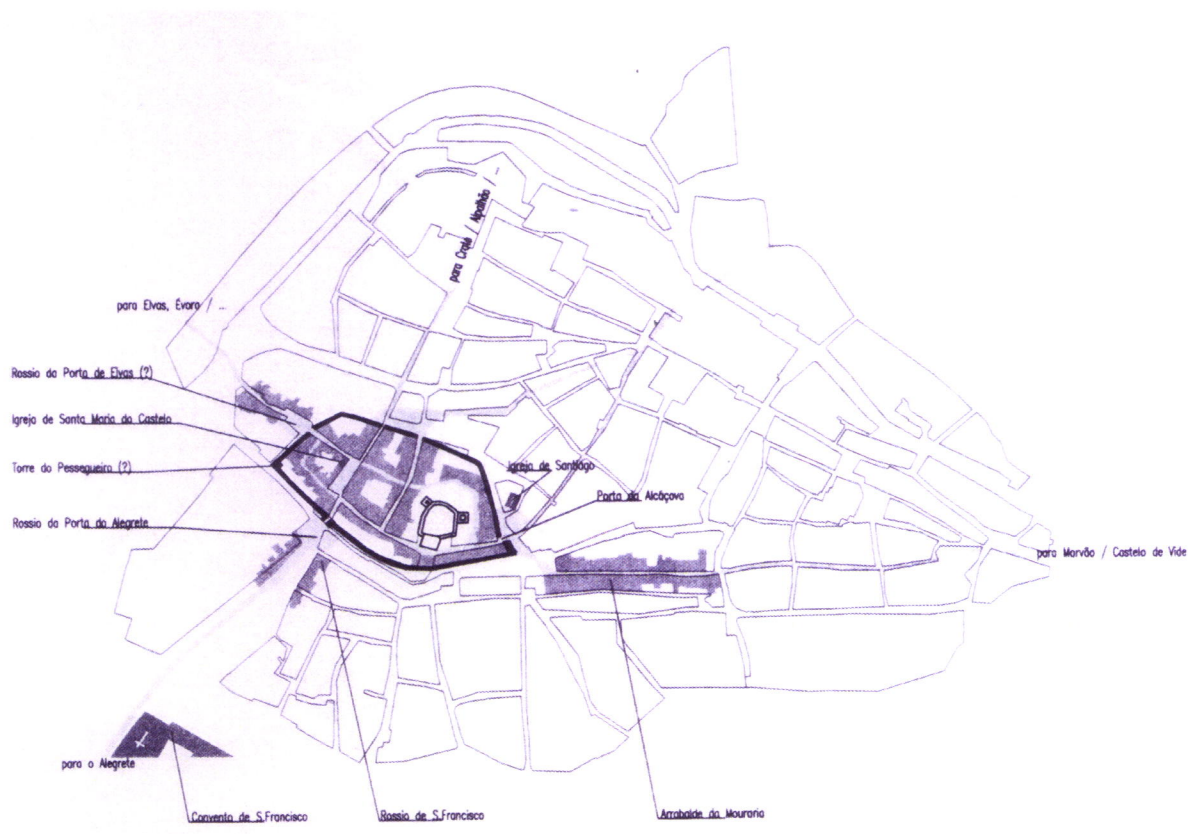
É ao rei D. Afonso III que se deve a fundação de Portalegre, dotando-a de um plano urbanístico baseado numa trama de duas ruas paralelas ligadas por duas travessas que correspondem actualmente às ruas de Besteiros e 19 de Junho, existindo nesta última, por alargamento no troço central, a praça da vila onde se situaria o poço e a igreja intramuros (Santa Maria do Castelo). Para defender o núcleo urbano foi edificada a cerca (Cerca Afonsina) que continha a Norte os actuais jardins do Arquivo Distrital, atingindo o extremo da rua do Castelo, onde existia uma porta. A Sul, o traçado correspondia ao actual e a poente, parte foi absorvida pela construção do convento de Santo Agostinho. A cerca comunicava com o exterior por três portas: a de Elvas e do Alegrete que abriam para Rossios e a poente a Porta da Alcáçova (Figura 5).

Com D. Dinis, ou ainda no tempo de seu pai D. Afonso III, ter-se-ão formado a poente (a partir da Porta da Alcáçova) e a SE (a partir da porta de Alegrete) quatro arrabaldes (Figura 5): dois em direcção à saída para Marvão e Castelo de Vide (Arrabalde da Mouraria e Santa Clara) e outros dois na saída para o convento de São Francisco (Arrabalde da rua da Carreira, hoje 19 de Junho e o Arrabalde de São Francisco). Devido à implantação topográfica (menor inclinação do terreno) os arrabaldes da rua da Carreira e de S. Francisco terão tido maior desenvolvimento, imprimindo assim uma tendência de crescimento extra-muros com orientação S-N que ainda hoje perdura.

² Topónimo que não conseguimos localizar.

O crescimento populacional e económico no interior da Cerca Afonsina e nos Arrabaldes levou D. Dinis a construir uma nova cerca para protecção dos moradores e para reforçar a defesa da fronteira a leste. Gomes (1937), afirma que D. Dinis construiu na vila, em 1290, um forte castelo cercado de duas ordens de muralhas. Não é claro se D. Dinis reconstruiu ou reformulou o edifício do castelejo, recinto amuralhado que deverá remontar ao Período Afonsino, ou terá edificado um castelo de raiz. A expressão da "urbanização Dinisina" intra-muros pode ainda hoje avaliar-se pelo conjunto das ruas Mouzinho de Albuquerque/Pirão, de São Martinho, da Paciência, de São Tiago, do Loureiro, nas antigas travessas e nas actuais ruas de Benvindo Ceia, A. Eduardo Nunes. Neste conjunto destacavam-se como lugares centrais a Praça e a respectiva albergaria, onde se realizava o mercado diário intra-muros. O conjunto situava-se junto à Porta da Deveza, onde estava a igreja de S. Martinho, actual largo Frederico Laranjo.

No sentido de reforçar a segurança na raia, D. Dinis realizou ainda intensas reformas como: o alargamento do perímetro intra-muros através da construção de uma nova cerca de muros, resultando nas já referidas duas ordens de muralhas; a execução de uma reforma urbanística, criando um conjunto de arruamentos de traçado esquadriado, na área do novo perímetro urbano, aproveitando uma rua que estaria já criada ao longo de um dos panos da muralha da antiga Cerca Afonsina.

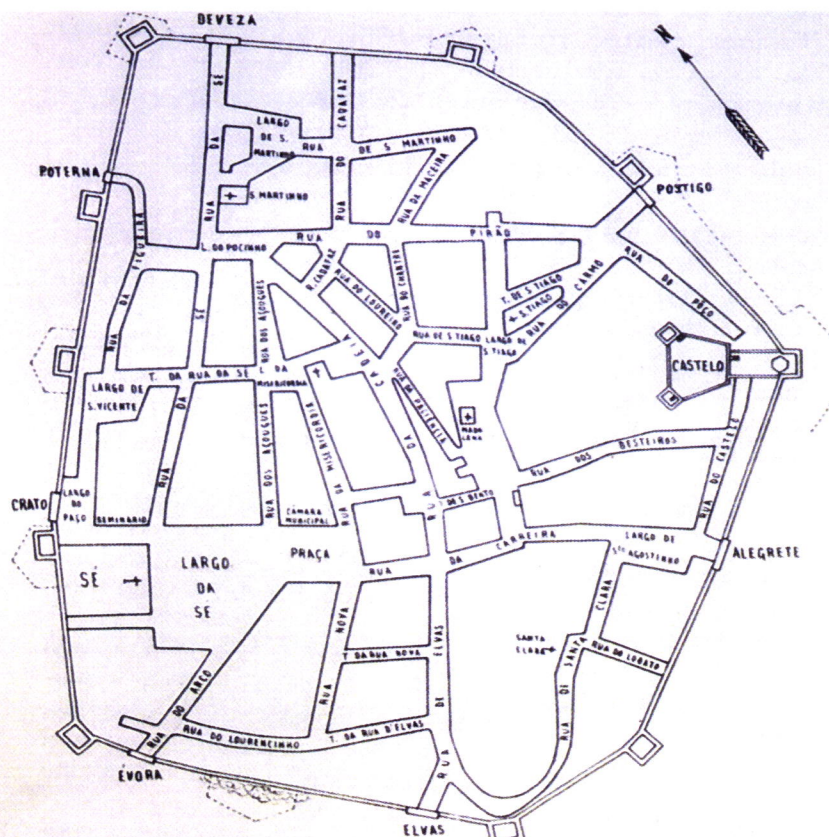


1270

Figura 5 - Planta da cidade de Portalegre em 1270, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).

A Cerca Dinisina exterior (Figura 6), era interrompida por 12 torres (das quais ainda se conservam 3) e várias portas que correspondiam a saídas e apontavam direcções referidas ao sector periurbano próximo, ou a destinos afastados (Rodrigues & Pereira, 1988).

Castelo e cerca muralhada de D. Dinis



in: *Portalegre na História Militar de Portugal*
(Desenho: *Dr. João Tavares*)

Figura 6 - Castelo e Cerca Amuralhada no tempo de D. Dinis (século XIV). (Adaptado de I. Garraio, 2002, p.11).

Há dúvidas quanto ao número (7 ou 8) e nome de portas existentes. Bucho (1993) refere a existência de sete portas, cinco de acesso e grandes, duas "portelas" ou "portas falsas" de serviço, a da Poterna ou porta falsa (Figuras 5 e 6). São conhecidas como:

- Porta de Alegrete, orientada para a vila do mesmo nome (Figura 7);
- Porta do Postigo, assim denominada por ser uma porta pequena (porticum) com fresta ou vigia (Gomes, 1937);
- Porta da Deveza ou do Espírito Santo, por dar para a "Deveza" (mata cercada, de abundantes árvores e pastos) e por se referir à ermida do Espírito Santo (igreja no século XIV), na direcção da qual a porta se encontra (Rodrigues & Pereira, 1988);

- Porta do Crato ou do Bispo por estar orientada para a referida Vila e por ter junta, a partir de 1550, a residência episcopal;



Figura 7 - Porta de Alegrete

- Porta de Évora ou Porta Falsa, orientada para Évora e “Falsa” por razões táticas ou militares;

- Porta de Elvas, orientada nesta direcção;

Porta da Torre do Pessegueiro, cuja referência em 1304 não garante a localização no terreno ou a origem do nome;

- Porta de São Francisco, assim designada por abrir para terrenos do convento do mesmo nome, construído antes desta (Bucho 1993).

Destas portas sobreviveram as Portas de Alegrete, da Deveza e do Crato (Figura 8). A primeira situa-se a leste, deitando para o Corro de Baixo, sítio aberto onde tinham lugar os jogos e torneios. A Porta da Deveza, virada a Norte, desempenhava na cidade um importante papel. A sua importância na topografia da cidade era grande, pois era ponto de passagem obrigatório e local de grande importância estratégica e económica, onde se cobrava portagem. Esta relevância fez dela um sinal iconográfico de Portalegre (Rodrigues & Pereira, 1988). A Porta do Crato é conhecida hoje por Porta do Bispo.

As portas, mantinham-se abertas “desde a madrugada até depois do toque das Trindades, a não ser que os tempos fossem de guerra ou os ares de peste aconselhassem a exclusão temporária de estranhos” (Andrade, 1987, p.66).

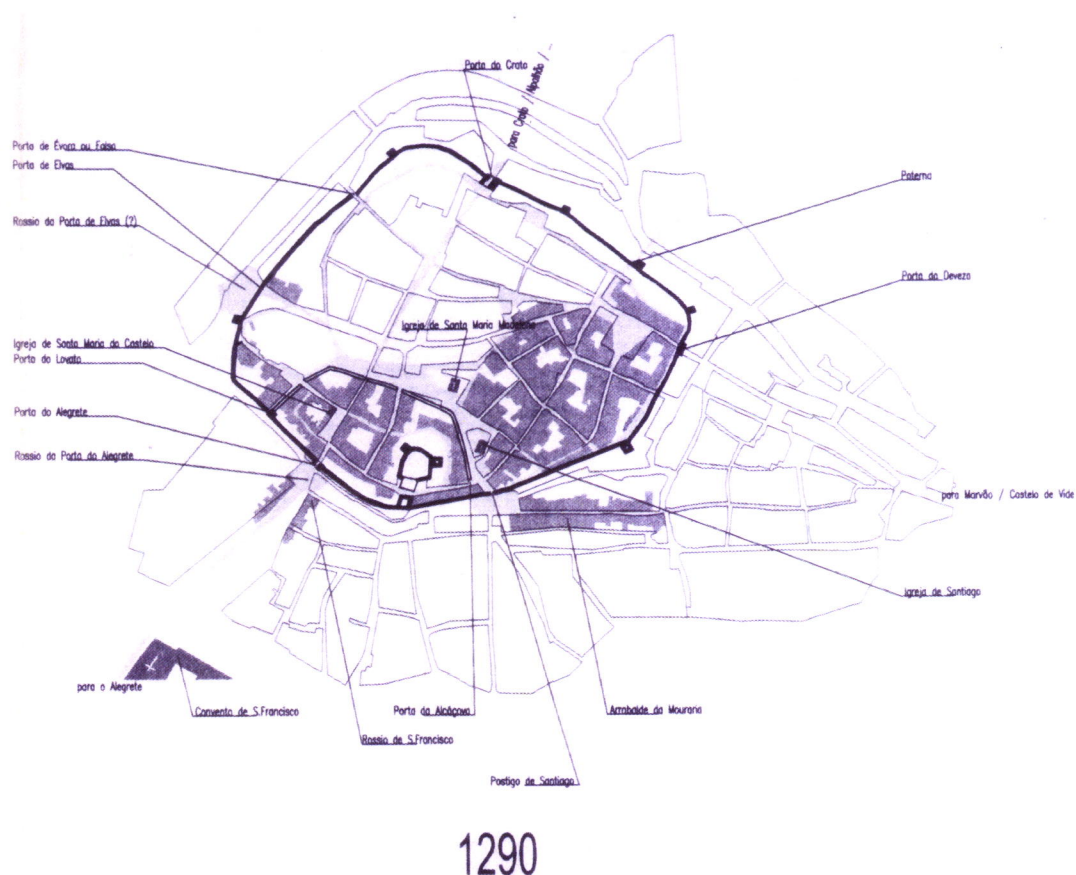


Figura 8 - Planta da cidade de Portalegre em 1290, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).

As Torres, portas e postigos articulavam-se com o exterior e com o espaço intramuros, pois balizavam também as principais artérias do núcleo urbano. Eram o limite entre o interior e o exterior e um visitante, “mal assomava à entrada logo os homens do alcaide ou os porteiros do concelho o interpelavam perguntando-lhe quem era, ao que vinha e o que trazia na bagagem. A sua condição de forasteiro era-lhe desagradavelmente recordada, através do pagamento de taxas” (Andrade, 1987, p.66). A área defendida pela muralha era superior a 9 hectares e situava-se a meia encosta entre 450-500 m de altitude. Em finais do século XIII existiam dentro da muralha 7 freguesias (Garraio, 2002): São Tiago, São Martinho, Santa

Maria Madalena, Santa Maria do Castelo, Santa Maria a Grande, São Vicente e São João) e 2 fora de portas (São Lourenço e São Pedro). Na figura 9 apresenta-se reprodução do provável panorama da cidade nesta época.



Figura 9 - Pôr do sol em Portalegre. Aspecto da cidade medieval. Reconstituição do antigo castelo e muralha de acordo com desenho de Herculano Curvelo, (Adaptado de I. Garraio, 2002)

No início do século XIV terá existido um outro arrabalde localizado a Norte do terreiro ou rossio da Deveza (actual largo 28 de Janeiro). É provável que entre este e o arrabalde da Mouraria se tenham instalado vias de circulação que poderão corresponder às actuais ruas Marquês de Pombal e Sousa Larcher (F. Silva, 1995).

A comunidade judaica surge neste século instalada entre o rossio (rua Serpa Pinto) e a Porta Falsa, afastada da comunidade cristã, instalada no centro (F.Tavares, 1989).

No último quartel do século XIV (1374) a construção do Convento de Santa Clara teve forte impacto urbanístico. Ocupava um quarteirão e introduziu certo geometrismo numa área não planeada que até ali crescia em função dos interesses particulares e das facilidades topográficas. Neste período a malha urbana da judiaria ter-se-á consolidado. Extra-muros verificou-se forte expansão dos arrabaldes da Deveza e da Mouraria para Norte, protegidos pela proximidade da muralha e pela influência da ermida e albergaria do Espírito Santo.

Nos séculos XIII e XIV o crescimento da cidade intra-muros (cidade medieval e gótica), foi pouco planeada expandindo-se ao sabor das necessidades imediatas, em direcção a NW (Figura 9).

Em termos urbanísticos o século XV ficou marcado apenas pela consolidação da malha urbana intra-muros e pela aproximação dos arrabaldes da Deveza e da Mouraria como se pode constatar pela Planta do XV, representada na Figura 11.

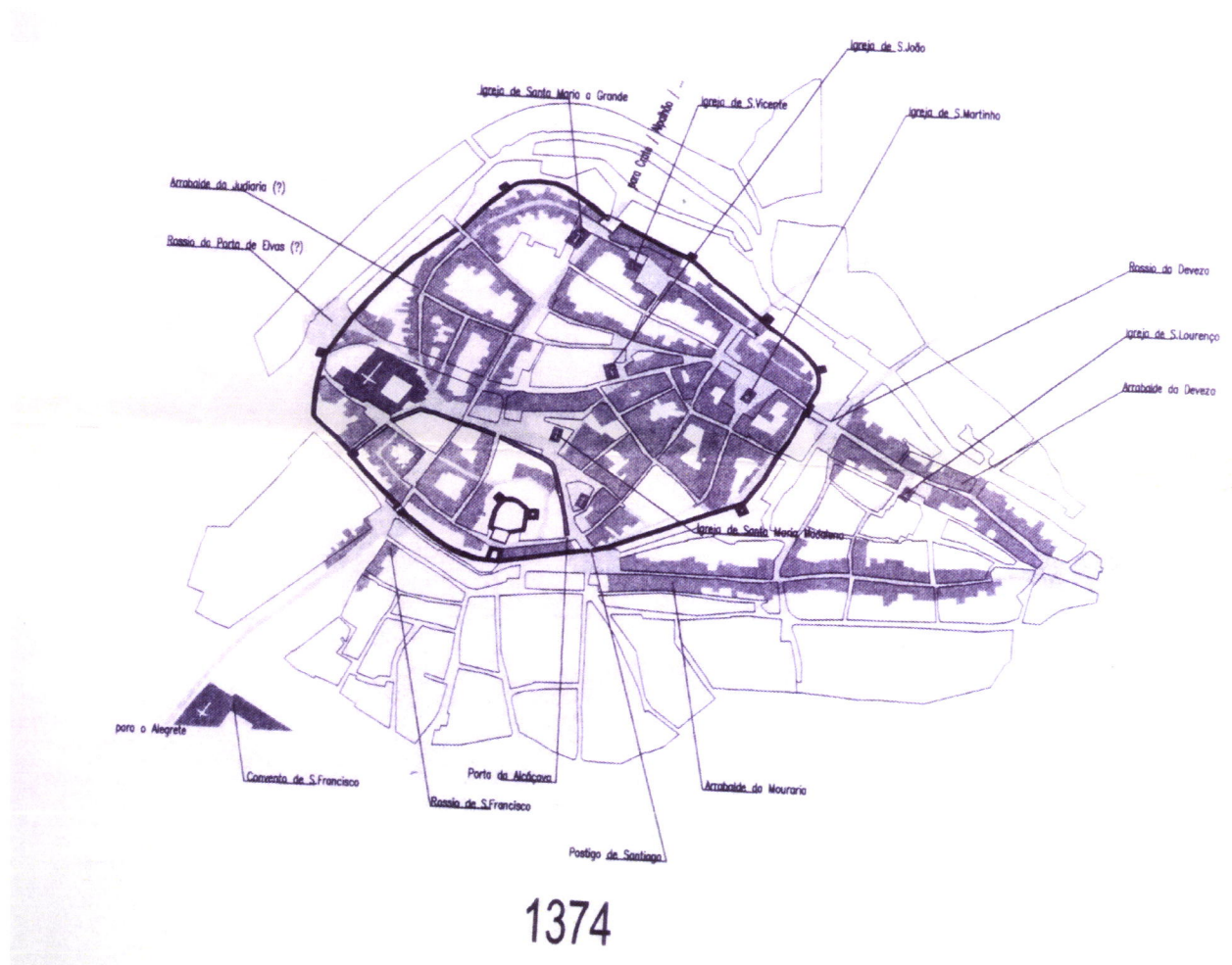
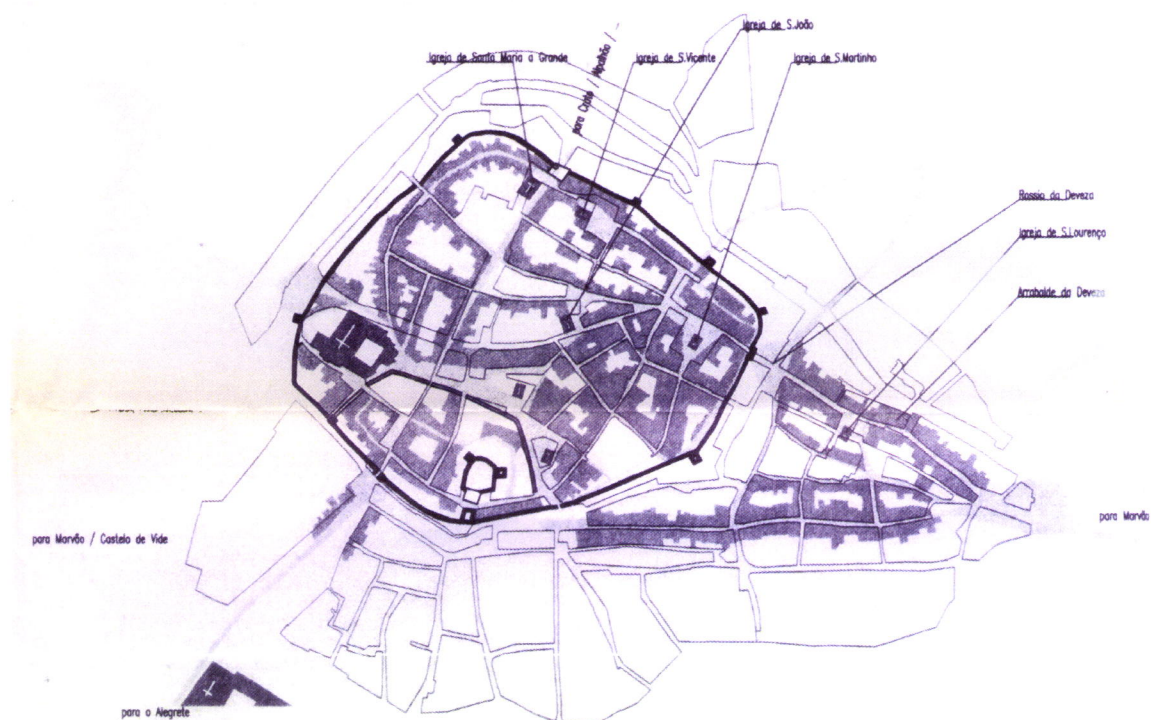


Figura 10 - Planta da Cidade de Portalegre em 1374, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).

No início do século XVI, em 1511, D. Manuel concede a Portalegre um foral com registo actualizado das "Isenções e encargos locais" (Costa, 1979, p.56), juntamente com o de Arraiolos.

A data da passagem de vila a cidade não está bem esclarecida. No século XVI, o acto de atribuição de foro de cidade fazia parte dos interesses da coroa, pois as cidades eram usadas como elementos reguladores entre a política centralizadora

da reino e os interesses da população em manter os interesses e tradições locais. No entanto, de acordo com V. Serrão (1973), o termo «cidade» foi, em Portugal e desde o século XII, atribuído aos aglomerados urbanos que já eram, ou se tornaram, assento de um Bispado. A bula que eleva Portalegre a bispado, denominada “Pro excellenti Apostolicae sedes”, data de 1549 e posteriormente, a 23 de Maio de 1550, D. João III eleva Portalegre a cidade. O facto da região de “Entre-Tejo-e-Odiana” ter sofrido ao longo do tempo um crescimento populacional e maior complexidade jurídico-administrativa, poderá associar-se a esta promoção local e regional.



sec. XV

Figura 11 - Planta da cidade de Portalegre no século XV, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).

A zona alentejana incluía já terras da Coroa, do Duque de Bragança e das Ordens Militares de Santiago, Crato e Avis. De acordo com o primeiro recenseamento da população portuguesa (1527), destinado a conhecer os limites

dos lugares e estabelecer uma nova delimitação de comarcas, "achou se na villa de portalegre dentro da cerca e arrabaldes mill e duzentos e vinte e quatro fogos. e em termo da dicta villa cento e nouenta e cinco fogos" (Dias, 1992, p.7).

No século XVI, Portalegre já detém uma manufatura de lanifícios com bastante actividade e, a partir de 1580, vão-se estabelecendo fábricas de tecidos, curtumes, moagem e massas, sendo já afamados os "panos de Portalegre". De salientar a enorme concentração da actividade têxtil nesta região, assim como ao longo da raia, de acordo com a direcção das "canadas" por onde se realizava a transumância e estabeleciam os principais contactos (Figura 12).

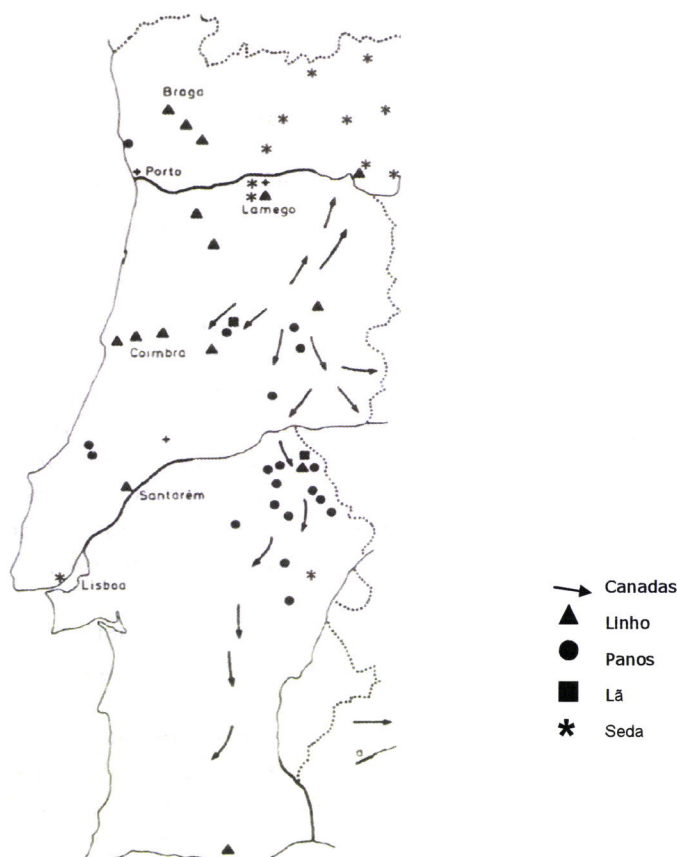


Figura 12 - Distribuição da indústria têxtil no século XVI. (Adaptado de S. Daveau, 1995)

O intenso desenvolvimento industrial, reflexo do que representou "o século de ouro de Portugal" foi assinalado em Portalegre pela edificação de peças de elevado valor arquitectónico, das quais se destacam as casas Nuno de Sousa e da rua da Sé e o Palácio Amarelo. No entanto os grandes empreendimentos restringem-se ainda ao espaço intramuros como se observa no mapa do século XVI

(Figura 13). O século XVI é para Portalegre “o século da riqueza e dos prodígios, de um rápido crescimento, tornou-se cidade e sede de Bispado” (Rodrigues & Pereira, 1988, p.29).

Em meados do século XVII, a cidade teria 3000 vizinhos, ou seja cerca de 10 000 habitantes, tendo estacionado em termos demográficos. Portalegre podia comparar-se mesmo a cidades como Braga, Porto ou Évora. Em meados do século era uma das 16 cidades portuguesas que se assumia como sede de Comarca (Rodrigues & Pereira, 1988).

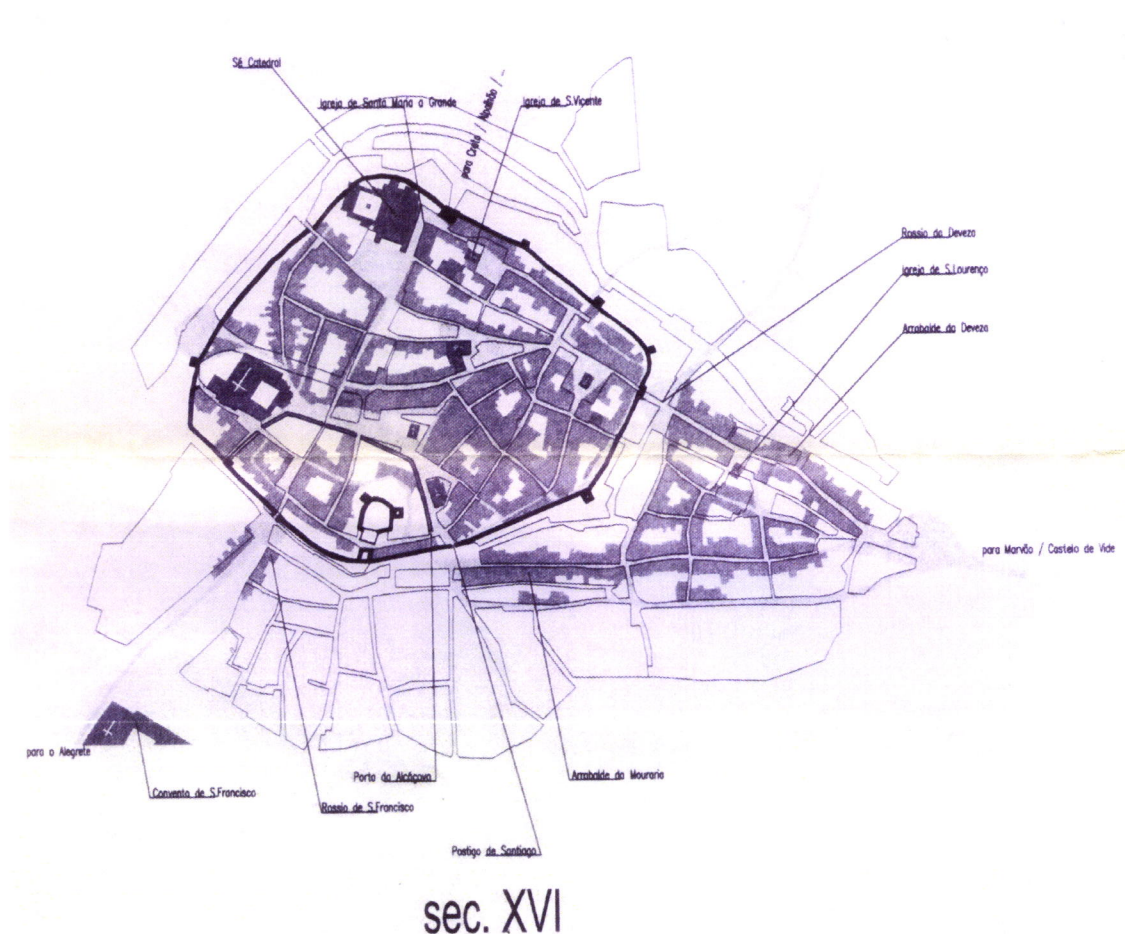


Figura 13 - Planta da cidade de Portalegre no século XVI, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).

Esta prosperidade decorreu da implantação da burguesia local, ligada a actividades económicas como o comércio e a indústria (moagem desde 1580 e têxteis). P. Diogo de Sotto Mayor descrevia-a como “Tem quasi três léguas ao circuito de olivais, vinhas e soutos; há muito azeite, e muito vinho e bom, e muita

castanha, e de todos mais legumes é muito abundosa; muitas carnes e boas, muita hortaliça (...) É terra muito rica em dinheiro, por razão do muito trato de panos e outras mercadorias; e é muito provida de mantimentos e de pão, que vêm de toda a parte e nela se vendem, e se torna a empregar o dinheiro em madeira, vinho, madeira, azeite, castanha e panos, de maneira que sempre o dinheiro fica na terra, porque quem tráz carga leva carga; e por esta razão é das mais ricas de Portugal.” (Sotto Mayor, p.48).

A importância económica e social registada pode avaliar-se também pela ordem dos procuradores nos bancos da corte. Em 1610 Portalegre tinha assento no 7º banco, sendo 30 anos mais tarde (1641) promovida para o 4º (V. Serrão, 1980). Multiplicam-se os solares e as casas fidalgas, levando a cidade a uma fase de maior importância e prosperidade. O crescimento efectua-se obrigatoriamente extra-muros, pois no interior das muralhas já não há espaço disponível (Figura 14).

Porém, na segunda metade do século XVII a produção agrícola ressentia-se do período de guerra, de tal forma que foi por vezes necessário importar produtos.

Do ponto de vista urbanístico foi também um período importante. O arrabalde de São Francisco sofreu grande expansão devido ao desaparecimento das pequenas quintas dos arredores da cidade, a partir das quais se fazia muito do abastecimento alimentar da cidade intramuros. O rossio de São Francisco ou da Porta de Alegrete deixou de ser o Corro para se transformar em mercado abastecedor, rivalizando em importância urbana com os rossios da Mouraria, da Porta da Deveza e o actualmente designado Rossio. Por outro lado, os arrabaldes da Deveza e Mouraria foram perdendo a feição rural e de arrabalde que os caracterizava adquirindo feição urbana, como atestam a edificação da imponente igreja de S. Lourenço, algumas casas apalaçadas (rua 31 de Janeiro) e o Colégio do Espírito Santo (Curado da Silva, 1996). O espaço intramuros reforça a posição de centralidade com a edificação da Sé, do Seminário Diocesano e do edifício dos Paços do Concelho.

A política mercantilista imprimida pelo 3º. Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, originou a reorganização de antigas fábricas manufactureiras e promoção de outras novas, com primazia para os têxteis, pois era fundamental diminuir as importações. Portalegre incluía-se entre as cerca de 15 fábricas de panos de lã existentes em Portugal. Em 1700, a cidade, juntamente com outras (Évora, Elvas, Borba...) constitui, no campo manufactureiro, a indústria saponífera alentejana. A aplicação da política proteccionista do Conde da Ericeira levou à proibição de importação de lã estrangeira em 1684 e ao Regimento dos Panos em 1690, onde se

colégio jesuíta de São Sebastião que tinha sido fundado em 1605, reaproveitando o edifício. Em 1788, na sequência da política de D.Maria I em transferir para particulares as fábricas que no reinado anterior tinham pertencido à coroa. Assim a Real Fábrica de Lanífcios foi arrendada a particulares e um ano depois, em 1789, o número de teares na cidade, desceu para três.

No século XVIII a estrutura do tecido urbano consolidou-se, coroando a herança do século anterior. A cidade torna-se densa afirmando-se como lugar central da região (Figura 15).

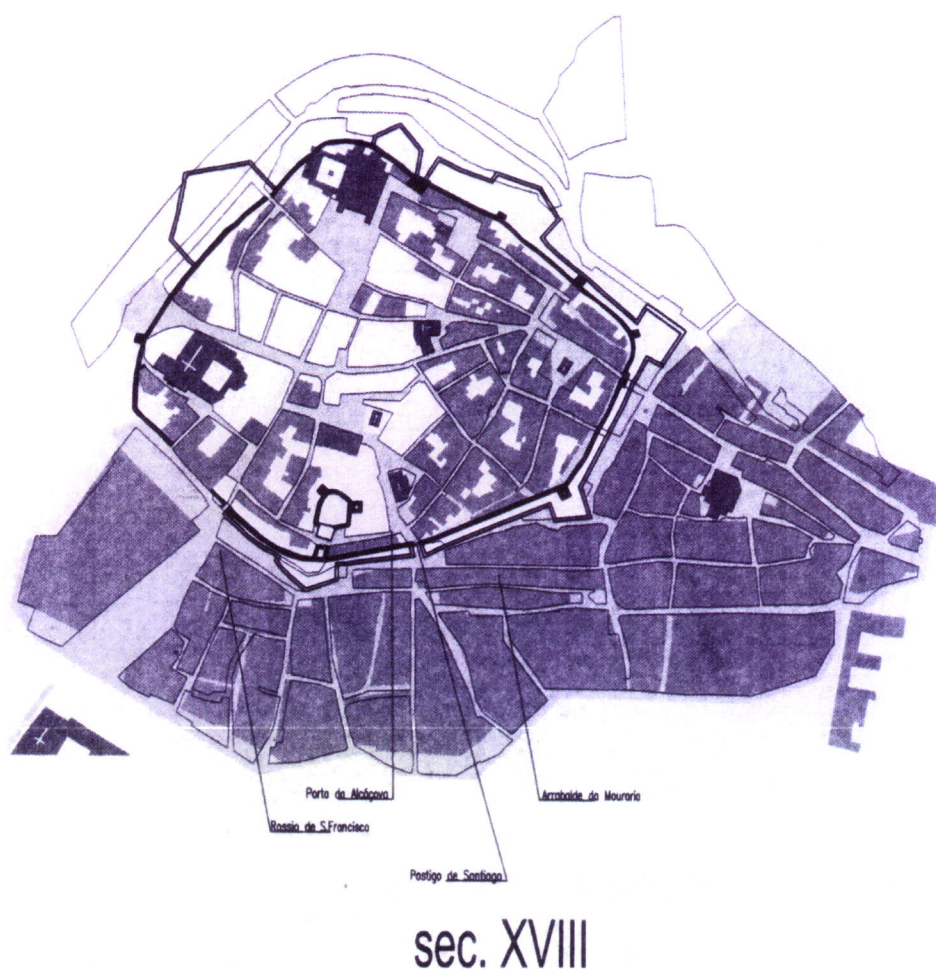


Figura 15 - Planta da cidade de Portalegre no século XVIII, (adaptado de Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre).

Apresentava já em todos os quadrantes excepto o de poente, o perímetro hoje designado por Núcleo Histórico e Envolvente. Alargou-se e consolidou-se a malha urbana entre a praça da República e o topo Sul do Parque Miguel Bombarda. Para Norte o crescimento foi linear a partir do Rossio, feição que se manteve, aquando da construção de frentes urbanas no Bonfim (mercado municipal, edifício

dos CTT, Tribunal Judicial, centro de Assistência Social e mais tarde o Hospital Distrital.

No século XIX, até 1839 existiam dentro dos muros da cidade 4 freguesias: da Sé (substituindo as antigas freguesias de Santa Maria a Grande e de S. Vicente), de São Tiago, de S. Martinho e de Santa Maria Madalena.

A 18 de Julho de 1835 a cidade de Portalegre foi elevada a capital de Distrito. O crescimento urbano para leste verificou-se somente em meados do século XX, com a edificação da Escola Secundária e do Cine Teatro Cristal, situado na alameda nascente do parque Miguel Bombarda (Figura 16) logradouros posteriores das construções logradouros posteriores das construções.

Caracterização e evolução do espaço urbano

A morfologia do espaço urbano reflecte a organização do espaço em função das características fisiográficas da área em que se insere e em função das condições económicas e sociais dos seus habitantes e da sua área de influência. A cidade de Portalegre está geo-estrategicamente implantada como guardiã da Serra de São Mamede, que a protege, beneficiando ainda hoje da sua envolvente.

A malha urbana actual é orientada por alguns dos seus elementos estruturantes principais dos quais se destacam o Castelo e Cerca Medieval (já referidos) e os Templos e Mosteiros.

A cidade estruturou-se progressivamente ao longo dos seus pólos religiosos. Os templos e mosteiros, como locais de culto constituíram, na maioria, estruturas galvanizadoras da dinâmica urbana, geralmente ligadas ao largo ou praça que as acompanha, onde se exerciam funções importantes de comércio e reunião social.

Do conjunto de edifícios religiosos destacamos: O Convento de São Francisco, único edifício religiosos conhecido anterior a D. Afonso III (talvez construído no tempo de D. Sancho II) e localizado extramuros, na direcção da Porta de Alegrete. Entre esta porta e o Convento abre-se o Corro, ladeado pelo arrabalde da torre do Pessegueiro (vide Figura 4, p.31); o Mosteiro de Santa Clara, situado intramuros, a Sul da rua da Carreira, fundado por D. Leonor Telles em 1376 e terminado em 1389, tendo sido modificado e renovado no seu interior, no século XVIII; a Igreja do Espírito Santo, localizava-se extramuros, a Norte da cidade, junto ao Rossio a que deu o nome.

Muitas igrejas não resistiram às transformações urbanas e pressões socioeconómicas como são exemplo as de Santa Maria a Grande, Lourencinho,

Santa Maria do Castelo, São Vicente, São Martinho e Santa Maria Madalena. No início do século XIV (1304) a cidade contava com nove paróquias (Viana, 1991), número que foi sempre diminuindo, assim como o das freguesias.

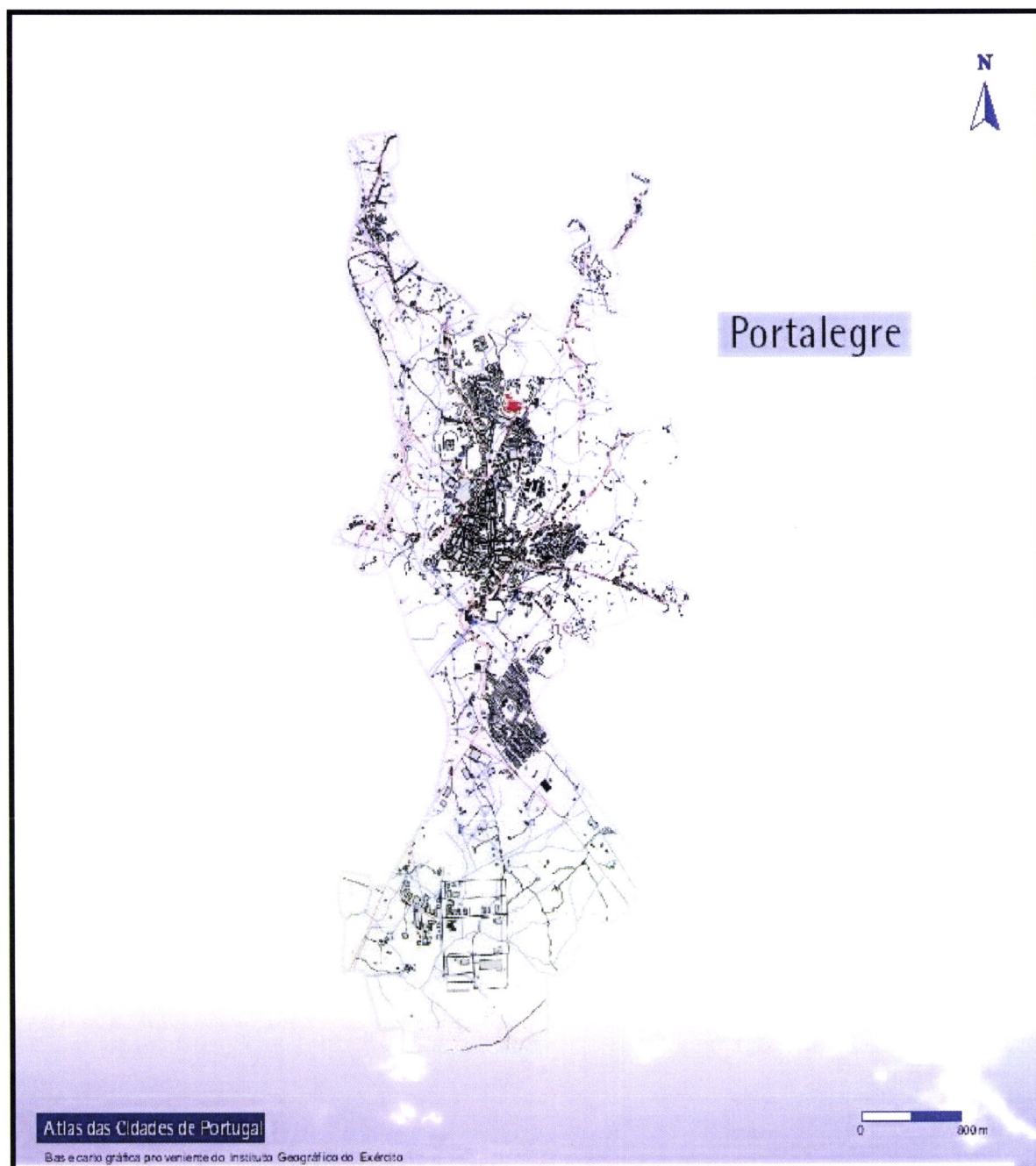


Figura 16 - Planta da cidade de Portalegre em finais do século XX

1.1. Morfologia do Traçado

Urbanismo Medieval

A malha urbana da cidade foi marcada desde sempre por um forte determinismo geográfico, decorrente da adaptação à fisiografia do sítio.

A matriz urbana pré-afonsina, condensada no interior do recinto do castelejo, sucedeu um esforço de “arruar” simetricamente as ruas, elemento chave do urbanismo português, como era típico a partir de D. Dinis, no período de reorganização interna e afirmação da nacionalidade. Neste contexto, surge em Portalegre um padrão urbano geométrico, tal como em Monsaraz, Vila Viçosa e Alegrete (Bucho, 1993, p.207) embora o forte declive em direcção à porta principal (Deveza), pareça ter orientado o traçado das ruas como que por gravidade. A antiga rua do Pirão surge como a rua central da vila Dinisina, cortada por ruas como a do Chantre, da Maceira, travessa da rua do Pirão, do Cadafaz e a paralela rua de São Martinho. Esta estrutura teria o seu eixo principal a correr em sentido NW/SE, limitado a NE pela muralha e a SW por uma área que se ia estruturando com base em três pólos importantes: porta do Alegrete e a Igreja de Santa Maria a Grande; Igreja de Santa Maria do Castelo (talvez localizada onde hoje se encontra o Largo da Sé); Porta da Deveza (Vide, Figura 10, p.44). É provável que estes três pólos tenham constituído dois eixos em L que vieram a constituir-se como a antiga rua da Carreira e a antiga rua de Santa Maria, continuada pela rua Direita (ou da Albergaria), constituindo estas duas últimas, as actuais ruas da Sé e Luís de Camões.

É possível que o núcleo afonsino inicial se incluísse dentro da muralha mais antiga onde viria a ser delineada a rua do Pirão que com o seu traçado terá destruído a muralha Afonsina, aproveitando os seus muros (ou matéria-prima) como paredes estruturais para os edifícios construídos nesse arruamento principal.

A estrutura da cidade fornecia um itinerário definido. O visitante passava pelo Convento de São Francisco, entrava no arrabalde da Torre do Pessegueiro a nascente da cidade, franqueava a Porta do Alegrete encontrando ao seu lado esquerdo a Igreja de Santa Maria a Grande; avançando pela rua da Carreira, o seu percurso iria dar à Igreja de Santa Maria do Castelo. Durante o século XV, o Município teria nesta praça, umas “botticas” para arrendamento, deixando transparecer, também, a sua vocação comercial. A área junto à igreja de Santa Maria do Castelo era no século XVI, o “lugar mais eminente... com a mais nobre

gente da cidade” (Patrão, 1996, p.87). Esta importância decorreu da funcionalidade que foi adquirindo ao longo dos tempos como lugar principal, como lugar de charneira de acção sócio económica e religiosa, onde se situava a sede do centro político da cidade. Na periferia da igreja situava-se a Judiaria, o que atesta o seu carácter comercial e a rua dos Açougues.

Mas a praça como lugar aberto é articulada com a porta principal (a Porta da Deveza), obedecendo à gravidade e à estruturação dos apoios aos visitantes. Nesta rua, já em 1304, talvez devido à conjugação da rua de Santa Maria e da rua Direita (ou da Albergaria), existiam muito perto, duas Albergarias (a de São Vicente e a de São Martinho) e um Hospital junto à Porta da Deveza. A partir desta porta desenvolveu-se um arrabalde (já existente em 1274), na continuidade do eixo formado pela rua de Santa Maria e da rua Direita, sempre a descer (até à cota 442 m) em direcção ao Rossio do Espírito Santo, com o qual confinava a Mouraria (vide Figura 6, p.49), pois os seus habitantes tinham sido obrigados a ocupar a área extramuros. No entanto, ao contrário de outros locais, não se conhece qualquer indício da mesquita ou do almocavar.

A Judiaria, entre portas como habitual nas áreas raianas, situava-se a nascente da rua da Carreira entre a Travessa da Rua Nova e a Rua do Lourencinho. Os topónimos actuais Rua Nova ou Vila Nova, são aliás frequentes nas áreas onde existiram judiarias, tendo sido as sinagogas, em muitos casos, adaptadas a templos cristãos, como poderá ter sido o caso da igreja de São Lourenço ou São Lourencinho (Tavares, 1989).

A Norte da rua da Carreira ter-se-ão desenvolvido ruas de acordo com as diversas profissões, como a dos Sapateiros, dos Curtidores (ambas ainda não localizadas no terreno), dos Açougues, etc. Mais perto da Alcáçova, devido à sua função, encontra-se a rua dos Besteiros. É provável que o afastamento espacial do núcleo urbano centrado na rua do Pirão, relativamente à área mais visitada por viajantes e comerciantes exteriores (Rua da Carreira e Santa Maria do Castelo), tenha levado ao isolamento daquela zona e à necessidade de articular a porta do Postigo de São Tiago com a Porta da Deveza. Mais perto da Alcáçova, parece notar-se que esta tentou, talvez muito precocemente, estruturar o desenho urbano à sua volta.

Urbanismo Moderno

O século XVI tornou-se para Portalegre o que Rodrigues & Pereira chamaram de “século prodigioso”, século da riqueza e dos prodígios de um rápido crescimento” (1988, p.29).

Entre 1518 e 1538 construiu-se o Convento de Nossa Senhora da Conceição ou de São Bernardo, extramuros, na Frontedeira, próximo do Rossio do Espírito Santo e destinado às freiras bernardas. Em frente da igreja encontra-se o Cruzeiro, feito em mármore de Estremoz.

Em meados de 1500, com a criação do Bispado é demolida a Igreja de Santa Maria do Castelo (velha e em mau estado) para aí se construir a Sé episcopal. Como ameaçava ruir, D. Julião construiu um novo edifício, iniciado em 1556 e concluído no tempo do seu 3º bispo; D. Frei Amador Arrais. Do século XVI data também o Paço Episcopal (contíguo à Sé) a Igreja da Misericórdia, no centro da cidade intramuros, hoje ocupada pelo Conservatório Regional que lhe deu um fim cultural, o Antigo Seminário.

Diversos edifícios foram construídos durante este período, atestando a riqueza, desenvolvimento económico e importância política crescente da cidade: Capela do Convento de Santo António; Igreja de São Lourenço; o edifício dos Paços do Concelho; Colégio de São Sebastião; Palácio Amarelo; Casa Nobre localizada entre o nº.13 do Largo Serpa Pinto e a Rua 19 de Junho. A arte renascentista foi dando lugar ao barroco, não só no desenho dos edifícios, mas também nos recheios e decorações, mostrando novas mentalidades.

Não foi possível apurar com precisão a data em que se iniciaram os estudos e trabalhos das novas fortificações. No entanto, foram criados no século XVII complexos sistemas de fossos, rampas, baluartes e muralhas, segundo técnicas que Vauban desenvolveria e sistematizaria.

Urbanismo “Positivista”

A prosperidade de Portalegre continua no século XVIII, como se pode avaliar pelos edifícios modificados e criados. Entre os primeiros destacam-se as alterações produzidas na Sé e no Paço Episcopal, no Convento de Santa Clara, no Convento de São Bernardo, nas igrejas da Misericórdia, de São Francisco e do Espírito Santo. Foram igualmente construídos edifícios de raiz como: o Hospital da Misericórdia; Capela de Santa Ana; Igreja do Calvário; Igreja do Senhor do

Bonfim; Palácio dos Achaiolli; Palácio do Conde de Avilez e casa nobre no Largo de Santo Agostinho.

Na passagem do século XVII para o XVIII, a indústria adquiriu importância crescente. Na segunda metade do século XVIII funda-se a Real Fábrica de Lanifícios, no edifício do colégio jesuíta de São Sebastião. Várias situações se seguiram na evolução desta indústria.

No século XIX desenvolveu-se a indústria da cortiça cuja representação recai na Fábrica da Sociedade Corticeira Robinson, ainda hoje em actividade. Chegou igualmente até aos nossos dias uma das tradições de Portalegre, a sua indústria de moagem, tendo recentemente deixado de laborar a Moagem de Portalegre.

A monumentalidade da cidade manifesta-se pelo seu património histórico, construído essencialmente entre os séculos XVI e XVIII, com predomínio de fachadas em estilo barroco. Alguns edifícios tiveram de ser construídos fora do cerco da cidade, por falta de espaço, o que denota o grande desenvolvimento do espaço urbano nesta época.

Durante o século XIX, a arquitectura monumental diminui consideravelmente, embora a cidade se tenha expandido para Norte em direcção ao Bonfim e tenham sido feitas obras na Igreja do Senhor do Bonfim e alterações no palácio Amarelo. Neste século é ainda construído o jardim da Corredoura, a primeira zona verde construída. Em meados do século foi plantado um plátano no Rossio, ainda hoje um dos símbolos de Portalegre (Figura 17).



Figura 17 - Plátano centenário existente no Rossio

No início do século XX a cidade expande-se a nascente para o Atalaião, reequipa-se e atravessa novo período de crescimento. O espaço do antigo Rossio transforma-se em jardim da Avenida da Liberdade, designado por Jardim do Tarro. Verificou-se um crescimento urbano em comprimento, acompanhando o contorno das vertentes da Serra de São Mamede.

Assim a cidade era limitada a Norte pelo Rossio do Espírito Santo e a Oeste e a Sul pela actual Rua 1º de Maio. A nascente, o limite estendia-se à Rua 3 de Janeiro, dilatando-se para nascente do cruzamento da actual rua J. Maria Grande com a rua de Olivença, recuando até à actual rua de Artilharia de Montanha, alargando-se depois de modo a incluir o Convento de São Francisco, o Palácio Achaiolli e o Palácio do Conde de Avilez.

No último quartel do século XX o crescimento dirige-se para Sul, penetrando na planície, onde é construído o Bairro dos Assentos. A expansão para poente é limitada pelas fábricas de moagem e de lanifícios, deixando o Centro Histórico fechado sobre si próprio.

Assim, a cidade parece articulada em 3 núcleos:

1 – Centro Histórico.

2 – Centro intermédio (como que uma extensão do Centro Histórico, mantendo em alguns pontos as mesmas características daquele Centro)

3 – Núcleo Novo, constituído pelo resto da cidade, para lá do Rossio em direcção ao Norte e para lá do “Corro de Baixo” em direcção ao Sul e, uma pequena faixa a Leste do limite nascente acima referido, já que mais para nascente a cidade não se poderá alargar devido à Serra. A poente do Centro Histórico também o declive torna difícil a expansão, excluindo os edifícios históricos extramuros que se encontram, hoje envolvidos por este Núcleo.

No Centro Histórico o L que atravessava comercialmente a cidade, constituído pela Rua da Carreira (actualmente Rua 19 de Junho) e pela Rua da Sé, que ligavam preferencialmente a Porta de Alegrete à Porta da Deveza, vêm hoje esse movimento diluído pela rua do Comércio, continuada pela rua Luís de Camões e fora de Portas, descendo sempre pela Rua 5 de Outubro até ao Rossio. Através delas se vão ligando os diversos núcleos da cidade.

Actualmente o Centro Histórico é constituído apenas por 2 freguesias, de São Lourenço e da Sé.

2. Enquadramento Físico Da Cidade e Relação com o Parque Natural da Serra de São Mamede

2.1. A Serra de São Mamede

A Serra de São Mamede constitui um relevo importante e complexo com cerca de 40 km de extensão e cerca de 10 km de largura. Forma a mais notável forma de relevo a Sul do rio Tejo, culminando no pico de São Mamede a 1027 m de altitude (Figura 18). Este relevo vigoroso, extenso e complexo, não se confina ao território nacional, pois é parte de uma unidade morfológica mais vasta que se estende para Espanha.

A serra é formada por vários tipos de rocha. A parte oriental é modelada em xistos de idades diferentes, com intercalações de cristas de quartzito e a parte ocidental é constituída essencialmente por granitos. A diferente resistência destas rochas à erosão (com destaque para os quartzitos) e a acção da tectónica, são responsáveis pelo complexo relevo da serra. Nos granitos as superfícies estão melhor conservadas, embora com entalhe fluvial recente, enquanto nas restantes

litologias o relevo é muito movimentado. Estes materiais foram deformados por dobramentos e fracturas e sucessivamente sujeitos a ciclos de sedimentação e erosão dos quais resultou a morfologia geral do relevo.

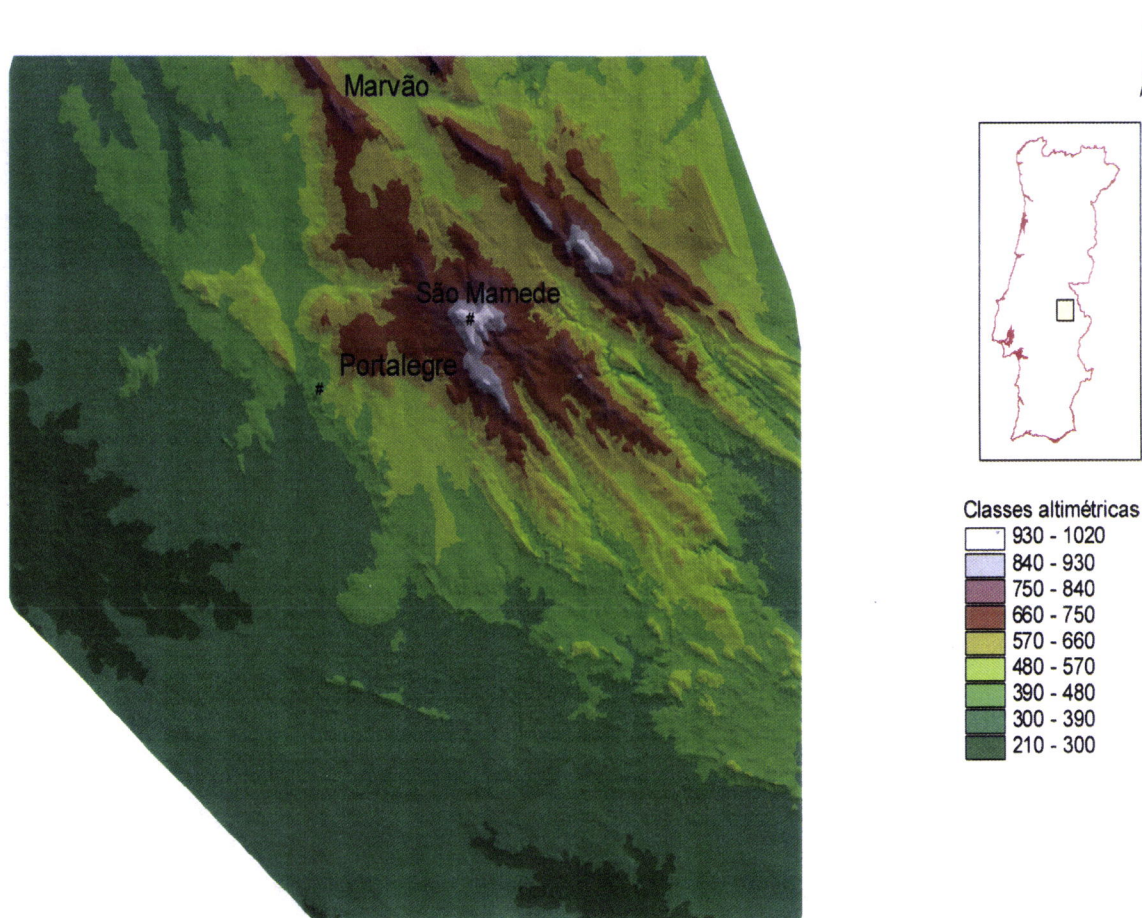


Figura 18 - Mapa hipsométrico da Serra de São Mamede e da peneplanície envolvente

Os movimentos tectónicos ocorridos na orogenia hercínica, reactivados até ao Cenozóico, foram determinantes na orientação NW-SE das principais estruturas do relevo. Estes movimentos originaram depressões (geosinclinais) e elevações (geoanticlinais).

O conjunto da Serra de São Mamede destaca-se nitidamente na paisagem pois ergue-se de forma brusca da peneplanície do Alto Alentejo cuja superfície ronda os 300-400 m de altitude, consoante o tipo de rocha em que está modelada e a densidade da rede hidrográfica que a sulca. A serra contacta com a peneplanície por patamares escalonados a várias altitudes (Figura 18). A ocidente individualiza-se da peneplanície (à cota de 350-360 m) um pequeno, mas vigoroso,

degrau topográfico com cerca de 100 m de desnível que dá lugar a um patamar entre os 400-500 m de altitude que se estende de Fortios para leste até Alegrete (Feio e Almeida, 1980). Em Portalegre este degrau, talhado em granitos, encontra-se a 470-500 m. O degrau circunda toda a serra com altitudes e vigor semelhantes e corresponde a uma zona de desnivelamento tectónico. Separado deste por uma escarpa de falha irregular (junto à povoação de Carreiras), desenvolve-se a NW, entre os 650-700 m, outra superfície mais degradada pela erosão, designada por "plataforma de Alvarrões". A partir destes patamares, para SE de Castelo de Vide e Marvão, encontram-se as superfícies mais elevadas correspondentes a cristas modeladas em quartzitos muito fracturados e com orientação NW-SE. O vigor e altitude das cristas é muito variável mesmo em áreas muito próximas devido à diferente espessura, fracturação e conservação dos afloramentos. Para leste, na área de Alegrete o relevo vai perdendo energia e as cristas não ultrapassam os 600-650 m de altitude, dando progressivamente lugar à peneplanície.

A superfície da Serra encontra-se dissecada por densa rede hidrográfica, orientada pela estrutura geológica (orientação da orogenia hercínica), chegando mesmo a atravessar perpendicularmente as cristas quartzíticas. O interflúvio que articula o pico de São Mamede (1027 m), as penhas de São Brás e se prolonga para Espanha, estabelece o limite da drenagem entre as bacias do Guadiana para Sul e Nascente (tributários dos rios Caia e Xévora) e do Tejo (afluentes da ribeira de Niza e do rio Sever) para Norte e Poente.

Os fortes declives registados na maioria das vertentes da Serra, a forte densidade de drenagem e o regime torrencial da rede hidrográfica, tornam as capacidades de uso do solo limitadas. Cerca de 90% da área é constituída por Solos Litólicos não húmicos, Litossolos e Solos Mediterrâneos Pardos. As classes de capacidade de uso do solo dominantes são a E (45%) e a D (34%) e complexos destas com a classe C, mas correspondendo sempre a áreas muito restritas. Esta classificação significa que a maioria dos solos tem capacidade de uso muito baixa, com limitações muito severas e riscos de erosão elevada, não sendo por isso susceptíveis de uso agrícola, mas recomendada a sua utilização para sistemas florestais de protecção ou recuperação e sistemas silvo-pastoris (montados).

2.2. O Clima e a Vegetação

O Clima

O conhecimento dos climas locais está ainda pouco desenvolvido em Portugal, apesar do seu grande interesse em Estudos de Impacte Ambiental, de conforto humano e até de saúde pública. Os factores geográficos desempenham um papel determinante nos climas locais, nomeadamente à escala micro-climática. No meio urbano é frequente encontrar variações locais muito significativas dos elementos climáticos, de acordo com a orientação das ruas e volumetria dos edifícios, como resultado da interferência da malha urbana na insolação e no regime de ventos dominante. As cidades, devido às características da morfologia, à percentagem de espaços verdes e de solos impermeabilizados, ao tipo de materiais de construção utilizados e ao grau de poluição atmosférica resultante das actividades humanas, apresentam características climáticas específicas, funcionando estas como “ilhas de calor urbano”. Como não possuímos registos climáticos adequados para a avaliação deste efeito, apresentam-se apenas as características gerais do clima de Portalegre e da região envolvente.

O Alentejo apresenta uma diversidade geográfica que contraria a ideia comum de uniformidade e monotonia que também se manifesta no clima. Relevos como a Serra de São Mamede, espaçados e de média altitude, contribuem para amenizar as influências devidas à originalidade da sua posição entre o Atlântico e o Mediterrâneo. No entanto a tonalidade climática é marcada pelo cariz mediterrâneo que se manifesta na secura estival, apesar da influência do influxo de ar Atlântico.

As características climáticas da região de Portalegre são aqui avaliadas pelos registos dos elementos obtidos nas estações meteorológicas de Portalegre e Marvão (localizadas na área do Parque Natural) e dos postos udométricos de Castelo de Vide, Cabeço de Vide e Arronches. A localização destas unidades é muito heterogénea, como se pode observar no Quadro II. A desigualdade de dados nas estações e postos permite apenas uma avaliação razoável da distribuição da precipitação, ficando a avaliação dos restantes elementos climáticos (temperatura, hidrometeoros, etc) confinada a Portalegre e Marvão.

Como em todo o Sul de Portugal, o regime pluviométrico registado nas estações consideradas é tipicamente mediterrâneo, com um mínimo estival e um máximo invernal, concentrando-se cerca de 75% da precipitação total entre Outubro e Março, a que acresce ainda elevada irregularidade inter-anual (Figura

19). No entanto a variação da altitude e exposição, são responsáveis por alguma diversidade. As estações de Portalegre, e Castelo de Vide, situadas a meio da encosta da Serra (597 e 575 m) e Marvão, em posição culminante e mais elevada (865 m) apresentam sensivelmente os mesmos valores de precipitação média anual (entre 880 e 910 mm). Cabeço de Vide e Arronches, situadas na peneplanície (398 e 300 m respectivamente) registam precipitações inferiores, entre 695 e 655 mm. A concentração temporal da precipitação avaliada pelo número de dias em que ocorrem precipitações superiores a 10 mm, segue a mesma tendência (Figura 20), verificando-se em Marvão e Portalegre maior número de dias com precipitação superior a 10 litros por m². De salientar que este valor não se distribui uniformemente ao longo do dia mas pode ocorrer em poucas horas ou minutos, gerando, por vezes, forte torrencialidade.

Quadro II – Localização das Estações Meteorológicas* e Udométricas.

Locais	Latitude (N)	Longitude (W)	Altitude (m)
Marvão*	39° 24'	7° 23'	865
Portalegre*	39° 17'	7° 25'	597
Castelo de Vide	39° 25'	7° 27'	575
Cabeço de Vide	39° 08'	7° 35'	398
Arronches	39° 07'	7° 18'	300

O regime térmico, avaliado apenas pelos dados das estações de Portalegre e Marvão, apresenta também características mediterrâneas, modificadas pela influência local do relevo na alteração da trajectória das massas de ar. A temperatura média é 2,4°C mais elevada em Portalegre (15,1°) do que em Marvão (12,7°) e justifica-se pela diferença de altitude e exposição dos dois locais. No entanto estes valores médios escondem a intensidade do calor e do frio nas épocas estival e invernal que apenas se podem estimar pelos valores das amplitudes diurnas (de que não dispomos registo) e anuais, pelos valores máximo e mínimo absoluto, e pela duração média do calor e do frio. Em Portalegre, no período entre 1951-80, as temperaturas máxima e mínima absoluta verificaram-se em Julho (41,6°) e Dezembro (-5°) enquanto em Marvão ocorreram em Julho (39°) e Fevereiro (-9,5°), o que significa amplitudes extremas da ordem dos 46,6° e 48,8°C, respectivamente (Figura 21).

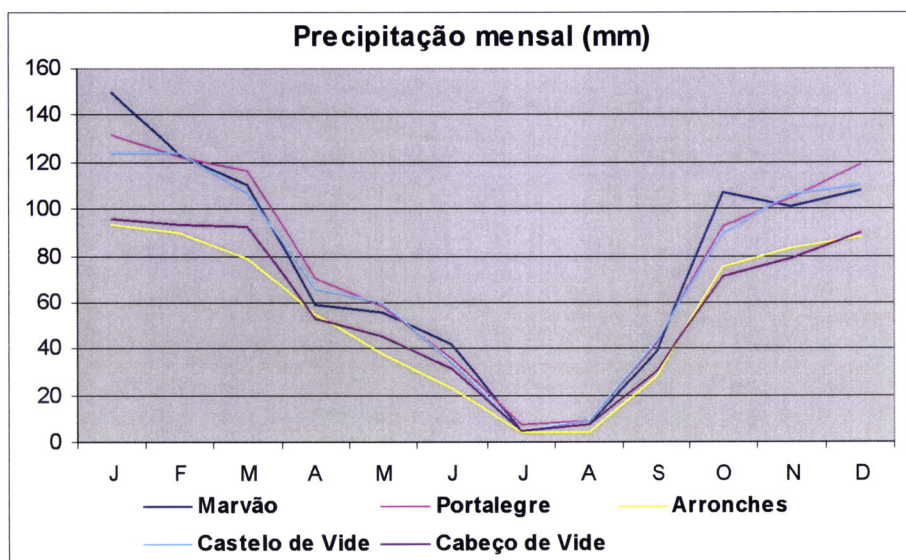


Figura 19 - Variação mensal da precipitação (médias 1951-1980, INMG)

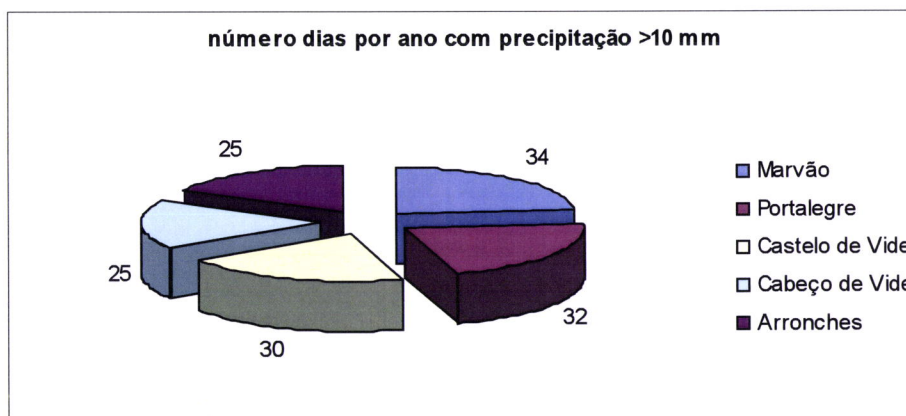


Figura 20 - Número de dias por ano com precipitação superior a 10 mm (médias 1951-1980, INMG)

Outro aspecto importante a considerar em termos de conforto humano é a duração do frio e calor, avaliada pelo número de dias por ano com temperatura < 0°C e > 25°C, respectivamente.

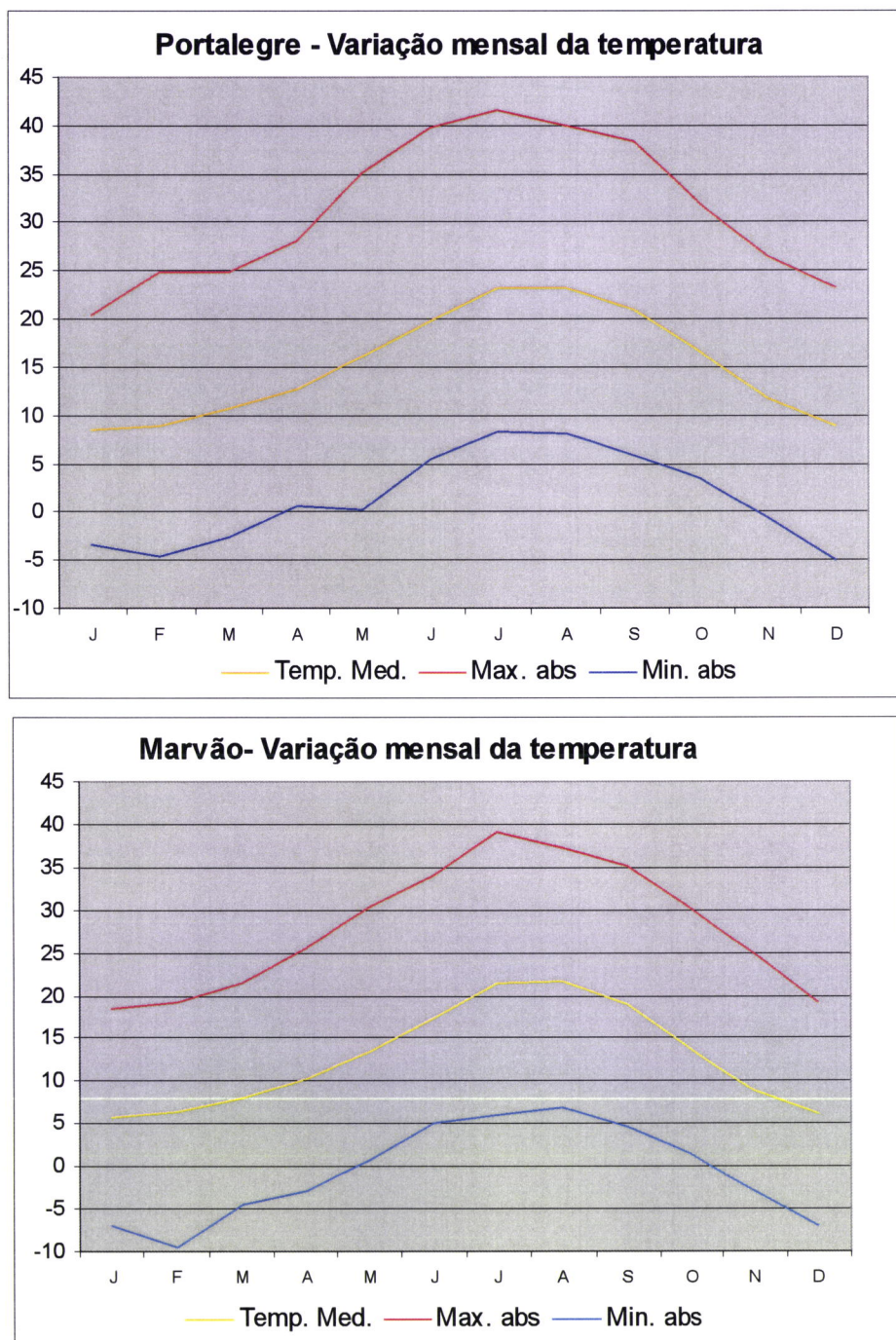


Figura 21 - Variação das temperaturas: média, máxima absoluta e mínima absoluta. (médias 1951-1980, INMG)

Em Marvão há 11 dias por ano em que a temperatura não sobe acima de 0°C, 24 dias com geada e mais de 2 em que cai neve, enquanto em Portalegre ocorrem apenas 3 dias com valores abaixo de 0°C, 10 dias com geada e 1 com neve (Figura 22) que raramente permanece no solo mais de algumas horas. Estes valores indicam um Inverno “fresco a moderado” em Marvão e “moderado” em

Portalegre. A concentração do calor estival é muito superior em Portalegre onde se registam 103 dias com temperatura máxima > a 25°C e 22 dias em as mínimas não descem abaixo dos 20°C (noites tropicais) o que lhe confere características de verão “quente”. Marvão manifesta uma concentração inferior pois apenas em 65 dias a temperatura é > 25°C e em 17 a mínima é superior a 20°C, denunciando um verão “moderado”. Outra expressão do arrefecimento do ar durante a noite é a ocorrência de nevoeiro, muito maior em Portalegre (140 dias) do que em Marvão (80 dias). A posição da cidade na periferia da vertente SW da Serra, sem que antes algum obstáculo importante se interponha no percurso das massas de ar húmido vindas de SW, faz com que estas rapidamente se elevem. Estas vertentes são em regra lugares de estagnação de uma “capa ou vertente nebulosa” que origina dias de nevoeiro frequente entre o Outono e a Primavera. Em Marvão a posição mais alta, culminante e desabrigada, atenua um pouco este fenómeno (80 dias), pois as condições de ausência de abrigo não permitem a estagnação das massas de ar e consequentemente, tão elevada persistência de nevoeiro como em Portalegre.

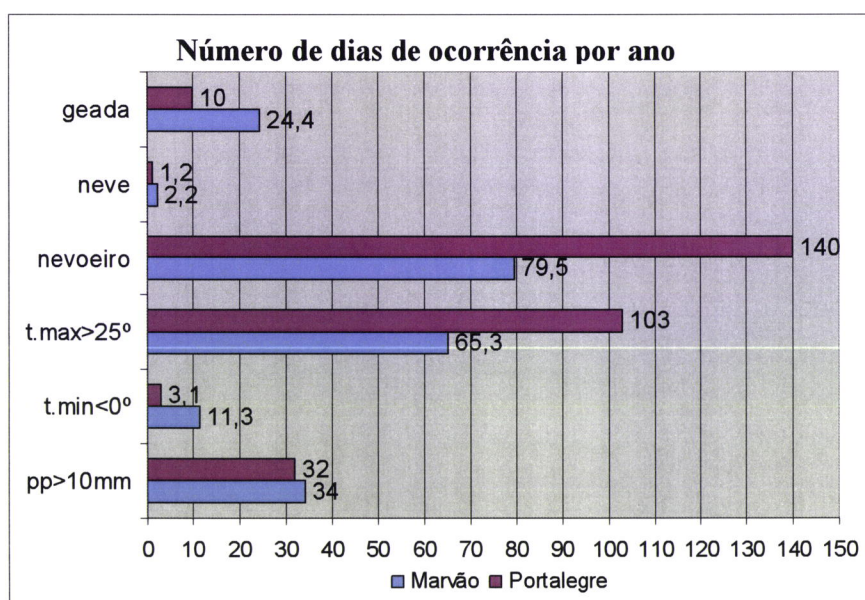


Figura 22 - Número médio de dias por ano em que ocorre cada um dos elementos climáticos. (médias 1951-1980, INMG)

A insolação (número de horas de sol por ano) é um elemento climático muito importante em termos de conforto humano, variando o seu valor de acordo com a nebulosidade, o nevoeiro e a exposição das encostas ou orientação das vertentes. A cidade de Portalegre (assim como Castelo de Vide) estende-se

predominantemente ao longo das encostas soalheiras, mas a posição de sopé da Serra potencia a intensidade do nevoeiro (140 dias/ano) de que resultam menos horas de sol (média de cerca de 2500 h/ano, ou seja 6,9 h/dia). Marvão, situado a maior altitude mas com menor humidade atmosférica apresenta um maior número de horas de sol por ano, de acordo com a distribuição regional (entre 2700 a 3000 h). A observação do mapa de distribuição da insolação anual (Figura 23) é bem elucidativa da menor taxa de insolação registada em Portalegre e Castelo de Vide.

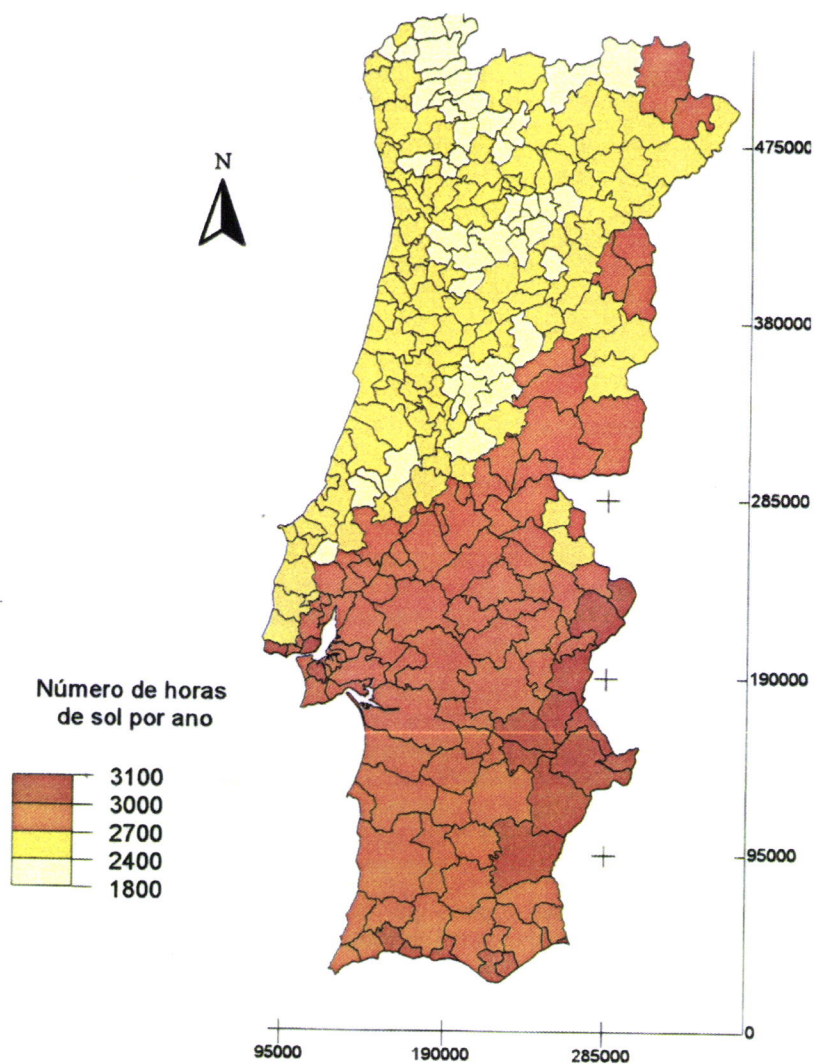


Figura 23 - Distribuição da Insolação anual por Concelhos, (Adaptado de Atlas do Ambiente, 1975).

O regime de ventos é um pouco distinto nos dois locais (Figura 24), mais forte e com direcção predominante de NW em Marvão e, um pouco menos intenso

e de direcção predominante de N em Portalegre. Estas diferenças resultam, tal como para os outros elementos climáticos, da topografia geral e do local onde está instalada a estação meteorológica.

Os valores analisados indicam para a região um clima do tipo **Csa** da classificação de Köppen³ isto é, clima mesotérmico (temperado) húmido e com Verão seco. De acordo com Thornthwaite, este clima é classificado como B1 B'1 s2 a' ou seja, pouco húmido, mesotérmico, com grande deficiência de água no Verão e pequena concentração estival ou eficácia térmica. A aplicação do Índice Xerotérmico de Gaussen (Alcoforado et al., 1993), muito elucidativa para classificar climas de transição entre o domínio mediterrâneo e atlântico, indica para esta região o limite Sul do domínio Mesomediterrâneo Atenuado, uma espécie de ilha no vasto domínio Mesomediterrâneo Acentuado, dominante em todo o Alentejo interior. O cálculo dos Andares Bioclimáticos de Emberger, considerados por este autor como "réplica biológica do clima" indica um Andar Bioclimático Húmido, com Inverno Fresco em Marvão e Inverno Temperado em Portalegre.

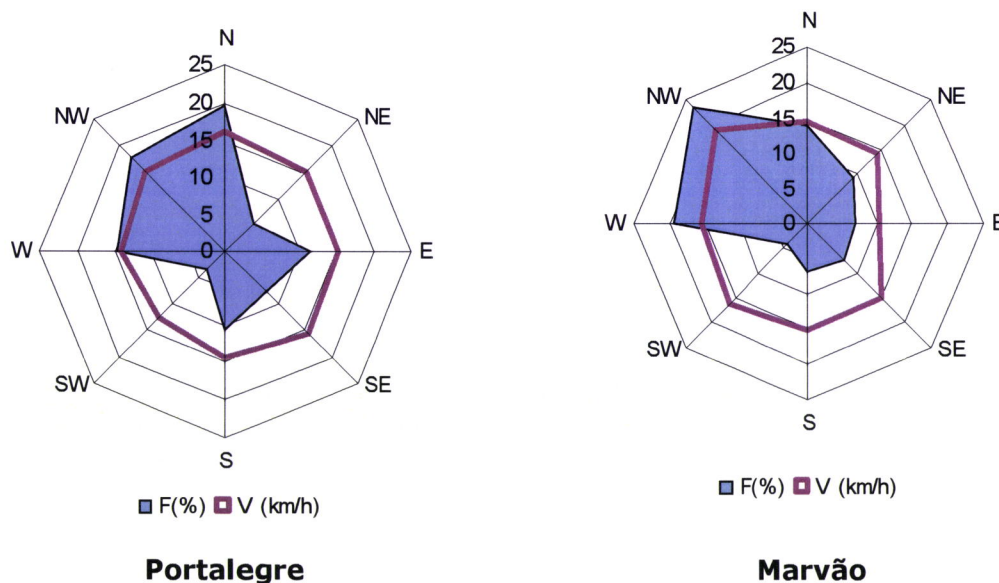


Figura 24 - Rumo (F) e velocidade (V) do vento nas Estações Meteorológicas de Portalegre e Marvão. (médias 1951-1980, INMG)

De salientar que é esta a única região ao Sul do Tejo com este tipo bioclimático. A correlação entre os Índices de Gaussen e Emberger atribui à Serra

³ **C**, temperatura média do mês mais quente superior a 10°C e a do mês mais frio inferior a 18°C e superior a – 3°C; **s**, a precipitação do mês mais seco é inferior a 30 mm e no mês mais chuvoso do Inverno é superior ao triplo da do mês mais seco; **a**, a temperatura média do mês mais quente é superior a 22°C.

de S. Mamede características pré-atlânticas que em conjunto com a Serra de Monchique representam as únicas regiões de Portugal com esta tonalidade climática.

A avaliação dos diferentes elementos climáticos na região de Portalegre denuncia um grau elevado de conforto humano que se manifesta por Verões muito amenos e Invernos relativamente suaves. O relevo e a sua orientação são os factores geográficos determinantes desta individualidade.

A Vegetação

“ ... ressalta a imagem de um ambiente natural extremamente variado, com aspectos altamente relevantes ... a sua degradação está, felizmente, muito longe dos domínios da desertificação... . Pelo contrário, existem na Serra superfícies e formações vegetais cujo estado de conservação, índice de raridade, significado ecológico e valor científico, não somente merecem, como impõem protecção eficaz.” (Malato Beliz, 1981, p. 32)

A heterogeneidade litológica, morfológica e climática determinam uma área de flora e fauna riquíssimas e de espécies raras. Desta conjugação de factores e elementos decorre forte contraste com a peneplanície envolvente, constituindo no Alto Alentejo uma espécie de “ilha” atlântica. As vertentes expostas a Norte, onde prevalece clima de tonalidade atlântica e pré-atlântica, estabelecem o limite meridional das espécies do Norte e Centro de Portugal, ou mesmo o limite SW europeu da sua expansão. Nas zonas de clima pré-atlântico e em solos siliciosos, a vegetação climática era constituída por densos carvalhais, hoje reduzidos a pequenos bosques residuais em associação com espécies mais setentrionais ou já mediterrâneas. Os matos resultantes da degradação destes bosques ocupam, hoje, extensas áreas sem coberto arbóreo ou com sob coberto de pinheiro. As etapas mais degradadas ocupam vastas áreas da Serra com matos rasteiros. Nas áreas mais quentes expostas a Sul, de feição mediterrânea nítida, dominam os montados e matos xerófilos. Um pouco por toda a serra existem espaços desarborizados, ocupados por pastagens naturais, constituídas por herbáceas e mantidas por pastoreio. A implantação de soutos como floresta de substituição, não modificou substancialmente a associação vegetal natural ligada aos carvalhos. A regeneração natural dos carvalhos nas encostas voltadas a NE é surpreendente, estando os soutos em decadência. No último século o pinheiro bravo foi utilizado em larga escala na rearborização, determinando um estrato arbustivo-herbáceo mais pobre

e menos denso que dificulta a regeneração natural do carvalho e potencia o risco de incêndio.

A taxa de arborização da área é de cerca de 40%, valor muito afectado por intervenção humana, embora condicionada por factores naturais.

À diversidade florística está associada também forte variedade faunística.

De acordo com a Carta Ecológica (Pina Manique e Albuquerque, 1954) a zona da Serra onde está inserido o Parque compreende 3 zonas ecológicas:

- Entre os 700 -1000 m de altitude – andar montano – zona fitoclimática sub-atlântica (SA), associada a pastagem ovina e bovina;
- Zona Norte da Serra entre 400 - 700m – andar sub-montano – zona sub-atlântica x Atlante-mediterrânea (SAxAM), associada a policultura sub atlântica de “fácies” beirão (regadio predominante, sequeiro arvense, viticultura e olivicultura;
- Zona Sul da Serra – andar sub-montano- zona sub-atlântica x sub-mediterrânea (SAxSM), associada a policultura sub-mediterrânea de tipo estremenho (sequeiro, arvense, vitícola, olivícola, regadio pomícola e hortícola).

A zona sul mediterrânea e a ibero-mediterrânea (SMxIM) apresentam agricultura de campina (sequeiro estreme, seara, pousio e olival).

A estratificação climática e de vegetação conferem à paisagem da Serra forte grau de biodiversidade e características, apenas encontradas a Sul do Tejo, na Serra Algarvia.

Na cidade, os jardins da Corredoura e do Tarro, incorporam várias plantas exóticas e algumas espécies arbóreas de elevado interesse, dada a sua envergadura e/ou idade. Particular destaque deve ser dado ao secular Plátano do Rossio⁴, reproduzido na fotografia da capa.

2.3. O Parque Natural

De acordo com as normas oficiais o Parque Natural da Serra de São Mamede foi criado em 1989. Posteriormente, a legislação portuguesa define como Parque Natural “... uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da Actividade Humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural.” (Artigo 7^a do Decreto-Lei nº 19/93:272). Deste modo os Parques Naturais são criados em zonas de paisagem harmoniosas, modeladas e

⁴ Árvore que atinge os 21 m de altura, sendo o perímetro da copa de 100 m, a área de 800m², o diâmetro de 32 m e o perímetro do tronco de 5 m.

construídas pela acção do homem, com elementos culturais específicos e onde, simultaneamente, a diversidade biológica justifica a implementação de medidas que garantam a sua preservação. Podem ser consideradas áreas onde o homem vive em estreita dependência da natureza, embora usufruindo dela, criando ecossistemas equilibrados, mantendo a sua sobrevivência, sem pôr em causa o equilíbrio ecológico da área. Esta relação entre o homem e o meio está regulamentada pela legislação dos Parques Naturais, de forma a possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção e valorização das paisagens naturais e semi-naturais e a diversidade ecológica (Artigo 7^a do Decreto-Lei nº 19/93:272).

Do ponto de vista geomorfológico o Parque é composto por 3 unidades distintas: a Serra; a Plataforma de Portalegre; pequenas áreas irregulares e bastantes dissecadas pertencentes à peneplanície envolvente. Desta diversidade geomorfológica (litologia, altitude e orientação das vertentes) resultam diferenças climáticas significativas, responsáveis por grande heterogeneidade florística, faunística e de uso do solo.

A área do Parque Natural da Serra de São Mamede abrange parte dos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre e Arronches. Engloba as vilas sedes destes concelhos, excepto a cidade de Portalegre (que pouco depois da criação do parque foi retirada) e a vila de Arronches (Figura 25).

Esta área tem actualmente cerca de 28 000 habitantes, distribuídos de forma heterogénea, o que imprime à paisagem um carácter de forte componente humana. A densidade populacional é superior à do distrito de Portalegre, variando esta em função das condições naturais. As zonas mais baixas da Serra e a Plataforma de Portalegre têm densidades mais elevadas, com povoamento denso e tendência para a dispersão. As zonas interiores apresentam densidades baixas mas menor dispersão, estando o povoamento confinado aos vales e ao sector Sul do parque. No entanto cerca de 45% da população reside em Portalegre e Castelo de Vide, os dois principais centros urbanos.

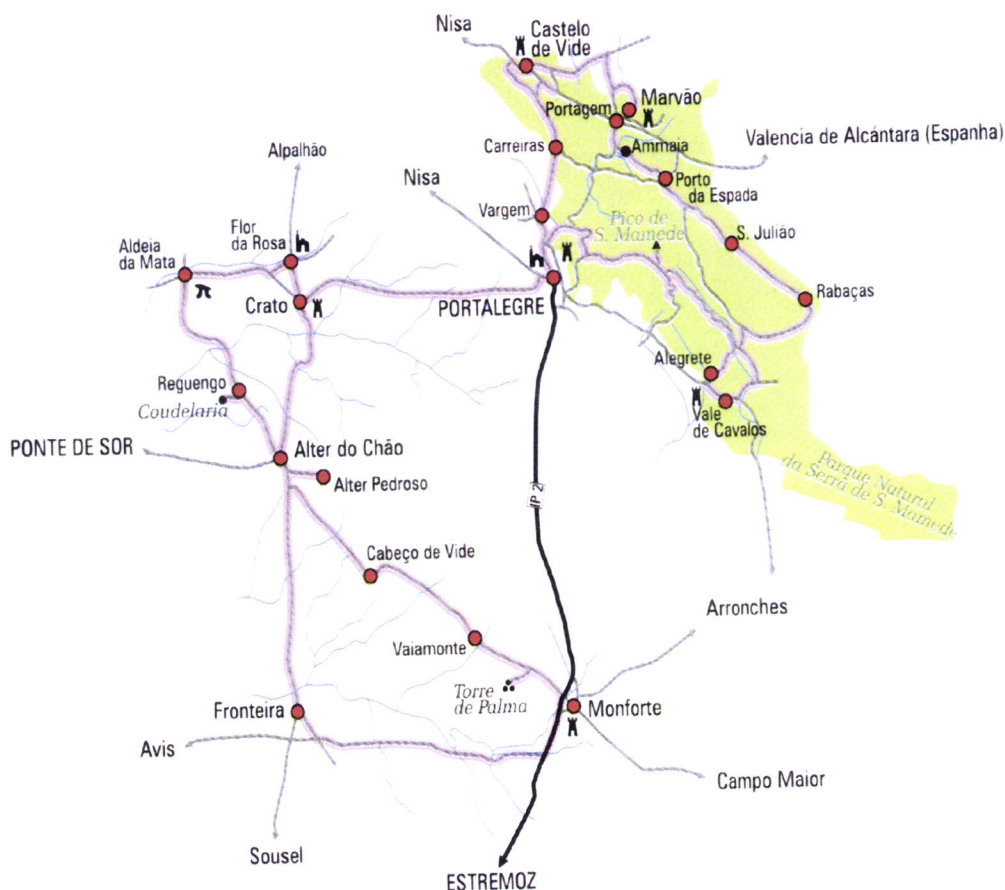


Figura 25 - Localização do Parque da Serra de São Mamede e principais acessibilidades.
(Adaptado de ARTA, 2002)

A estrutura fundiária não é homogénea. Nos vales interiores e na zona de transição para a peneplanície as explorações agrícolas estão em geral associadas à policultura mediterrânea, exercida em propriedades de pequena dimensão, enquanto a Sul as explorações extensivas com regime misto estão associadas à grande propriedades, assumindo mesmo o carácter de latifúndio.

O elevado valor da heterogeneidade biofísica referida justifica plenamente a classificação da zona como Parque Natural.

Cumpram aqui lembrar que a cidade de Portalegre é o centro urbano “âncora” do Parque Natural da Serra de S. Mamede e que a qualidade patrimonial e ambiental da cidade terá necessariamente que se assumir como núcleo de acolhimento e cartão de visita do Parque Natural, com o qual terá de se articular através do reforço das relações de dependência e complementaridade.

As características de componentes físicas e ambientais como a geologia, geomorfologia, clima, vegetação e uso do solo, foram utilizadas por A. R. Pereira et al., (2000) como indicadores para o cálculo de Índice Biofísico⁵, de modo a criar uma diferenciação ambiental regional, a nível concelhio. Assim, pela análise da Figura 26 podemos verificar que o concelho de Portalegre apresenta Índice Biofísico intermédio, entre 44 e 65%, ou seja entre as Características Biofísicas Atlânticas e Mediterrânicas, o que corrobora as interpretações apresentadas.

⁵ O Índice Biofísico foi calculado com base em parâmetros como: tipo de litologia, amplitude térmica (D) área do concelho (A) através dos quais se calculou o Indicador de Rugosidade Topográfica ($I_r = D/\sqrt{A}$); a precipitação média anual (P), a temperatura máxima média do mês mais quente e a temperatura mínima do mês mais frio, com os quais se calculou o Indicador Termo-Pluviométrico (I_{tp}). A soma do Indicador de Rugosidade Topográfica, do Indicador Termopluiométrico, do Escoamento interno e da Taxa de arborização dá o Índice Biofísico (IB). O Índice Biofísico foi calculado somando os valores de ordem obtidos por cada concelho nas cinco componentes utilizadas, dividindo o valor obtido por cinco. Estes dados foram transformados em percentagens. Os concelhos com ordem mais elevada são os de Características Biofísicas Atlânticas (IB>65%): com indicador termopluiométrico mais baixo, com substrato predominantemente silicioso, cujos solos permitem a progressão para sul da vegetação atlântica, com maior rugosidade topográfica, mais ricos em água e com maior densidade de coberto vegetal. Por oposição os concelhos de Ambientes Mediterrâneo (IB<44%) têm números de ordem mais baixos resultantes de menor escoamento interno e indicador termopluiométrico, substrato geológico xistoso e carbonatado e por baixas taxas de arborização.

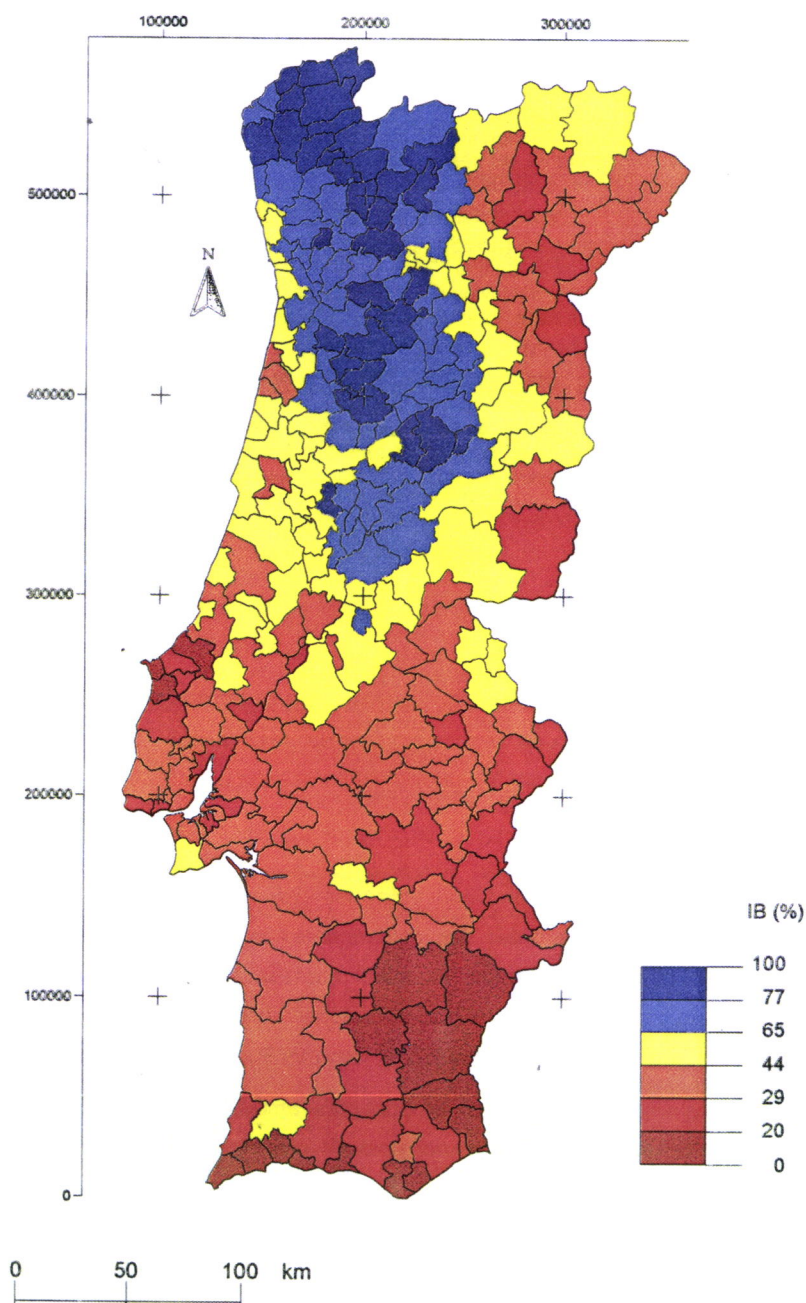


Figura 26 - Índice Biofísico concelhio. (Adaptado de A. R. Pereira et al., 2002)

2.4. A Cidade de Portalegre

" (...) Quanto ao lugar e sítio desta nobre cidade, é o melhor que há em todo o Além-Tejo, porque está assentada em uã costa acima não mui agra: que vai desde a porta da Deveza até à praça uã rua direita que toma desde a Sé até junto

ao Ispirito Santo; e da praça vai outra rua direita, que chamamos a rua da Carreira, até à porta d'Aligreite; vai outra rua que se começa à porta d'Elvas e passa pela cadeia, atravessando pelo meio da cidade até à porta da Deveza, além de outras muitas ruas que tem muito espaçosas e aprazíveis” Diogo de Sotto Mayor (in Martins, 1984, pp.48-49)

No período de consolidação da cidade um dos factores de atracção terá sido a posição defensiva oferecida pela colina onde se situa o castelo e a muralha. Este “sítio” constitui um lugar destacado da planície, com relativa facilidade de acesso, mas também excelente ponto estratégico de observação antecipada. Desempenhou importante função na defesa e consolidação de fronteiras, constituindo posição importante na primeira linha defensiva do território nacional, integrando o conjunto de castelos e povoações amuralhadas da raia. Esta posição é neste lugar reforçada pela muralha natural da serra.

Por outro lado, a interface entre a serra e a planície proporcionou abundância e diversidade de recursos alimentares: os agro-pecuários provenientes da planície e dos vales interiores; os da água; da floresta e da caça fornecidos pela serra adjacente.

A possibilidade de contacto com outros povos, imprescindível no período de consolidação e definição de fronteiras é aqui facilitada pela acessibilidade do lugar. Já no período romano um dos principais eixos do ocidente peninsular que ligava Bragança a Beja tinha a região de Portalegre como passagem obrigatória. Foi também importante lugar de passagem nas rotas da transumância entre a Cordilheira Central (Serra da Estrela) e os Campos de Ourique, no Baixo Alentejo (vide Figura 12 p. 46).

A abundância em água, o declive natural e a matéria-prima propiciados pela presença da serra foram factores determinantes na instalação e prosperidade da indústria têxtil, actividade responsável pelo período áureo atingido pela cidade entre os séculos XVI e XVIII, ainda hoje patente no património urbano.

A Cidade de Portalegre estende-se entre os 440-490 m de altitude, ao longo do patamar (com o mesmo nome) que estabelece a transição entre a peneplanície do Alto Alentejo e a Serra de São Mamede. O espaço edificado estende-se para SW, procurando os declives mais favoráveis e as melhores condições de exposição face à insolação, luminosidade e abrigo aos ventos dominantes (Figura 27).

Abrigado dos ventos de N pela Serra, mas bem exposto aos de NW, o sítio da cidade reúne um peculiar conjunto de factores determinantes no seu

desenvolvimento, decorrentes de características fisiográficas como a altitude, orientação na vertente, acessibilidade e disponibilidade em recursos naturais, com especial destaque para a água. Estas características foram mudando de importância no decorrer do tempo.

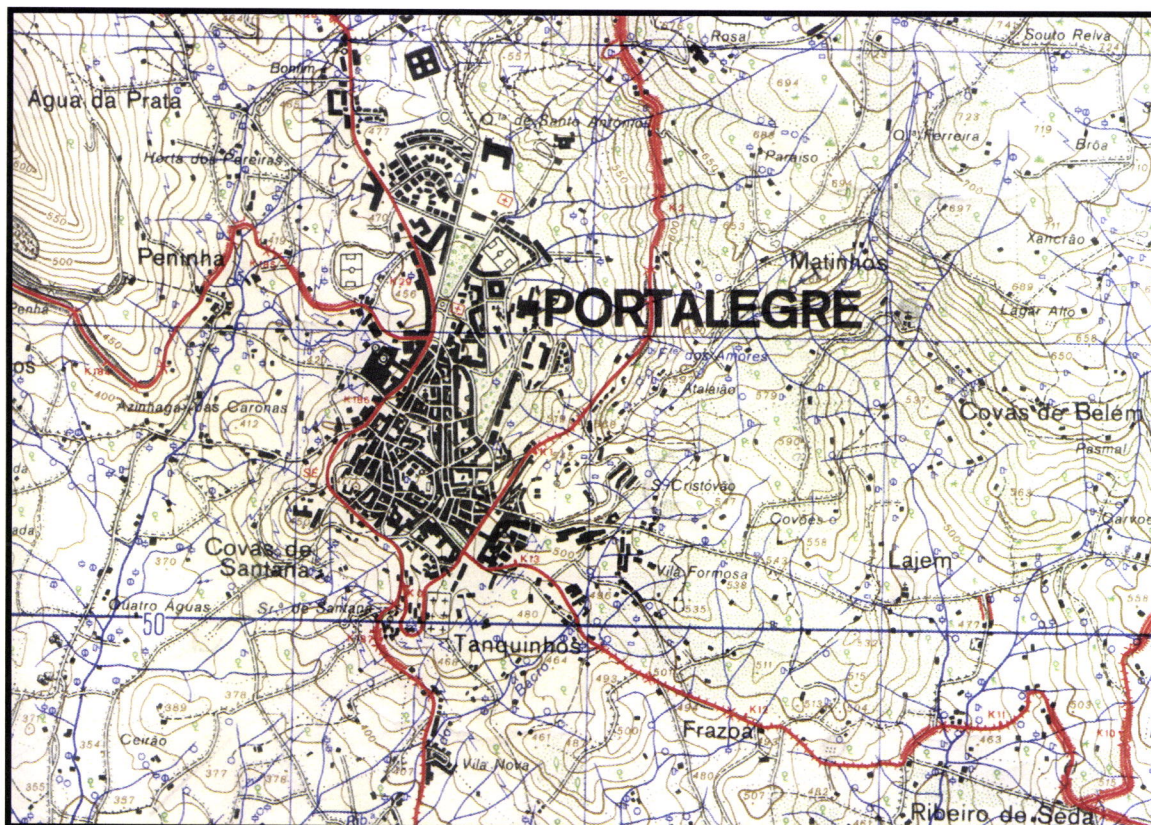


Figura 27 - Morfologia e aspectos topográficos da Cidade de Portalegre e área envolvente (excerto da Carta Militar de Portugal nº 359, 1967).

O espaço da intervenção Pólis ocorre essencialmente em área urbana e em grande medida no centro histórico da Cidade. Trata-se de um aglomerado urbano com uma implantação bem definida e consistente, com notável dominância altimétrica relativamente ao território envolvente, alongando-se por um promontório sensivelmente orientado N-S, drenado pela Ribeira da Lixosa. Por outro lado, é notável o encaixe topográfico a N e a NW que é dado pelo Cabeço de Mouro (672 m) e Serra da Penha (654 m). Este encaixe assume expressão significativa e contrastante também em termos da ocupação do solo, correspondendo estas formações a cobertos florestais mais densificados, enquanto que a restante envolvente apresenta maior índice de transformação, com terra mais aberta e agricultada, sendo marcantes os povoamentos de olival.

Perante este contexto diversificado e muito caracterizado pela movimentação do relevo na Serra, a Cidade relaciona-se visualmente com ela, de maneira bastante particular. No interior da Zona de Intervenção observa-se um conjunto urbano fechado sobre si próprio, onde a posição geográfica e paisagística da Cidade não é genericamente perceptível, excepto mediante pequenas 'frestas' visuais que se vão abrindo ao longo de ruas estreitas e perpendiculares às encostas (Figuras 28, 29 e 30).



Figura 28 - Vista do perfil urbano alongado, a partir de poente, sendo marcante a consistência do aglomerado relativamente à sua envolvente rural



Figura 29 - Aspecto do Centro Histórico



Figura 30 - Vista Geral de Portalegre com a Sé, o Palácio Amarelo e a Porta da Devesa

O carácter de excepção, conferido por esta revelação progressiva, convidando à descoberta através da aproximação aos limites periféricos do casco, constitui um valor de grande significado na vivência de Portalegre.

No que respeita à estrutura verde da Cidade, ela é significativamente fundamentada na inexistência de um tecido periférico fragmentado, possibilitado o contacto directo com o espaço rural envolvente, para além dos dois grandes espaços não edificados e estruturantes – jardins da Corredoura (Figura 31) e do Tarro (Figura 32) e dos maciços de arborização que acompanham parcialmente as linhas de muralha.



Figura 31 - Aspecto do Jardim da Corredoura

As características do sítio foram determinantes na afirmação do carácter da cidade ao longo dos tempos e continuam a sê-lo. Porém, o actual desenvolvimento tecnológico em geral e as novas formas de comunicação alteraram o valor

tradicional dos recursos naturais que passam a ser encarados numa perspectiva ambiental e de qualidade de vida, potenciadora de outros modelos de desenvolvimento.

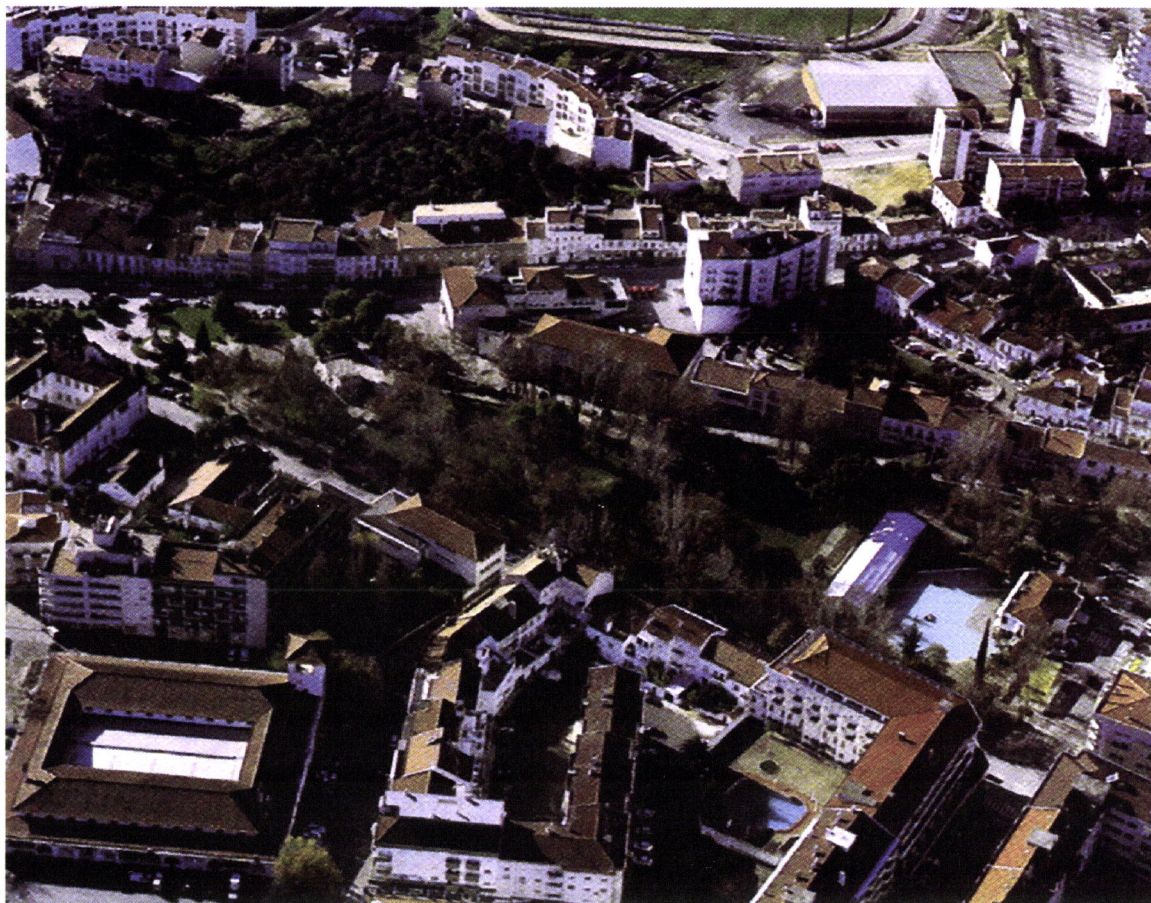


Figura 32 - Aspecto do Jardim do Tarro

A situação particular de Portalegre como cidade vizinha de um Parque Natural confere-lhe uma nova função que privilegia o equilíbrio ecológico, potenciando a sua sustentabilidade. Esta valência terá reflexos directos no ambiente e qualidade de vida urbana. Mas a relação de proximidade da cidade com o Parque pode ser geradora de conflitos, pois nem sempre os interesses da expansão urbana se conciliam com os Planos de Ordenamento dos Parques Naturais. Este será um desafio que as entidades responsáveis pela gestão deste território terão de encarar.

3. Caracterização Sócio-Económica

3.1. Contexto Sócio-Económico do Alentejo

O pão, o vinho e o azeite, elementos da trilogia mediterrânea foram, como considerou Virgínia Rau, as armas económicas da Reconquista e os instrumentos de suporte do repovoamento que se seguiu à tomada militar na região do Alentejo. A prática destas culturas terá desenvolvido uma paisagem de clareiras entre a floresta primitiva de carácter mediterrâneo, da qual somos herdeiros.

A vinha e o olival eram cultivados nas imediações das cidades, vilas e aldeias, exigindo proximidade da mão-de-obra, enquanto os cereais se estendiam por campos arroteados, cada vez mais distantes, dando origem a um povoamento disperso em montes isolados. Os olivais permaneceram na maioria dos casos, mas as culturas de cereais e vinha sofreram crises sucessivas decorrentes das oscilações dos mercados regionais, nacionais e internacionais.

A emigração ocorrida nos séculos XVI e XVII desencadeou grande despovoamento do Alentejo, desvalorizando a produção agrícola e favorecendo o desenvolvimento da pecuária, em regime extensivo e de transumância, assim como da silvicultura. Esta prática levou progressivamente à destruição da antiga cobertura vegetal clímax, produzindo alterações paisagísticas e sócio-económicas consideráveis. Mais tarde, no século XIX, a silvicultura sofre forte incremento com a introdução do sobreiro em plantio.

O Alentejo foi sempre pouco povoado em consequência da carência e irregularidade na distribuição temporal e espacial da água, da estrutura e posse da exploração da terra (latifúndio) e da instabilidade dos preços das produções agrícolas, silvícolas e pecuárias. O máximo demográfico foi alcançado em 1950 na sequência das várias campanhas de promoção dos cereais, quando o Alentejo funcionou como o “celeiro do País”.

Os períodos de maior produção agrícola corresponderam, em geral, aos de crise internacional em que se reduziu ou extinguiu a emigração, aumentando a mão-de-obra disponível e o consumo (J. Gaspar 1993). Surgem assim as campanhas do trigo, sendo as mais notáveis as verificadas em finais do século XIX e nos anos 30-40 do século XX. Nestes períodos, o Alentejo não perdeu população e até importou mão-de-obra, preferencialmente sazonal e proveniente das Beiras (Figura 33). A chegada desta riqueza humana importada, dinamizou temporariamente, a economia regional Alentejana. Paralelamente a este

desenvolvimento surgem outras importantes estruturas como o alargamento da rede de caminho-de-ferro, bancos e seguradora. Floresceu o comércio e verificou-se, em geral, um aumento dos aglomerados populacionais (montes, vilas e cidades). No entanto, a riqueza produzida não foi, em regra, investida na região, esquecendo a indústria, escassa e cada vez mais decadente. A diminuição da produção cerealífera provocada pelo esgotamento e erosão dos solos, a alterações económicas verificadas a nível nacional e internacional e, sobretudo a falta de alternativas de desenvolvimento, puseram termo a esta “falsa prosperidade”.

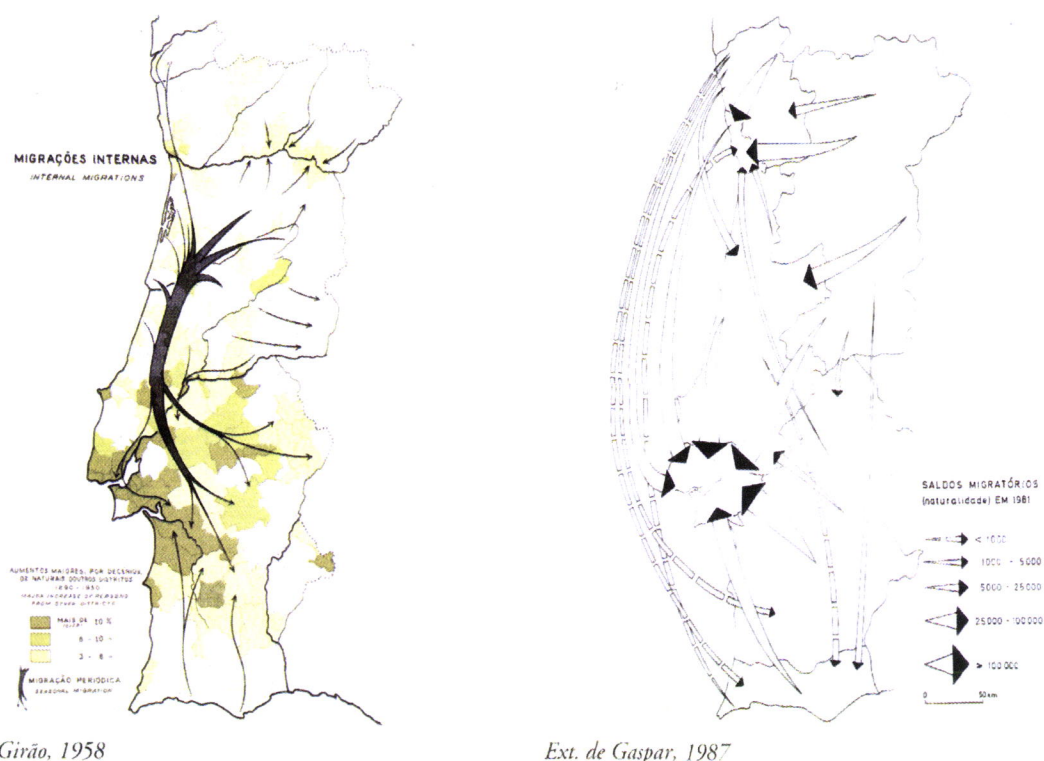


Figura 33 - Migrações internas entre 1950 e 1980

As modificações resultantes deste ciclo causaram fortes impactos em termos de ecologia humana. Na fase de prosperidade a paisagem modificou-se de novo, devido à desflorestação em geral e à forte erosão do solo daí decorrente, à perda e degradação do sistema de montado e ao alargamento das instalações agrícolas (herdades e montes) e dos aglomerados populacionais. Gerou-se assim uma sociedade de contrastes. Os proprietários e rendeiros por um lado e um numeroso proletariado rural sujeito a trabalho sazonal (períodos de colheita, monda, sementeira e pastorícia), por outro. A partir dos anos 50, o fim das campanhas do

trigo, o incremento da mecanização e até o surgimento da peste suína africana, desencadearam outros problemas sociais endémicos. A miséria social e até a fome decorrente do desemprego, obrigaram à migração maciça para as cidades litorais e para a cintura industrial de Lisboa e Setúbal (nesta época em grande expansão) e até mesmo para o estrangeiro. Assim, o Alentejo deixou de ser a terra de imigração que foi entre o início do século e até aos anos 40-50, para se transformar numa região de forte repulsão (J. Gaspar, 1987). A esta desertificação humana junta-se a da paisagem física. A sobre-exploração e abandono dos solos originaram irreparável vaga de erosão e perda do solo que modificou substancialmente os sistemas de afolhamento e de montado, com grande repercussão no equilíbrio da paisagem.

A partir de 1960 verificou-se forte diminuição da população. Nos primeiros anos do 25 de Abril (década de 70) houve ainda retorno de alguns emigrantes internos, mas a tendência para a diminuição logo se manifestou, devido à carência fisiológica e à emigração para a área de Lisboa e para o Algarve. A diminuição da população foi mais significativa nas aldeias e vilas, em virtude da diminuição do emprego agrícola, deixando impressionante assinatura na paisagem marcada por montes e terras abandonadas. Recentemente (anos 90), tem-se verificado a recuperação de alguns montes para segunda habitação e o aparecimento de novas sedes de explorações agrícolas, com base no “enraizamento” de novos empresários agrícolas “capitalistas” ou “familiares”, nacionais ou estrangeiros resultantes de iniciativas individuais e de estímulos introduzidos pelas políticas da PAC.

3.2. O Concelho de Portalegre no Contexto Sócio-Económico do Alentejo

O Alto Alentejo e a região de Portalegre em particular, não apresentam estrutura sócio económica muito diferente de todo o Alentejo.

A designação Alto Alentejo apareceu pela primeira vez em 1823, no projecto de divisão do País em províncias. Alto, porque mais elevado em latitude e altitude e por se situar também em posição culminante, onde se estabelece a separação entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana. De limites imprecisos, define-se hoje pelos contornos da NUT III “Alto Alentejo”, procurando responder às actuais perspectivas de organização do território polarizado por Portalegre e que corresponde aos limites do distrito com o mesmo nome, incluindo Mora a SW, mas excluindo Gavião a N e Sousel a S. Engloba 14 Concelhos em cerca de 5 935 km²,

a que corresponde uma das mais baixas densidades populacionais do país, 22 habitantes por km² (Figura 34).

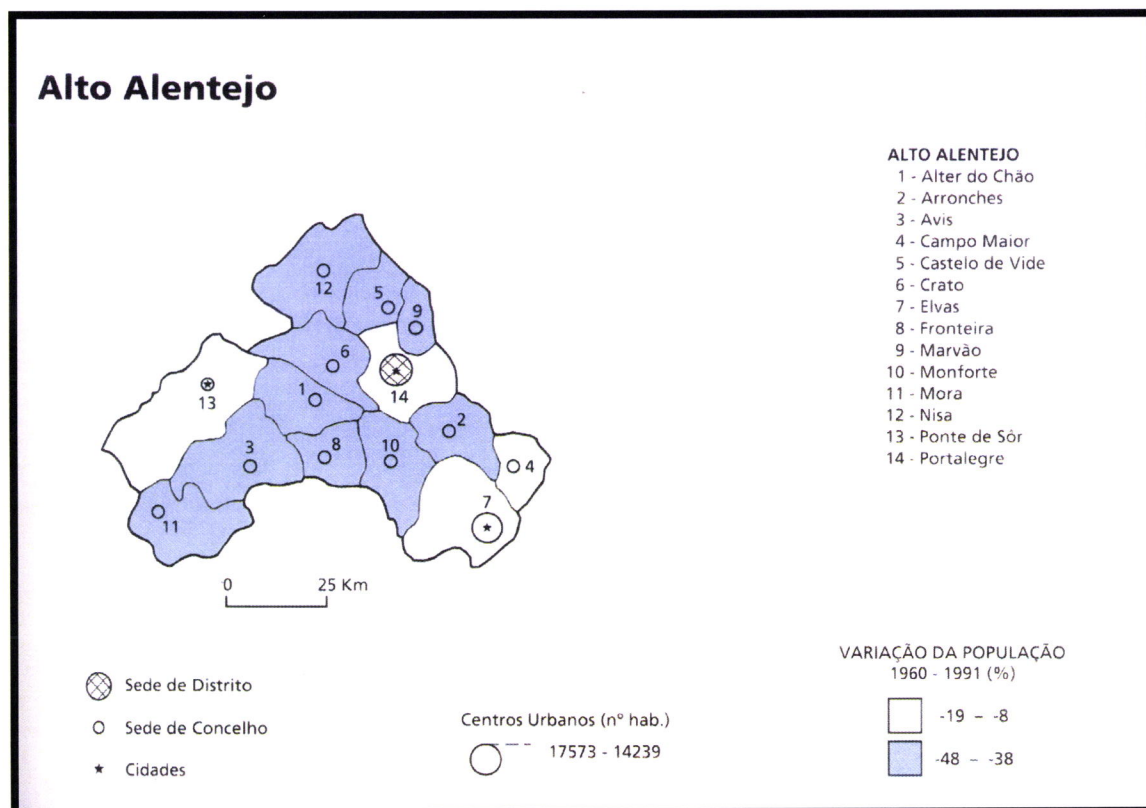


Figura 34 - Estrutura Administrativa do Alto Alentejo (INE, 2001)

Esta sub-região continua a perder população (variação de cerca de - 6% entre 1981 e 2001) e atingiu um estado de profundo envelhecimento, sendo a taxa de mortalidade (cerca de 14‰) muito superior à de natalidade (9,7‰). No entanto, o saldo migratório continua a ser negativo.

Os quatro principais centros urbanos (Portalegre, Elvas, Campo Maior e Ponte de Sor) concentram 35% da população residente e o sistema de povoamento é por eles dominado. A partir destes centros urbanos passa-se ao nível das sedes de concelho, onde, em geral, a Câmara Municipal é o principal empregador. A par dos serviços públicos e privados de apoio directo à população, não existem actividades económicas relevantes, exceptuando um ou outro equipamento de apoio ao turismo. A proximidade da fronteira e a componente turística têm permitido um certo desenvolvimento do sector terciário a que se junta a modernização e a importância crescente dos serviços na sede de distrito (Portalegre). Este é assim o principal sector da economia da região registando 52%

do valor acrescentado bruto (VAB) e 55% do emprego. De salientar que a agricultura representa ainda cerca de 20% do emprego, contribuindo apenas com 20% para o VAB regional. O número de empregados na indústria diminuiu (-4,3% na década de 80), mas aumentou o peso na economia regional e nacional (cerca de 0,5% em 1981, para 0,8% em 1990).

Investimentos já realizados e em curso, sugerem que o Alto Alentejo dispõe de algumas potencialidades que decorrem de tradições seculares. A indústria têxtil instalada em Portalegre desde o século XVI, teve por base uma densa rede de artesãos existente na cidade, nas vilas e aldeias próximas, muitos dos quais descendentes de cristãos-novos. Mas Portalegre incorporou outras actividades relacionadas com a matéria-prima regional, como é o caso da cortiça e dos cereais (moagem). No entanto, a cidade não teve capacidade para estabelecer relações intensas no interior da indústria, na interface com os serviços ou na diversificação do seu tecido empresarial. Também neste sector Portalegre tem funcionado como uma “ilha”, apoiada localmente num número restrito de empresários que estabelecem as ligações com capitais exógenos.

O declínio crescente da agricultura (com excepção para a vitivinicultura, regadios e produção animal) tem dado lugar a um crescimento de actividades ligadas ao turismo e lazer. O turismo desenvolve-se preferencialmente ao longo de dois pólos: o correspondente ao Parque Natural da Serra de S. Mamede, abrangendo os núcleos de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão; o de Elvas que beneficia da proximidade de Badajoz, como localização intermédia no eixo Madrid – Lisboa. Existem perspectivas favoráveis para o alargamento destes pólos e para a difusão em todo o território de formas de turismo cultural, cinegético e ecológico que podem contribuir para revitalizar o meio rural.

Portalegre situa-se num interior esquecido e marginalizado, fora dos grandes eixos rodo – ferroviários nacionais e internacionais, o que nem sempre se verificou ao longo da história. No domínio romano, a região de Portalegre fazia parte do itinerário de um dos eixos peninsulares ocidentais: Bragança-Guarda-Castelo-Branco-Portalegre-Évora; Santiago de Compostela-Porto-Lisboa; Léon-Salamanca-Cacéres-Sevilha (Figura 35). Por razões de proximidade à linha de fronteira, este primeiro eixo sofreu ao longo da história um certo abandono que perdura até hoje, não obstante a adesão de Portugal e Espanha à União Europeia. A integração europeia pôs termo a um longo período de rigidez fronteiriça, colocando por isso novos desafios provocados pelo relacionamento com um novo espaço transfronteiriço. Estes factores terão contribuído para o atraso da

construção de infra-estruturas, rodoviárias ou outras, que liguem as principais cidades do interior, pois o país litoral está a ficar razoavelmente bem servido de infra-estruturas.

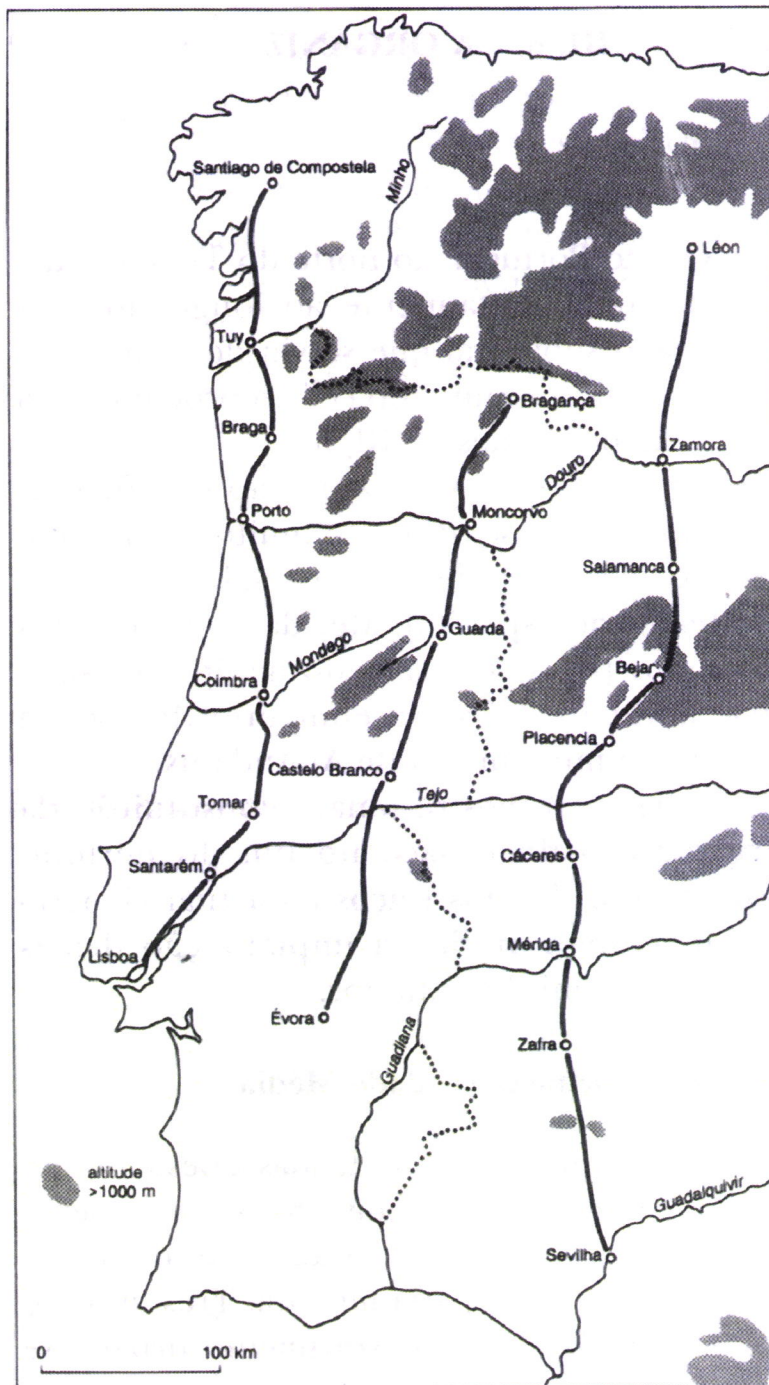


Figura 35 - As vias meridionais no Oeste Peninsular. (Adaptado de S. Daveau. 1995)

O desenvolvimento integrado da rede urbana deve merecer atenção particular, dada a limitada capacidade que o concelho tem tido para promover o processo de urbanização, mantendo os já muitos escassos efectivos demográficos. Assim, torna-se necessário “desencravar” Portalegre, aumentando as acessibilidades de modo a compensar a excentricidade geográfica e a inexistência de caminho de ferro que sirva as populações (J. Gaspar, 1993). Desta forma, além da ligação Norte-Sul (IP2) feita pelo eixo interior que liga Bragança a Beja passando pela Guarda, Covilhã, Castelo-Branco e Évora, é fundamental a construção da ligação entre o interior e o litoral, colocando Portalegre numa situação mais central entre a vizinha Espanha e a faixa litoral Setúbal-Braga.

As estratégias de desenvolvimento poderão ser fortalecidas com o incremento do sector industrial, aproveitando alguma da tradição existente, nomeadamente no têxtil. O turismo, novo sector com potencial de crescimento, poderá criar postos de trabalho e fixar população mais jovem, aumentando assim os rendimentos das famílias e a capacidade de investimentos dos agentes económicos. Esta será talvez a via para aumentar o crescimento demográfico, dando oportunidade às autarquias para criar cada vez mais e melhores infra-estruturas, para satisfação das necessidades locais e melhoria da qualidade de vida urbana e ambiental.

A referência à indústria e ao turismo como dois sectores estratégicos de desenvolvimento, não pode excluir o facto de ser na diversidade e no equilíbrio dos vários sectores que se poderá desenvolver a cidade de Portalegre. A agricultura terá ainda um papel importante no desenvolvimento local, não deixando de referir o novo papel a desempenhar pelo mundo rural com os produtos regionais artesanais e a sua ligação ao turismo.

O concelho de Portalegre tem apostado pouco no turismo e abdicado desse sector de primordial importância, em favor dos vizinhos de Marvão e Castelo de Vide, partilhando os três o Parque Natural da Serra de S. Mamede. O património edificado de valor arquitectónico e o património natural (P.N.S.S.M.) constituem, no conjunto, um potencial de interesse turístico a não menosprezar no futuro mas que carece de maior divulgação no país e no estrangeiro, em particular na vizinha Espanha. Para isso é necessário realizar investimentos em infra-estruturas e em equipamentos hoteleiros, de que a cidade necessita.

A cooperação intermunicipal neste e noutros domínios poderá criar uma lógica de associativismo para que o desenvolvimento local seja conseguido de acordo com as sinergias criadas. No caso concreto do turismo, fará todo o sentido

que a Região de Turismo de S. Mamede lidere as iniciativas necessárias a uma aposta neste sector de desenvolvimento. O triângulo Portalegre – Marvão – Castelo de Vide terá obrigatoriamente de ser tratado como um todo, para assim poder concorrer com outras regiões evitando a competição entre estes municípios tão próximos, o que seria prejudicial para todos eles.

3.3. Estrutura da População do Concelho e da Cidade de Portalegre.

O concelho de Portalegre ocupa cerca de 7% da área do Distrito, com um total 446 Km² e uma população de 25 980 habitantes, equivalente a densidade populacional de 58 habitantes por Km², mais do dobro da do distrito.

O concelho é constituído por dez freguesias (Figura 36), duas quase totalmente urbanas (Sé e São Lourenço) e outras duas (Ribeira de Niza e Urra) com uma pequena percentagem de população urbana. O facto de algumas freguesias terem população urbana e rural não permite com rigor analisar a estrutura demográfica da cidade. A análise será feita com base nos valores das freguesias da Sé e de São Lourenço, pois é nestas que habita a maioria da população urbana e onde incidem as intervenções do Programa Polis.

O Distrito está desde 1950 (200 430 habitantes) a perder população. A maior perda verificou-se entre 1960 (188 482) e 1970 (145 545), com menos 43.000 indivíduos, ou seja – 22,8% (Quadro III e figura 37). Esta década corresponde também a uma diminuição generalizada da população no País, embora menos acentuada. Entre 1970-1981 a diminuição foi apenas de – 1,8%, passando de 145 545 para 142 905 habitantes. Esta variação deve-se a alterações políticas que originaram o retorno de residentes das ex-colónias e ao regresso de alguns emigrantes. Na década seguinte, 1981-1991 (128 687 habitantes), acentuou-se a diminuição populacional que atingiu - 11,5%, devido a novos modelos de desenvolvimento, nomeadamente no mundo agrícola, resultantes da adesão à União Europeia em 1986. A última década do século XX estabilizou praticamente a população do distrito, tendo os censos de 2001 apresentado uma população de 127 026 indivíduos, um pouco menos que em 1991, com redução de apenas – 1%.

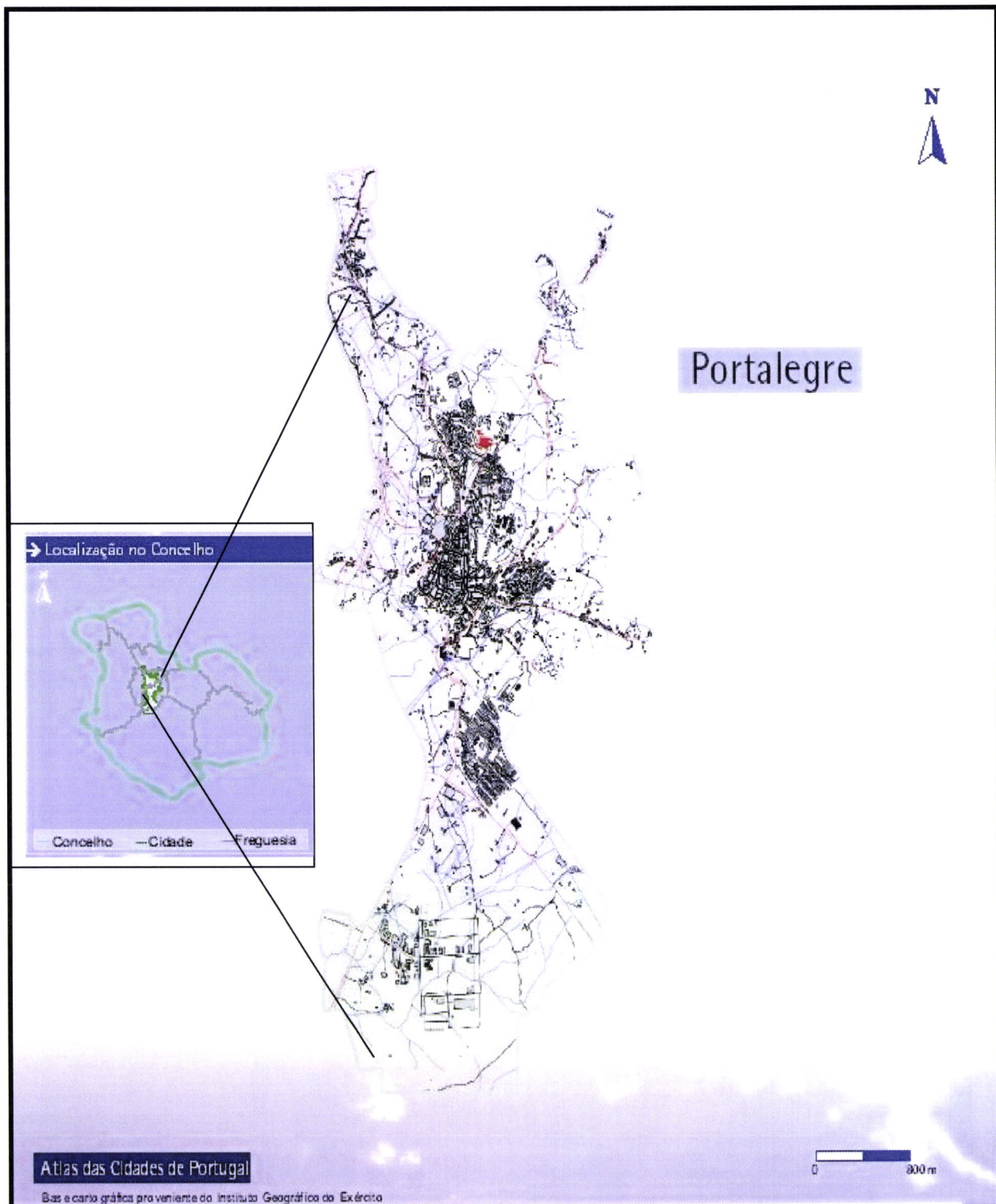


Figura 36 - Freguesias do concelho de Portalegre e morfologia do centro urbano

Quadro III – Evolução da População Residente (INE, Censos de 1960 a 2001).

	1960	1970	1981	1991	2001
Portalegre (Distrito)	188.482	145.545	142.905	128.687	127.026
Portalegre (Concelho)	28.384	25.800	27.313	26.111	25.980
Freguesia de S. Lourenço	6.978	6.015	6.701	5.801	5.781
Freguesia da Sé	6.396	6.480	9.123	10.295	9.987

Se analisarmos apenas os valores do concelho (Figura 37), verificamos que a população se manteve ao longo destas décadas com poucas alterações, não tendo oscilado mais de 10% no período 1960-2001.

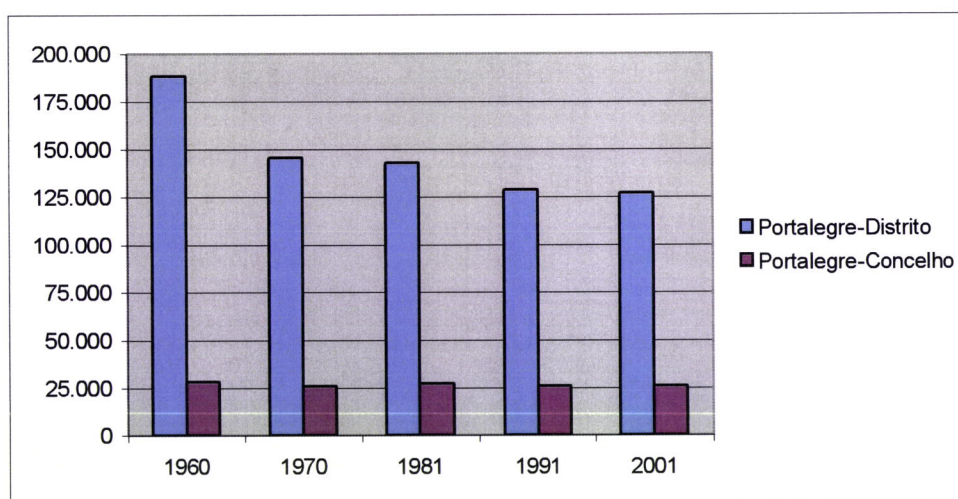


Figura 37 - População Residente no Distrito e Concelho de Portalegre (INE, Censos de 1960 a 2001)

Na cidade, considerada como o conjunto das freguesias urbanas da Sé e de S. Lourenço, registou-se tendência contínua de crescimento, o que denota um reforço populacional da cidade. Porém, este crescimento não foi igual nas duas freguesias (Figura 38). Na de S. Lourenço ocorre, entre 60-70, uma diminuição de - 13,8%; na década seguinte esta tendência inverteu-se e houve um crescimento de + 10%, que não compensou a perda do período seguinte de - 15,5%, para 2001 a diminuição foi insignificante (-0,3%). Ao contrário, a freguesia da Sé não

registou nos 40 anos analisados qualquer diminuição, com excepção do período entre 1991-2001 com - 3%.

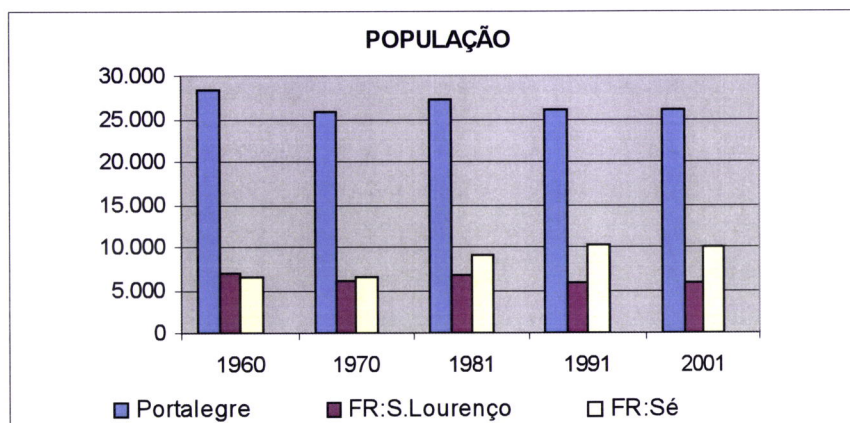


Figura 38 - População Residente no Concelho de Portalegre e freguesias urbanas de S. Lourenço e da Sé (Censos INE, de 1960 a 2001)

Na década 70-81 houve mesmo um significativo crescimento de + 40%, devido à instalação de "retornados" nos edifícios devolutos do Centro Histórico e a construção do novo bairro dos Assentos. De salientar que nem no distrito, nem no concelho, se verificou aumento populacional para o mesmo período, embora neste último tenha havido alguma estabilidade.

Em 1991 o concelho apresentava 26 111 habitantes. De acordo com os resultados dos Censos 2001 a população residente sofreu um muito ligeiro decréscimo ao longo da última década, sendo actualmente de 25 980 habitantes. Comparando a variação da população total no concelho verificou-se, entre 1991 e 2001, uma diminuição de 131 indivíduos, indicando uma certa capacidade de atracção exercida pelo centro urbano. No que concerne à distribuição da população residente por grupos etários (Figura 39) registou-se, à semelhança do interior do país e da região, um duplo envelhecimento demográfico, expresso no aumento do volume da população idosa (envelhecimento no topo da pirâmide etária) e diminuição da população jovem (envelhecimento na base). A situação no centro histórico será contudo ainda mais problemática, pois aí residem os indivíduos mais idosos.

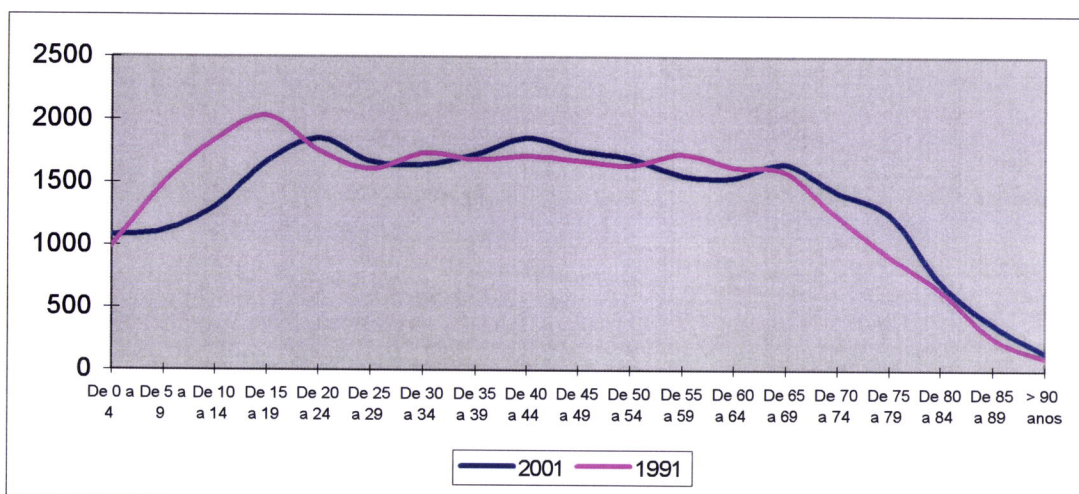


Figura 39 - Variação da estrutura etária da população do Concelho de Portalegre entre 1991-2001 (INE).

Das 10 freguesias do concelho, entre 1991 e 2001, apenas duas registaram saldo populacional positivo, Fortios com +10% e Ribeira de Nisa com +30% (Figura 40). Fortios pela sua proximidade à cidade e talvez até pelo preço da habitação funciona como uma zona residencial ligada economicamente a Portalegre. A freguesia de Ribeira de Nisa apresenta uma zona urbana que coincide com a parte Norte da cidade, actualmente a área de maior expansão de Portalegre.

Estes quantitativos populacionais evidenciam uma deslocação da população para os novos pólos urbanos periféricos. Com efeito, registou-se um decréscimo populacional em todas as outras freguesias incluindo as duas mais urbanas, a Sé e S. Lourenço. A perda de população nas freguesias rurais justifica-se pelo abandono continuado do campo, enquanto a perda populacional das freguesias urbanas se justifica pelo movimento populacional no centro histórico, o que só por si justifica as intervenções do Programa Polis.

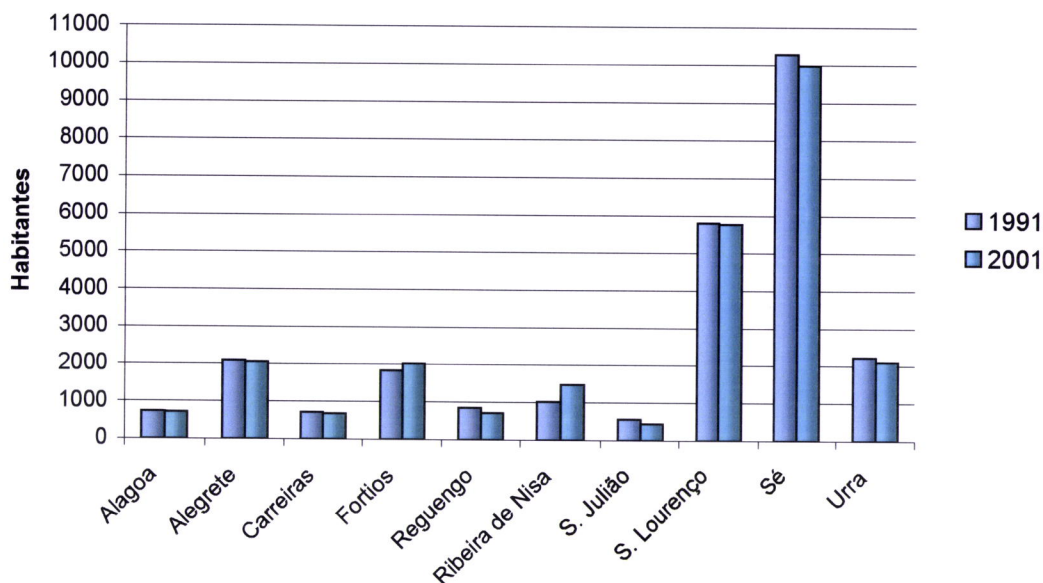


Figura 40 - População residente nas freguesias do concelho de Portalegre em 1991 e 2001 (INE, Censos 1991 e 2001).

O comportamento demográfico de Portalegre evidencia, no conjunto, uma dinâmica populacional baixa nos últimos 50 anos, com taxas de variação relativa positivas e negativas. Este comportamento acompanha a tendência do interior do País, com perdas populacionais no mundo rural e nos centros históricos das cidades, motivadas por razões diversas. No Alentejo, só as cidades médias capitais de distrito resistiram às perdas populacionais (Figura 41). Os ganhos populacionais ocorrem nas recentes áreas de expansão das cidades, onde se situam as novas construções, de menor custo.

A Taxa de Mortalidade Infantil é de 5,3‰ sendo a média das cidades portuguesas de 6,3‰ e a do país de 6,1‰. Relativamente à Esperança Média de Vida, Portalegre apresenta um valor de 74,8 contra 73,0 da média das cidades portuguesas e 75,9 de Portugal.

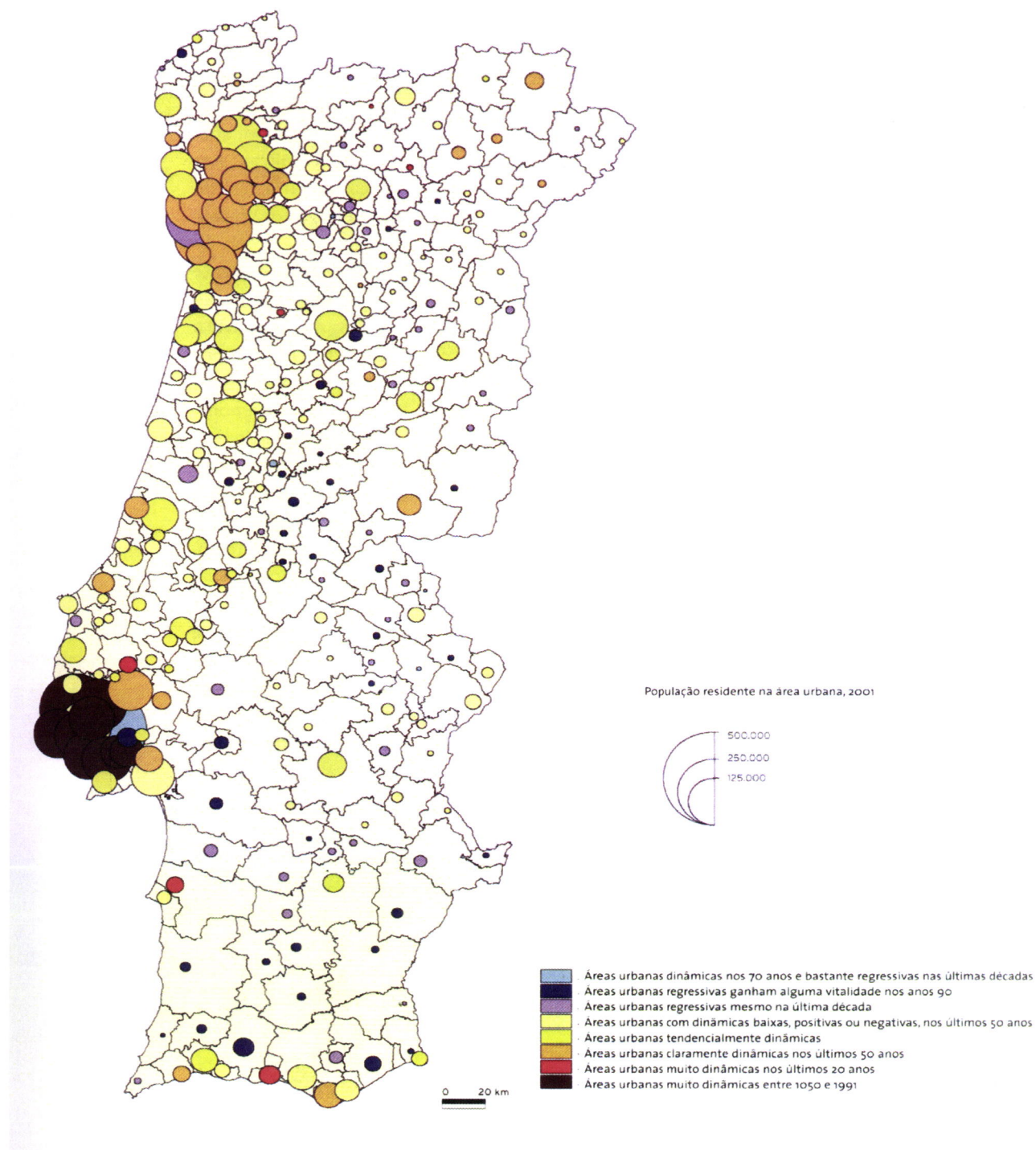


Figura 41 - Dinâmicas populacionais entre 1950 e 2001. (Adaptado de T. Sá Marques, 2004)

3.4. Actividades Económicas

O sector de actividade com maior relevância no concelho é, sem dúvida, o sector terciário (comércio e serviços) que engloba mais de 75% das actividades sedeadas, como se observa na Figura 42. O sector secundário (indústria) ocupa o segundo lugar incluindo 19% das sociedades, com destaque para as indústrias têxteis, corticeiras e outras. Embora o concelho seja maioritariamente rural, o sector com menor importância é o sector primário, onde se nota uma fraca expressão das actividades agrícolas. Esta tendência para a “terciarização” é extensiva à região e a todo o território nacional.

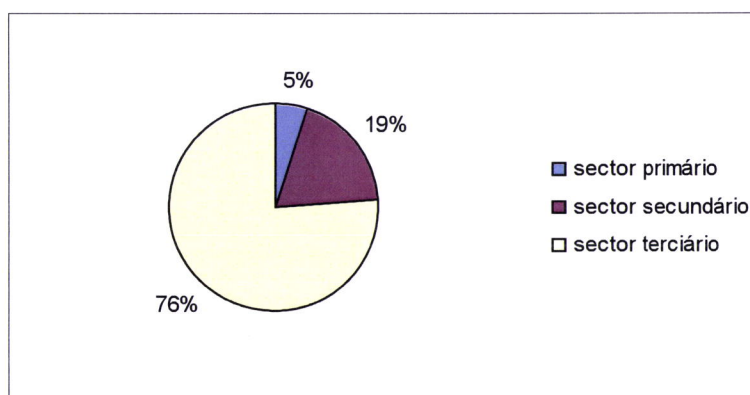


Figura 42 - Sociedades por sector de actividade (Censos 1991- 2001)

Entre 1991 e 2001 houve perda de actividade nos sectores primário (-4%) e secundário (-4%), tendo-se verificado uma transferência para o sector terciário (+8%) que compensou a perda dos outros dois sectores (Figura 43).

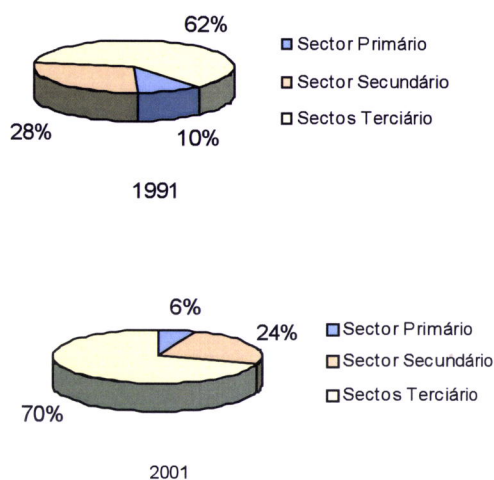


Figura 43 - População residente empregada por sector de actividade entre 1991 e 2001 (Censos 1991- 2001)

3.5. Indicadores Sociais

O grau de infra estruturação, o nível de instrução e o número de equipamentos afectos à educação, saúde, cultura e recreio, constituem alguns indicadores da qualidade de vida das populações.

Relativamente às infra-estruturas existentes no concelho, há que destacar: a rede de abastecimento de água (com uma taxa de cobertura de 90%), a rede de esgotos (com uma taxa de cobertura de 82,8%) e a rede de gás e televisão por cabo; a recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (abrangia 97,8% dos edifícios em 2001 enquanto a média das cidades portuguesas é de 95.8% e a do país apenas de 90.7%); o sistema de abastecimento de água (garantido por um sistema principal e por dois secundários que abastecem as freguesias de Alegrete e de S. Julião); o tratamento de águas residuais (efectuado por uma ETAR com capacidade para tratar um caudal médio diário de 8442m³/dia, cujo tratamento consiste na activação de lamas em baixa carga com arejamento e remoção de nutrientes).

Quanto ao nível de instrução da população verifica-se uma taxa de analfabetismo ainda um pouco elevada (16,1% em 1991), apesar de ter sofrido uma diminuição em 2001 (12,7%).

Os indicadores relativos à educação e saúde no concelho (representados na Figura 44, A), pelo elevado número de estabelecimentos de todos os graus de ensino e estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde, constituem um bom indicador de qualidade de vida.

Em termos de equipamentos culturais, existem na cidade de Portalegre 3 museus, 2 salas de cinema e 2 salas de teatro. A cidade apresenta algumas carências a nível cultural, especialmente no que diz respeito ao número de espaços para a realização de exposições, salas de cinema e teatro (Figura 44, B).

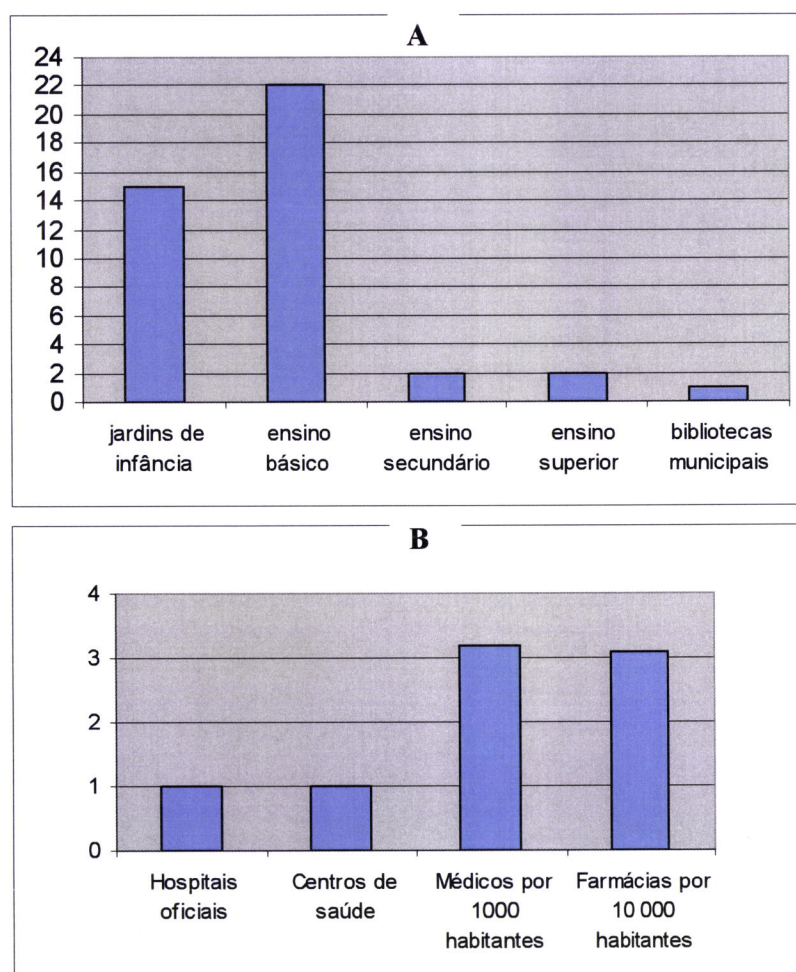


Figura 44 - Indicadores relativos à educação e saúde (Censos 2001)

O índice per capita do Poder de Compra permite comparar o poder de compra no concelho com o poder de compra médio do país, a que foi atribuído o valor 100. Este índice constitui também um indicador do nível de vida da população. O poder de compra da população é inferior ao da média nacional pois no concelho o índice é de apenas 95,8.

3.6. Rede Viária, Tráfego Rodoviário e Estacionamento

A rede viária do distrito de Portalegre proporciona uma cobertura satisfatória do território, sendo a rede viária nacional complementada por estradas e caminhos municipais que constituem cerca de 45 % do conjunto. No que respeita à articulação do distrito com o restante território, a reestruturação da rede viária nacional, ainda em curso, define dois Itinerários Principais (IP), com correspondência em Estremoz, que estabelecem as ligações nos sentidos Norte/Sul e este/oeste, correspondentes aos eixos preferenciais de maior fluxo de tráfego, respectivamente o IP2 e o IP7. Em articulação com os Itinerários Principais, existe a rede de Itinerários Complementares (IC), cuja concretização assegurará no Distrito, as ligações entre as sedes de concelho e, conseqüentemente, a ligação à rede viária local através do IC13.

Paralelamente às grandes ligações (IP e IC) existe no distrito uma rede de estradas nacionais e estradas e caminhos municipais que asseguram localmente a ligação entre a cidade de Portalegre e a maioria das sedes de concelho assim como os aglomerados limítrofes.

De uma forma geral, os acessos rodoviários à cidade de Portalegre são assegurados: a Norte, pela N 246 para quem vem de Castelo de Vide e Espanha; a Oeste, pela N18 para quem vem de Castelo Branco e Ponte de Sor; a Sul-Sudoeste, pela IP 2, para quem vem de Lisboa, Évora e Monforte; a ligação à Serra de S. Mamede é garantida pela N 246-2.

No que se refere à cidade de Portalegre, onde se insere a Zona de Intervenção do Programa Polis, constata-se que o centro não possui um sistema completo de vias circulares externas capaz de retirar o tráfego de atravessamento, do centro histórico. As ligações proporcionadas pela rede distribuidora local são deficientes, uma vez que quase somente a Rua 1º de Maio cumpre funções de distribuição a partir da rede viária fundamental.

A rede local assenta numa estrutura de eixos cruzados no centro de Portalegre que acolhe grande parte do estacionamento nas zonas centrais. De acordo com as contagens realizadas no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela ESTAC⁶, a maior procura da Zona de Intervenção passa pelo eixo Av. da Liberdade/Rua 1º de Maio. Em termos de condições de funcionamento de tráfego, a rotunda do Rossio é o ponto mais crítico da rede viária do centro de Portalegre.

⁶ Estudo de Estacionamento e Acessibilidade Ld^a. Plano de Tráfego para o centro da Cidade de Portalegre

Por outro lado, o eixo Rua 19 de Junho – Rua do Comércio – Rua Luís de Camões encontra-se frequentemente congestionado, originando grandes conflitos entre peões e veículos motorizados. O estacionamento ilegal contribui igualmente para o agravamento do funcionamento da zona central.

A oferta total de estacionamento na Zona de Intervenção é ligeiramente superior a 2.500 lugares, encontrando-se grande parte desta oferta na envolvente do centro histórico. As maiores carências de estacionamento são sentidas nas zonas centrais da Zona de Intervenção do Programa Polis e no decurso do período diurno. Contudo, as áreas onde se detectaram carências de estacionamento situam-se a uma distância pedonal confortável dos parques de estacionamento previstos na intervenção Polis.

3.7. Indicadores de Qualidade de Vida Urbana

A qualidade de vida é um conceito muito vasto e as definições não são consensuais. Afecta o quotidiano das pessoas e os seus ciclos de vida. Pode mesmo afirmar-se que é o que verdadeiramente interessa às pessoas pois é sobre ela que os indivíduos têm uma maior consciência relativa.

A avaliação da qualidade de vida pode fazer-se a partir de vários indicadores. T. Sá Marques (2004) considerou como indicadores de qualidade de vida e bem-estar os seguintes domínios: educação e aprendizagem; trabalho e qualidade do emprego; qualidade de acesso à habitação; recursos naturais e urbanização; nível de vida e consumo; cultura e lazer; acesso à saúde; convivência social.

Os domínios foram estabelecidos partindo dos conceitos de Ser, Ter e Estar, enunciados por E. Allardt (1993), no sentido de avaliar as condições proporcionadas pelo Estado ou pelo mercado, na satisfação dos interesses e necessidades individuais.

Os indicadores apresentados por esta autora podem aplicar-se ao espaço urbano de Portalegre e permitir a comparação deste a nível regional e nacional.

- Educação e Aprendizagem – Neste domínio Portalegre possui boa oferta de estabelecimentos e níveis de ensino (ver gráfico da figura 44-A p. 97). Existem dois estabelecimentos de ensino superior e um Centro de Formação, de gestão directa. No contexto nacional os percursos educativos são razoáveis, com taxas de retenção iguais ou inferiores à média do Continente. Há ainda uma grande

concentração de população escolar no ensino secundário e superior (cerca de 77% da população com menos de 25 anos frequenta o ensino, valor superior à média do continente que é 67%). A população residente tem níveis de instrução em média mais altos (17 a 23% da população com mais de 25 anos possui ensino superior, enquanto o valor de referência nacional é de 15%). Estas características conferem a Portalegre um lugar de destaque no âmbito do Alentejo, só superado por Évora e ao mesmo nível de Beja, o que significa que as restantes regiões não garantem tão boas condições de ensino.

- No domínio do Trabalho e Qualidade do Emprego, o concelho situa-se num nível de desemprego significativo, num contexto de mercado de trabalho razoavelmente remunerado. O desemprego há menos de um ano e de longa duração atinge valores um pouco superiores ao total do continente. As remunerações médias dos trabalhadores e os níveis de qualificação no emprego são, em geral, relativamente altos. Posiciona-se na região ao nível de Elvas, Campo Maior, Évora, Beja e Grândola. Na generalidade o Alentejo revela elevadas taxas de desemprego, em todas as idades, com níveis de instrução baixos e de longa duração. As oportunidades de emprego são escassas, predominando o emprego público, com níveis de instrução e remuneração relativamente baixos.

- Em termos de Qualidade e Acesso à Habitação a situação é razoável e só se sentem alguns problemas nas infra-estruturas. Não foram registados alojamentos construídos ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER). No entanto a posição do concelho é inferior à do Alto Alentejo, mas comum à generalidade do Alentejo Central.

- O indicador Recursos Naturais e Urbanização apresenta baixos níveis de consumo e ocupação do solo, associando-se a índices razoáveis de consumo de electricidade. Estamos num outro tipo de território em que as taxas de ocupação do solo são baixas, mas os índices de poluição e de consumo doméstico de electricidade sobem um pouco. A situação do concelho é muito semelhante a grande parte do Alentejo.

- Quanto ao Nível de Vida e Consumo apresenta rendimentos e consumo um pouco abaixo da média nacional, ainda que por vezes contrastem com níveis médios mais elevados. Contudo, os níveis de vida continuam a melhorar, sem no

entanto serem atingidos os valores médios do Continente. Portalegre aparece neste domínio num segundo escalão ao nível regional com Évora, Beja e Elvas num primeiro escalão, ficando o restante Alentejo dividido em mais dois escalões, de nível inferior.

- No domínio da Cultura e Lazer os recursos são razoáveis face a um potencial de utilizadores satisfatório. Existe um número de utilizadores potenciais por museu e por piscina, para além da oferta de publicações periódicas. Estamos numa situação em que os recursos existentes permitem uma utilização sem grande nível de carga. No Alentejo existem três níveis de recursos estando Portalegre no primeiro escalão em que os recursos são razoáveis face ao potencial de procura que se verifica.

- No Acesso à Saúde existe uma situação favorável com a concentração de recursos de saúde, só comparável no Alentejo a Évora e Beja.

- No domínio da Convivência Social podemos referir que existe uma razoável segurança no contexto de uma fraca densidade populacional, situação comum às outras capitais de distrito do Alentejo.

No que concerne ao Bem-estar e Qualidade de Vida existe um extenso território nacional que corre o risco de se excluir dos recursos essenciais para a sua promoção, devido ao despovoamento e ao envelhecimento da população. Para quebrar esta situação surgem as cidades médias, que abrem “oportunidades” para uma vida mais integrada em termos societários. Aparecem como amarra dos territórios e a sustentar algum optimismo, porque representam densidades mais razoáveis de recursos humanos, infra-estruturas e convivências. Évora, Vila Real e Viseu lideram as cidades médias do interior, seguindo-se várias outras cidades onde se inclui Portalegre.

Num quadro síntese do Bem-estar e Qualidade de vida podemos concluir dizendo que Portalegre apresenta um nível razoável de qualidade de vida e bem-estar resultantes dos domínios atrás analisados. (Figura 45)

A região do Alentejo regista progressivamente maiores laços de articulação com a região urbana de Lisboa tendo a qualificação das redes viárias contribuído para isso. No entanto, os espaços de complementaridade e de projecto comum não têm sido suficientemente alimentados em termos institucionais. Pensamos que as

instituições urbanas podem ter aqui um papel fundamental na animação destes processos. Cabe às cidades médias de Évora, Portalegre, Elvas, Beja, Santiago do Cacém e Sines estruturar o sistema urbano regional e organizar os processos de concertação regional e inter- regional.

No entanto neste sistema urbano Évora destaca-se claramente na dimensão e dinâmica urbana, na qualidade de vida da população residente e nos factores de competitividade.

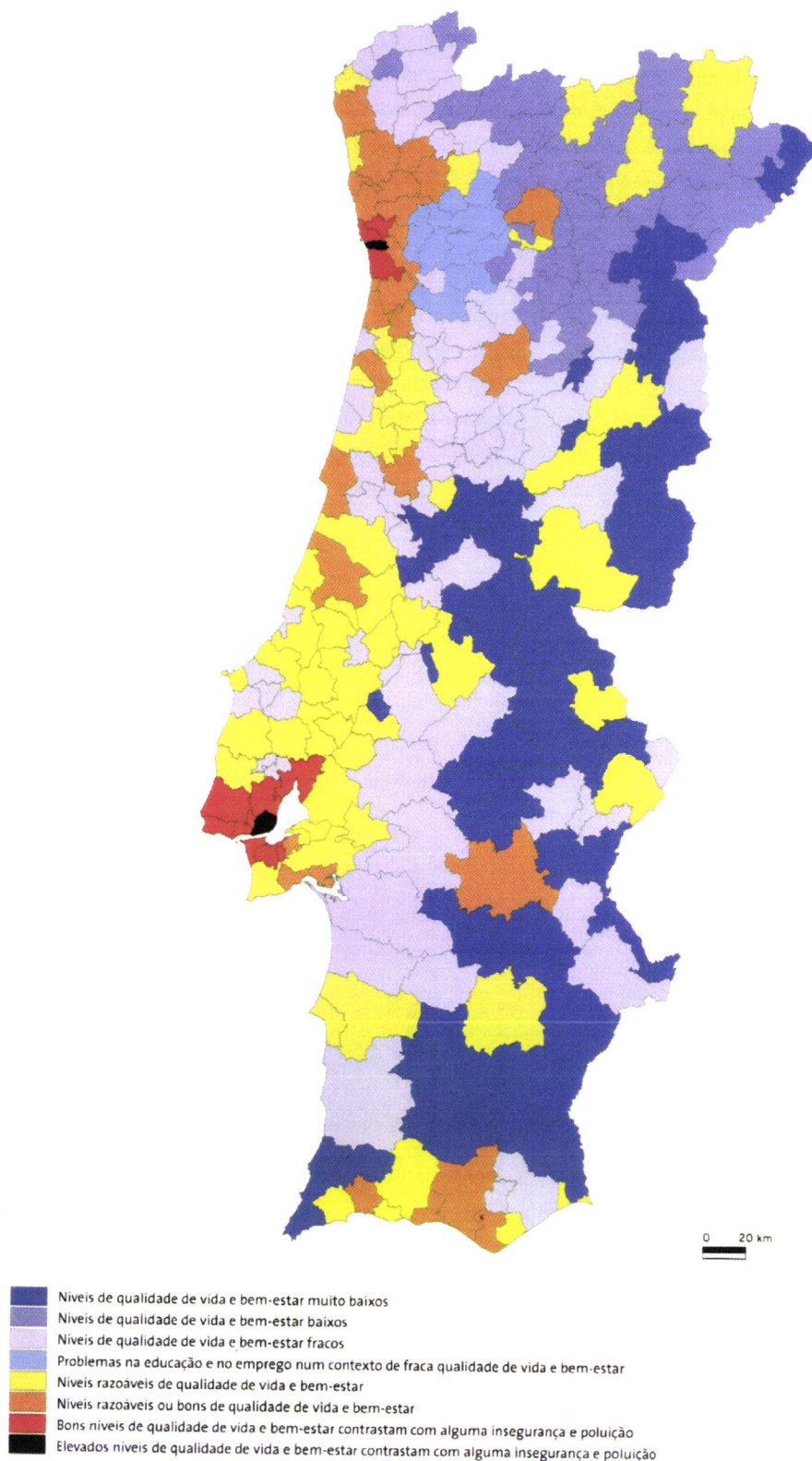


Figura 45 - Níveis de qualidade de vida e bem-estar por concelho (Adaptado de T. Sá Marques, 2004).

IV – A SOCIEDADE PORTALEGREPOLIS

IV – A SOCIEDADE PORTALEGREPOLIS

A sociedade PortalegrePolis é constituída por um capital social de € 2 244 591, realizado em numerário por dois accionistas, cabendo ao Estado uma participação de 60% e à Autarquia os restantes 40% do capital.

Os direitos do Estado como accionista são exercidos por representante designado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Ambiente e do Ordenamento do Território. Os direitos do município de Portalegre, como accionista, são exercidos por representante designado pela respectiva Câmara Municipal.

A duração da PortalegrePolis fica condicionada à realização completa do seu objecto contratual, não podendo prolongar-se para além de 31 de Março de 2006.

A PortalegrePolis conferirá mandato a uma entidade terceira, seleccionada por concurso público, para a direcção e coordenação geral da intervenção.

Sem prejuízo dos demais poderes que a lei venha a conferir à sociedade PortalegrePolis, são atribuídos à mesma, com vista à prossecução dos seus fins: os poderes para, de acordo com o previsto no Código das Expropriações, requerer do Governo a declaração de utilidade pública de quaisquer imóveis e direitos constituídos sobre os mesmos que se repute necessários à prossecução do seu objecto social; o direito de utilizar, fruir e administrar os bens do domínio público e do domínio privado do Estado que estejam ou venham a estar afectos ao exercício da sua actividade.

À PortalegrePolis são conferidos os poderes e as prerrogativas do Estado quanto à protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos, instalações que lhe estejam afectos e direitos conexos a uns e outras, bem como das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósitos de materiais diversos, alojamento de pessoal operário, instalações de escritórios e outras finalidades relativas à execução ou coordenação de obras, sem prejuízo do direito à justa indemnização dos titulares dos direitos.

1. Objectivos do Programa PortalegrePolis

O principal objectivo do Programa PortalegrePolis consiste na melhoria da qualidade de vida nas cidades, através de intervenções de carácter urbanístico e ambiental, aumentando a sua atractividade e competitividade no Sistema Urbano Nacional.

O Programa Polis em Portalegre configura pois um tipo de intervenção externa que se adequa aos objectivos estratégicos que se pretendem para Portalegre, desde que:

- Encare o património cultural, histórico e urbano/arquitectónico e os recursos naturais e paisagísticos enquanto valores em si e por si mesmos preserváveis e dinamizáveis;
- Se desenvolva como factor directo de requalificação da vida da população, residente ou flutuante, no que se refere à disponibilização de melhores ou mais adequadas infra-estruturas e serviços, equipamentos e habitações;
- Se entenda como factor indirecto de estabilização e retoma sócio-económica apoiadas na emergente actividade turística, enquanto instrumento qualificador da oferta turística local e regional.

O âmbito de intervenção do Programa Polis está pois em sintonia com os objectivos que a Câmara Municipal de Portalegre tem procurado prosseguir, ou seja, melhorar o bem-estar e a qualidade de vida na cidade, sendo política da Autarquia, desde há muito e na medida das capacidades próprias do Município, atribuir ao ambiente e ao património uma importância primordial no processo de requalificação urbana, que deverá assentar na recuperação sustentada de um conjunto de excepção de imóveis de valor patrimonial, no reordenamento do trânsito, no aumento da capacidade de estacionamento automóvel e na sua articulação com singulares envolventes paisagística e ambiental.

O objectivo da intervenção consiste na implementação do plano de Valorização do Centro da Cidade que modificará o tecido urbano de uma forma integrada, através de um conjunto de actuações adequadas aos valores e cenários existentes, articulados por uma filosofia assente na sustentabilidade de todo o sistema, ou seja, considerando todas as valências, nomeadamente, fisiográfica e ambiental, urbanística e arquitectónica, patrimonial e sócio – económica.

A implementação deste plano pretende alcançar, a requalificação urbana e a valorização ambiental de Portalegre. Este trabalho deverá observar total sintonia

com a realidade sócio-económica da região, otimizando a multi-funcionalidade e a versatilidade dos vários espaços encarados como um todo coeso, onde as debilidades possam ser minimizadas ou, se possível eliminadas e as aptidões e potencialidades assimiladas e valorizadas.

Foi seleccionado um conjunto de acções enquadráveis no âmbito do Programa Polis e simultaneamente prioritárias para o Município, encaradas como uma alavanca para o desenvolvimento. Permitirão evidenciar a identidade da cidade que urge valorizar e dignificar no seu sentido lato, como imagem urbana e estrutura integrante da paisagem natural onde Portalegre se integra, tornando-a mais aprazível e, conseqüentemente, mais atractiva.

Pretende-se assim consolidar a estrutura e qualificar o ambiente urbano, estabelecendo uma articulação coerente a dois distintos níveis: relacionando os imóveis de raro valor patrimonial, através do tratamento e revitalização dos espaços que os ligam, das praças que o enfatizam, dos acontecimentos que lhes concedem vida; estabelecendo nexos de articulação entre a cidade consolidada e sedimentada e as zonas de expansão desenvolvidas na meia encosta, pois nos instrumentos de planeamento em vigor foi deliberadamente condicionada a expansão na encosta alta, estabelecendo uma faixa de enquadramento e fronteira entre a cidade e a área do Parque Natural da Serra de S. Mamede.

A cidade constitui em si mesma um paradigma de requalificação urbana, formada por elementos arquitectónicos de valor patrimonial que deverão ser objecto de intervenção integrada numa óptica de preservação e recuperação, assumindo a dimensão emblemática de Portalegre, “ ... cidade branca do Alto Alentejo rodeada de ventos, penhascos, oliveiras e sobreiros ...”, como a descreveu José Régio.

Um factor preponderante na estratégia da intervenção é a componente de comunicação que terá por objectivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito das acções do Programa Polis em Portalegre.

2. Intervenções do Programa Polis

A intervenção do Programa Polis na Cidade abrange uma área de aproximadamente de 70 hectares, compreendendo o Centro Histórico e a envolvente da muralha (Figura 46).

A área é definida a Nordeste pelo traçado da Avenida Frei Amador Arrais (parte ainda em projecto), até ao ponto de ligação com a Estrada da Serra

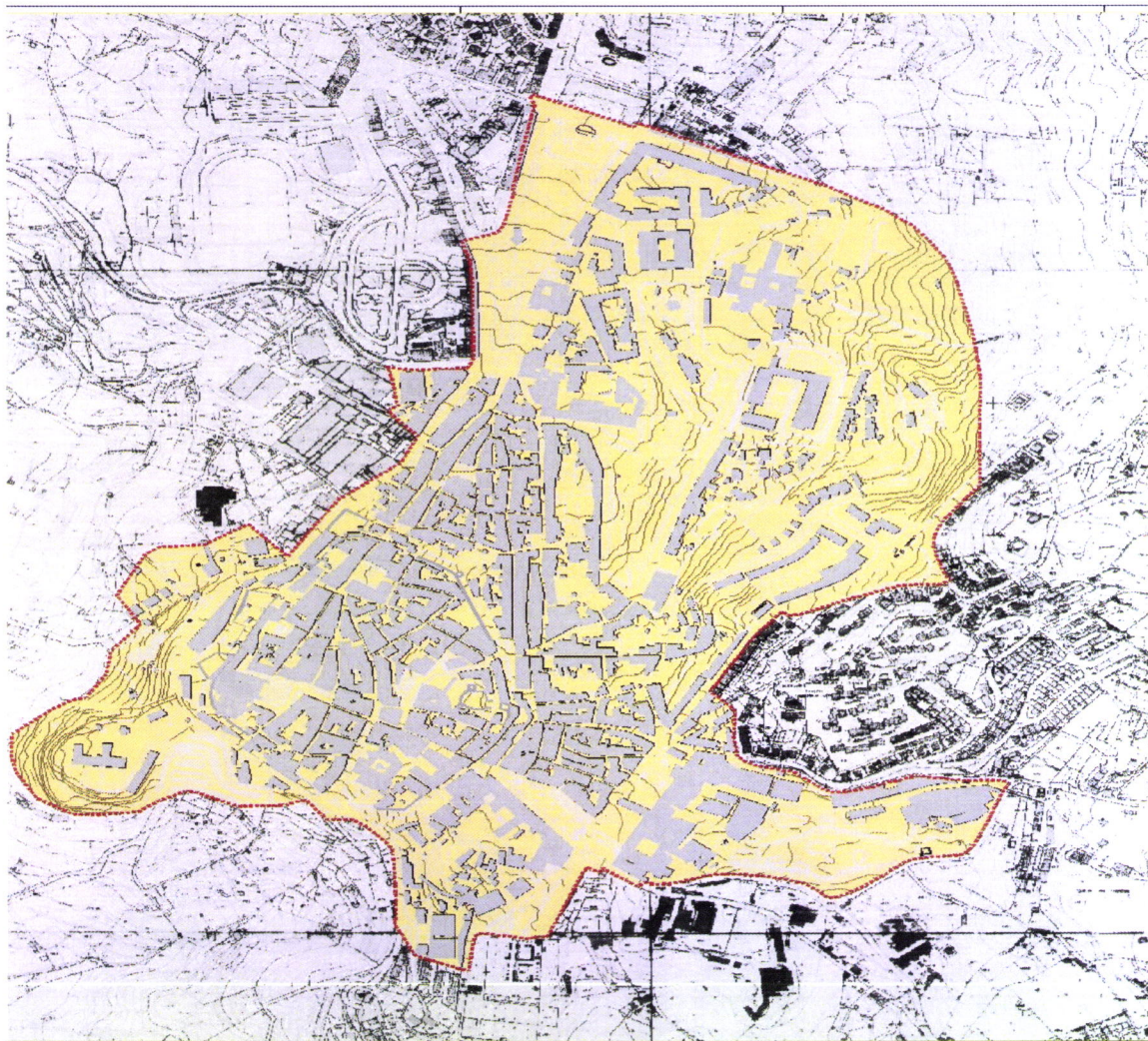


Figura 46 - Planta de Delimitação da Zona de Intervenção

A nascente, engloba o núcleo principal da Fábrica Robinson e o Convento de S. Francisco, até à Praça da República, prosseguindo para Sul pela Rua Poeta José Régio. Envolve o polígono não consolidado, delimitado pela frente da Praça da República, Rua Poeta José Régio, Rua Estremadura Espanhola e Rua Torre do Pessegueiro. A partir do Largo do Semeador, o limite da área de intervenção engloba a actual zona do parque de estacionamento de São Pedro, inclui o perímetro do actual Centro de Saúde, passa a ponte do antigo Sanatório Rodrigues de Gusmão, inflectindo até ao encontro da Rua 1^o.Maio, cujo traçado define o limite a poente. A partir do Rossio, a área de intervenção continua o seu

limite a ponte, ao longo da Avenida da Liberdade fechando a Norte com a Avenida Frei Amador Arrais.

As acções a desenvolver incidirão no núcleo histórico consolidado da cidade, na área que se estruturou sob o ponto de vista urbano até finais do século XVIII. As alterações sofridas nos séculos XIX e XX não descaracterizaram a estrutura da malha urbana já consolidada.

Foram ainda englobadas na área de intervenção algumas manchas de expansão, cuja articulação com as estas acções se verificou imprescindível, nomeadamente a necessidade de resolução dos problemas de trânsito e de estacionamento que viabilizarão a descompressão do Centro Histórico.

As acções do Programa Polis compreendem três níveis de intervenção:

- Beneficiação do Espaço Público;
- Reorganização de Circulação e Estacionamento Automóvel;
- Valorização Paisagística.

Englobam a construção de parques de estacionamento, requalificação do passeio público e de circuitos pedonais, valorização e requalificação de dois Jardins (Corredoura e Tarro).

Para além destas intervenções e como é norma nos Programas Polis será construído um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental que, irá desenvolver acções de sensibilização ambiental e proporcionará o acompanhamento contínuo dos diversos indicadores ambientais. Estas acções previstas, são entendidas como uma operação integrada de requalificação urbana, com forte componente de valorização ambiental, visando a melhoria da qualidade do ambiente urbano e permitindo otimizar a multi-funcionalidade e versatilidade dos espaços.

Será assim possível contribuir para a revitalização de Portalegre como Centro Urbano, atribuindo a esta cidade um papel relevante na estruturação do Sistema Urbano Nacional e reforçando o seu peso estratégico na coesão do sistema urbano regional.

Nestas intervenções será investida uma verba da ordem dos 15 207 000 Euros, sendo despendidos 1 648 000 Euros pela Autarquia, o restante pelo Estado e por fundos comunitários. A estes valores serão acrescidos os encargos com a gestão e coordenação das obras.

Paralelamente às intervenções do Programa Polis decorrerão projectos de regeneração, reconstrução e valorização do espaço público e do património classificado e edificado, aproveitando as sinergias e a coordenação do Programa

Polis, não sendo, contudo, por ele financiadas mas sim por outras entidades públicas e privadas. Nestas estão previstos investimentos públicos (prolongamento da Rua Frei Amador Arrais, construção do Centro de Artes e Espectáculos e da Estação Central de Camionagem) e privados (projecto de urbanização da antiga Fábrica de Moagem). Como os projectos se localizam na zona ou limites da área de intervenção do Programa Polis, faz todo o sentido que a sua promoção seja conjunta e simultânea, de modo a concretizar-se uma correcta e necessária requalificação urbana e valorização ambiental destes espaços.

As acções do Programa Polis e as outras a desenvolver em simultâneo, terão de estar concluídas em Setembro de 2005, perfazendo no conjunto as 13 intervenções programadas que se enumeram:

- Correcção viária da Estrada da Serra e Rua Poeta José Régio;
- Percurso de ligação à zona do Largo da Sé;
- Percurso de ligação à zona do Museu de Tapeçarias;
- Reconfiguração da Rua 1^o.Maio;
- Parque de estacionamento subterrâneo da Corredoura;
- Parque de estacionamento na envolvente de S. Francisco e Fábrica Robinson;
- Parque de estacionamento junto à rua D. Nuno Álvares Pereira;
- Parque de estacionamento junto ao Museu de Tapeçarias;
- Requalificação do Jardim da Corredoura;
- Requalificação do Jardim da Avenida da Liberdade (Jardim do Tarro);
- Requalificação do Eixo Praça da República – Praça da Sé;
- Requalificação do espaço público envolvente à muralha;
- Criação de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental;

2.1. Caracterização das Intervenções

Como suporte técnico das acções a implementar, será necessário desenvolver alguns estudos de caracterização da zona de intervenção do Programa Polis que condicionarão, nalguns casos, o desenvolvimento dos Planos, Estudos e Projectos a elaborar. Foi já realizado um Estudo de Incidência Ambiental (EIA) para melhor percepção das variáveis e descritores ambientais presentes. Este Estudo teve por objectivo monitorizar parâmetros conducentes ao conteúdo das recomendações a incorporar nos Estudos e Projectos a desenvolver. Será um valor acrescentado na concepção da intervenção.

Embora tenham sido já utilizados alguns elementos cartográficos existentes tornou-se necessário proceder a um levantamento Topográfico/Cartográfico com mais rigor.

Será ainda elaborado um “Estudo de Tráfego” que identifique com maior rigor as actuais necessidades de estacionamento e de mobilidade na zona de intervenção, assim como algumas prospecções geotécnicas com vista à definição das características do subsolo nas zonas onde se vão construir os parques de estacionamento subterrâneo.

Tendo em consideração a área de intervenção do Programa Polis e as características dos projectos propostos, deverá também ser executado um Plano de Pormenor para a envolvente da Rua 1º de Maio. Este deverá enquadrar as acções previstas para a envolvente, regar a ocupação da faixa poente e definir os princípios de requalificação da zona envolvente das muralhas. Tudo isto será executado de acordo com o previsto no PDM.

O projecto compreende a execução das seguintes obras (figura 47):

- Requalificação da Estrutura Viária Primária

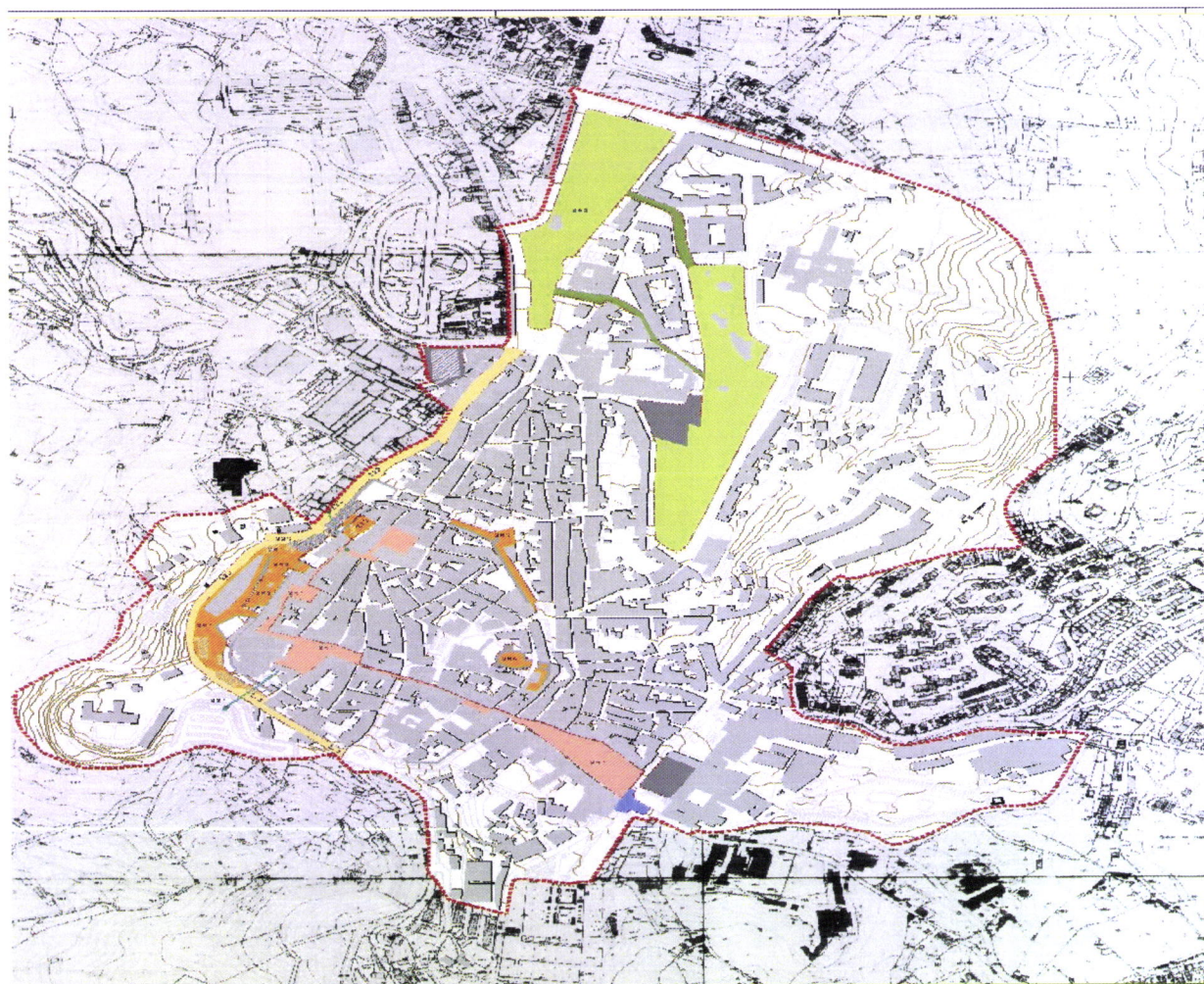
Neste âmbito será feita a correcção do traçado viário da estrada da Serra e da Rua Poeta José Régio. O objectivo é a melhoria das condições de segurança e fluidez do tráfego e dos nós de confluência de uma das principais vias de penetração no aglomerado – a Estrada da Serra – em articulação com a acção de Requalificação do Passeio Público. A área de intervenção é de 1.300 m², sendo responsáveis os Polis e a Câmara Municipal de Portalegre. A conclusão está prevista para Agosto de 2004.

- Circuitos Pedonais

1 – Percurso de ligação à zona do Largo da Sé:

Este percurso tem como objectivo o estabelecimento das ligações entre o recinto murado e a encosta a poente da Rua 1º De Maio. Esta Rua funciona ainda como circular viária ao Centro Histórico de Portalegre, estatuto que deverá ser alterado progressivamente com a construção do prolongamento da Avenida Frei Amador Arrais. Ficará a Rua 1º de Maio com um perfil mais urbano, mas conservará ainda uma carga de tráfego de características diferentes mas significativa. Torna-se imprescindível a concretização de diferentes atravessamentos pedonais entre o Centro Histórico e as áreas em processo de urbanização na meia encosta. Para a

ligação do parque de estacionamento de S. Pedro, já construído, poderá justificar-se a construção de um sistema mecânico de transporte, colocando-se em alternativa diferentes hipóteses: elevador panorâmico; túnel com escadas rolantes; túnel com elevador vertical. Os intervenientes e responsáveis são o Polis a Câmara Municipal de Portalegre e o IPPAR. O prazo de conclusão é de Maio de 2005.









-  - Requalificação da Estrutura Viária Primária
-  - Circuitos Pedonais
-  - Parques de Estacionamento
-  - Requalificação e Valorização Paisagística
-  - Requalificação Urbana do Passeio Público
-  - Requalificação do Espaço Público Envolvente à Muralha

Figura 47 - Planta de Identificação das Acções

2 – Percurso de ligação à zona do Museu de Tapeçarias e Palácio Amarelo

Estabelecerá a ligação pedonal desnivelada na zona da Travessa 1º de Maio, sem meios mecânicos. Será feita a recuperação e valorização dos espaços adjacentes às estruturas Defensivas Medievais e Setecentistas (Castelo, Barbacã e Praça de Armas/Torres, Muralhas e Baluartes). Os intervenientes e responsáveis são o Polis, Câmara Municipal de Portalegre e o IPPAR. A conclusão está prevista para Maio de 2005.

3 - Reconfiguração da Rua 1ºde Maio e sua articulação com sistemas pedonais

Este projecto compreende a configuração do perfil da Rua 1ºde Maio tornando-a uma via de circulação local de cariz mais humanizado, melhorando os acessos pedonais ao Museu de Tapeçarias e à cidade alta. Será redesenhado um novo perfil com uma nova plataforma do arruamento, construção de passeios, arborização, colocação de mobiliário urbano e um novo sistema de iluminação pública. A área de intervenção é de 8.500 m2 sendo responsáveis e intervenientes o Polis e a Câmara Municipal de Portalegre. A conclusão está prevista para Abril de 2005.

- Parques de Estacionamento

1 - Parque de estacionamento subterrâneo do Jardim da Corredoura:

A concentração de equipamentos colectivos nas malhas envolventes do Jardim da Corredoura, bem como a proximidade à zona mais central de Portalegre (o Rossio, centro de gravidade da cidade), implica a necessidade de aumentar a oferta de estacionamento nesta zona. Para recuperar o jardim e fazer o enquadramento morfológico e urbanístico dos edifícios de valor patrimonial (Igreja do Calvário e Convento de S. Sebastião, antiga Fábrica Real e futura Câmara Municipal), a solução é construir um parque de estacionamento subterrâneo. Estão previstos 150 lugares em 2 pisos, sendo intervenientes e responsáveis as entidades Polis, Câmara Municipal de Portalegre e IPPAR. As obras deverão estar concluídas em Março de 2005.

2 - Parque de estacionamento na envolvente do Convento de S. Francisco e Fábrica Robinson:

Este projecto prevê a construção de parques de estacionamento, em superfície e subterrâneo, na envolvente da Praça da República. A concentração de um número significativo de equipamentos e serviços, alguns dos quais instalados num conjunto de edifícios emblemáticos (Governo Civil e Comando da Polícia de Segurança Pública no Palácio Avillez, Escola Superior de Educação no Palácio Achaioli, futuro Centro das Artes e Espectáculos no antigo Beatério de S. Braz, Casa Museu Poeta José Régio, Convento de S. Francisco, Fábrica Robinson e ocupações comerciais da Praça da República) justifica esta solução. O parque de estacionamento subterrâneo terá capacidade para 150 lugares em dois pisos, sendo responsáveis e intervenientes as seguintes entidades: Polis, Câmara Municipal de Portalegre e IPPAR. Deverá estar construído em Março de 2005.

3 - Parque de estacionamento junto à Rua D. Nuno Álvares Pereira:

Como está prevista a construção de um novo terminal rodoviário, o antigo edifício da Transportadora Belos será aproveitado para a instalação de um parque de estacionamento em quatro pisos, com 150 lugares. A obra será da responsabilidade da Câmara Municipal de Portalegre, Polis e o proprietário do prédio. Está prevista a sua conclusão para Março de 2005

4 - Parque de estacionamento Junto ao Museu de Tapeçarias:

O funcionamento do Museu de Tapeçarias, bem como a procura já existente para a zona, justificam a construção de um parque à superfície de forma a responder às necessidades de estacionamento. A área a intervir será de 2.000m², sendo intervenientes e responsáveis a Câmara Municipal de Portalegre, Polis, IPPAR e proprietários locais. A conclusão das obras está prevista para Janeiro de 2005

– Requalificação e Valorização Paisagística

1- Jardim da Corredoura:

O Jardim da Corredoura foi construído no início do século XX, constituindo a primeira mancha verde artificial da cidade. A requalificação deste jardim é considerada uma prioridade no Plano de Estrutura Verde da Cidade e na construção do corredor de ligação com o jardim da Avenida da Liberdade (Jardim do Tarro). A recuperação prevê o seu reequipamento integral, a instalação de novos sistemas de rega e de iluminação e a recuperação dos planos de água. A área de

intervenção é de 29 000m², sendo intervenientes e responsáveis os Polis e a Câmara Municipal de Portalegre, com conclusão prevista para Setembro de 2005.

2 - Jardim da Avenida da Liberdade (Jardim do Tarro):

A requalificação do Jardim da Liberdade (Jardim do Tarro) e também considerada uma prioridade. Funciona actualmente como uma zona verde de estada e passagem e desempenha um papel preponderante na vida da cidade, pois as suas áreas relvadas, as árvores e arbustos de grandes dimensões constituem local privilegiado de encontro e lazer. O Jardim ocupa a área do grande terreiro do antigo Rossio, espaço de mercado adjacente às portas da cidade murada, local de feiras e mercados durante séculos. Será feita a recuperação dos elementos construídos nos anos 60 do século XX (espelho de água, coreto, esplanada e linha de água). Será ainda feito o enquadramento do centenário Plátano e o tratamento fitossanitário dos exemplares vegetais que o necessitem. A área a intervir é de 17 000 m² sendo os responsáveis e intervenientes a Câmara Municipal de Portalegre e o Polis. A conclusão está prevista para Setembro de 2004.

- Requalificação Urbana do Passeio Público

1- Eixo Praça da República / Largo da Sé:

A Praça da República, outrora designada por Corro e antigo Campo da Liça, constitui um espaço de carácter singular, pontuado por um acervo de exemplares notáveis de arquitectura. O Largo da Sé, espaço regular fronteiro à Sé Catedral, constitui outro dos núcleos urbanos de referência na cidade, estruturante do núcleo inicial de fundação da urbe e determinante da imagem e silhueta da cidade. O projecto compreende a requalificação urbanística do conjunto de espaços públicos situados ao longo do eixo Praça da República – Largo da Sé. Prevê a valorização ambiental dos vários espaços, o redesenho de traçados, a reconfiguração de espaços verdes, o ordenamento do estacionamento à superfície e a colocação de mobiliário urbano. A área de intervenção é de 12 000m² e será da responsabilidade do Polis, Câmara Municipal de Portalegre, Instituições e proprietários locais. A previsão da conclusão é Junho 2005.

- Requalificação do Espaço Público Envolvente à Muralha (Zona Exterior até à rua 1º de Maio, Zona Interior entre o Museu de Tapeçarias e a Sé, Zona da Barbacã e Zona do Castelo.

O recinto amuralhado da cidade, que constitui a maior área do Centro Histórico, está envolvido por duas estruturas defensivas. A primeira linha defensiva é constituída pelo Castelo, Torre de Menagem, Praça de Armas e Panos de Muralha com as respectivas torres e Portas. Em grande parte absorvidas pelo casario, pretende-se a sua limpeza e o tratamento dos espaços confinantes. A segunda linha de fortificações, construídas a partir do século XVI, seguindo no seu desenho os preceitos do sistema Vaubain, envolve a primeira estrutura defensiva quase paralelamente. Este tipo de fortificações, com baluartes e caminhos de artilharia, ocupa uma área significativa que se pretende reconverter, descomprimindo a malha cerrada do Centro Histórico. Os agentes intervenientes e os responsáveis são o Polis, Câmara Municipal de Portalegre, IPA e IPPAR. A conclusão do projecto está prevista para Maio de 2005.

- Sensibilização e Educação Ambiental

1 – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA, Figura 48)

Ao assumir que Ambiente e Património são variáveis operativas no processo de planeamento cabe às intervenções do Programa Polis em Portalegre, proceder à melhoria das condições ambientais da malha urbana. O projecto, pela sua singularidade e por ser uma constante em todas as intervenções do Programa Polis nas várias cidades do país, será desenvolvido contando, preferencialmente, com o envolvimento de jovens arquitectos.

Este centro terá, por um lado, um objectivo pedagógico de divulgação dos valores ambientais presentes e, por outro lado, uma função, mais técnica, de monitorização contínua dos diversos descritores ambientais. O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental estava para ser instalado no Palácio Amarelo mas ficará no novo edifício da Câmara Municipal (Colégio de S. Sebastião antiga Fábrica Real).



Figura 48 - Localização do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CIMA).

3. Outros Projectos Complementares não Previstos no Programa Polis

Embora não directamente incluídos no âmbito do Programa Polis, mas com ele intimamente relacionados por se localizarem na zona de intervenção e, por esse motivo objecto de coordenação e gestão integrada dos respectivos projectos e obras, encontra-se prevista a realização de um conjunto de intervenções, edifícios e equipamentos, nomeadamente:

- I – Prolongamento da Avenida Frei Amador Arrais;
- II – Estação Central de Camionagem;
- III – Centro de Artes e Espectáculos;
- IV – Reversão de uma Área Industrial próxima do Centro Histórico (antiga Fábrica de Moagem de Portalegre)

Neste conjunto de projectos os três primeiros são de iniciativa pública, sendo o último de iniciativa privada.

O prolongamento da Avenida Frei Amador Arrais encontra-se em fase de conclusão. A construção da nova Estação Central de Camionagem está dependente da solução de conversão da actual central em parque de estacionamento, estando já definido o local para a construção da nova Central de Camionagem. O Centro de Artes e Espectáculos foi já adjudicado tendo-se iniciado, recentemente, as obras.

O projecto de reconversão da área da antiga Fábrica de Moagem de Portalegre encontra-se em fase final de aprovação pelas entidades respectivas (Câmara Municipal e IPPAR). Prevê-se para breve a demolição do edificado ainda existente, estando a conclusão total do projecto prevista para o final de 2006, um pouco para além do termo do Programa Polis.

4. Projecto de Reconversão de uma Área Industrial Inserida na Malha Urbana

Confinando com a Rua 1^o. De Maio, o Loteamento da Moagem permite potenciar as realizações do Programa Polis cujo limite poente se define pela referida rua. Abrange uma área total de cerca de 9 000 m², dos quais serão loteáveis 4 650 m² e cedidos para vias, passeios, ajardinamento e áreas funcionais, 3 900 m² (Figura 49).

Este loteamento irá permitir a requalificação urbanística da zona, através da construção de uma nova imagem arquitectónica do conjunto edificado, em substituição das construções degradadas e da desconformidade urbana existente (Figura 50). Permitirá ainda a correcção dos perfis longitudinal e transversal da rua 1^o. De Maio, de acordo com o definido pelo Programa Polis, com todas as vantagens para circulação pedonal e automóvel daí decorrentes. Irá criar as condições que potenciem o desenvolvimento futuro da zona da "meia encosta", no respeito pelo traçado das azinhagas existentes. A construção de infra-estruturas de estacionamento terá dimensionamento e capacidade superiores às exigências restritas do loteamento.



Figura 49 - Aspecto geral e envolvente do edifício da antiga Moagem de Portalegre

A requalificação urbanística da Rua 1^o.de Maio e da Fábrica de Moagem terá em consideração o “confronto” com os elementos de muralha e baluarte confinantes e ainda a garantia da salvaguarda de tomadas de vista para a Penha (Figura 51).

Este projecto urbanístico foi concebido e definido em concordância com os interesses públicos, nomeadamente Programa Polis (Plano de Pormenor) e instalação do Museu de Tapeçarias (enfiamentos perspécticos).



Figura 50 - Aspecto dos edifícios a demolir na rua 1º de Maio

O programa de intervenção engloba a construção de áreas habitacionais, de comércio e serviços, garantindo as necessárias áreas de estacionamento e a configuração da arquitectura com os arranjos exteriores, que passarão para o domínio público.

O terreno tem uma configuração irregular, apresentando uma exposição a poente com diferença de cotas de 5 m no sentido transversal, entre a Rua 1º De Maio e o tardoz. Existem construções a demolir, de função industrial – antiga

moagem – bem como algumas construções habitacionais devolutas, sem interesse relevante (Figura 52).



Figura 51 - Simulação da implantação do novo edificado no antigo espaço da Moagem (vista de poente)

A proximidade da muralha, a existência de uma fábrica de confecções, o traçado de azinhagas e a evidência topográfica de média distância (Figura 47), determinaram uma solução urbanística que se configura e caracteriza por quatro edifícios implantados na perpendicular das curvas de nível, com a melhor orientação solar, de forma a permitir a concordância com a topografia.



Figura 52 - Simulação da implantação do novo edificado no antigo espaço da Moagem (vista de NW).



Figura 53 - Aspecto dos novos edifícios a construir na rua 1º de Maio, no local da antiga Moagem de Portalegre

O actual edificado da moagem, assim como as outras construções industriais que ocorreram em determinada época, nesta zona de “meia-encosta”, constituem uma silhueta inconveniente para a cidade, produzindo um impacte visual negativo. Assim, a implantação dos diferentes edifícios propostos, define

uma céntrica interrompida, em vez de uma banda contínua, provocadora de impacto negativo.

Dos quatro edifícios projectados, três serão de habitação e de espaços comerciais em galeria e um para serviços, assumindo no conjunto o aspecto simulado nas Figuras 51, 52, 53. A associação destas diferentes funções no mesmo conjunto contribuirá para garantir “vida própria” e animação local a esta zona da cidade. A futura área de expansão da cidade será a poente depois de reconvertidas as duas áreas industriais (Moagem e Lanifícios) que comprimem o Centro Histórico. A intervenção do Programa Polis em Portalegre desenvolve uma estratégia de enquadramento de centro da cidade, renunciando a requalificação do Centro Histórico e estabelecendo os fundamentos de uma expansão.

5. Os Efeitos Esperados das Intervenções (Programa Polis)

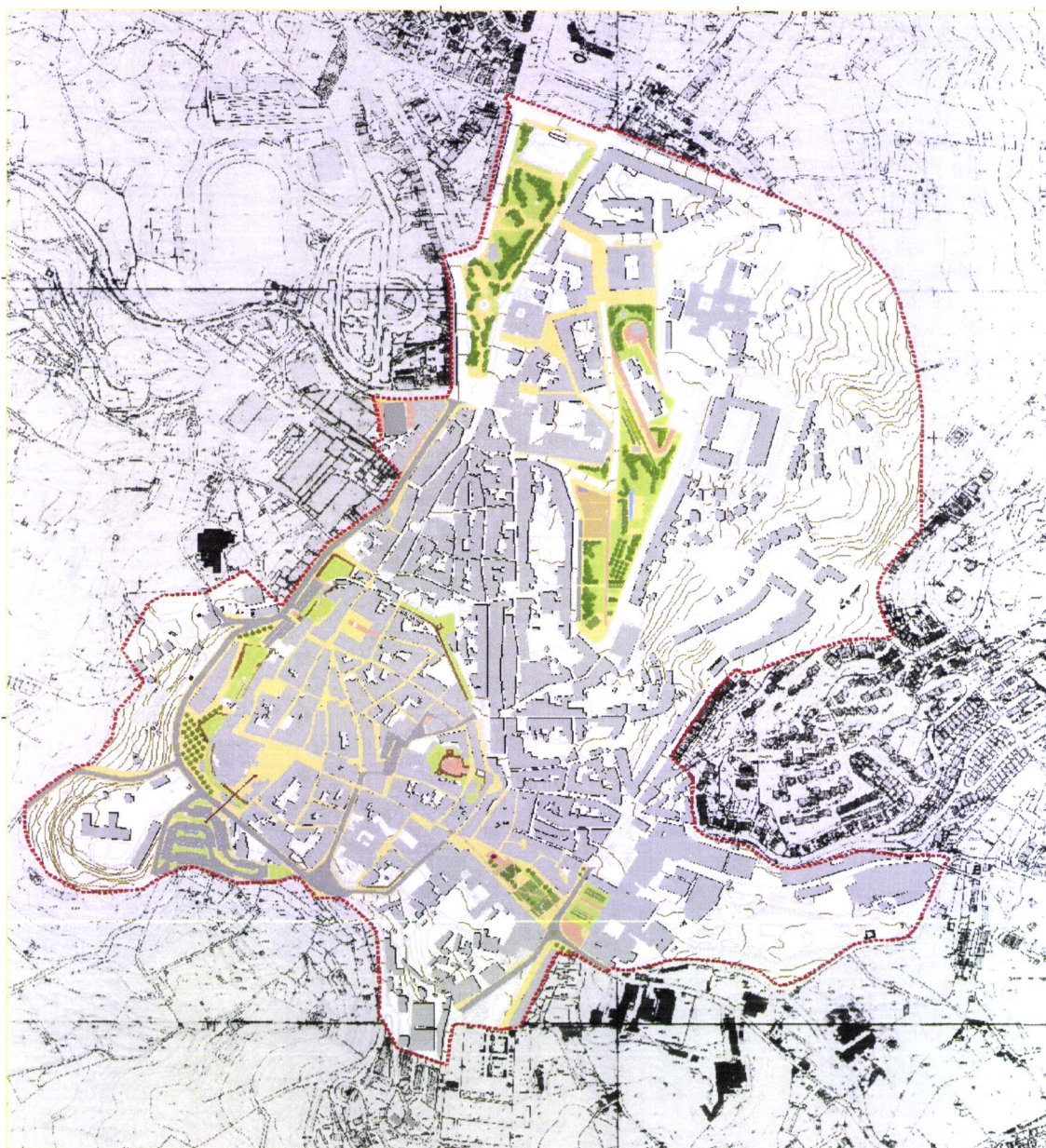
Como consequência da intervenção do Programa Polis e de outras acções públicas e privadas na cidade, dele recorrentes (requalificação urbana e valorização ambiental) é expectável a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida urbana e um fortalecimento da sustentabilidade ambiental e socioeconómica.

Após a conclusão do Programa é previsto atingir os seguintes indicadores:

- Criação de um Instrumento de Gestão Ambiental;
- Criação de um Centro de Monitorização Ambiental;
- Requalificação de 56 000 m² de áreas verdes;
- Recuperação e valorização do Património (2 520 m²);
- Melhoria de acessibilidades (9 750 m²);
- Mobilidade urbana e incremento de Zonas pedonais (11 110 m²);
- Acessibilidade pedonal (100 m).

Depois das intervenções concluídas (Figura 54) prevê-se a requalificação e reconversão de zonas degradadas da cidade, melhoria de acessibilidades e de circulação, requalificação e valorização de equipamentos culturais e de lazer; a criação de emprego especialmente no domínio do ambiente; atracção e fixação de quadros superiores qualificados; e a promoção e dinamização turística. Estas

acções terão devolvido ao Centro Histórico o seu papel estruturante e a sua importância histórica na vida da cidade.







-  - Circuitos Pedonais
-  - Parques de Estacionamento
-  - Requalificação e Valorização Paisagística
-  - Requalificação Urbana do passeio Público

Figura 54 - Planta de Simulação da Ocupação Final

6. Potencialidades e Debilidades do Concelho de Portalegre

Os benefícios das intervenções dos poderes públicos são em geral acentuados nas regiões mais deprimidas, como é o caso de Portalegre. Estas regiões que apresentam grandes dificuldades na criação de riqueza vêm, actualmente, nos processos de desenvolvimento endógeno onde as Câmaras Municipais possuem um papel fundamental, a alternativa para atenuar a sua marginalidade. Como áreas carenciadas e desfavorecidas é urgente o investimento económico e social, devendo aproveitar-se todas as possibilidades de promoção do desenvolvimento – indústria, turismo, agricultura e serviços, bem como todos os contributos da sociedade científica na procura de explicações e possíveis resoluções para os problemas destas áreas.

Se até há poucas décadas atrás, a agricultura era o principal motor económico regional, com crescente diminuição da população activa neste sector e o consequente êxodo para as cidades, muitas das anteriores políticas de desenvolvimento foram repensadas e ultrapassadas. Sectores como a indústria e mais recentemente o turismo, no seio dos serviços, assumiram um papel dinamizador e fortemente impulsionador contra a estagnação que se apoderou da população desta área.

As políticas de promoção industrial em meios rurais, de que Portalegre é um exemplo, têm assentado tradicionalmente em três pilares fundamentais e com forte relação entre si: sistemas de incentivos fiscais e financeiros, implementação de infra-estruturas numa óptica de melhoria das condições locais de recepção (parques, loteamentos, zonas industriais, saneamento básico e rodovias) e estratégias de atracção de investimento proveniente do exterior (do país ou estrangeiro).

Mas não basta só atrair factores de produção exógenos, interessa, também, criar um ambiente favorável à mobilização das potencialidades endógenas, à consolidação e reestruturação dos tecidos sócio – produtivos, ao aumento de competitividade externa, visando sempre, a melhoria das condições de vida das populações locais.

Contudo, a diversidade de realidades locais e a relativa especificidade de “trajectórias de desenvolvimento” desaconselham mesmo que às actividades industriais se atribua, de forma generalizada, um papel central como factor de mobilização e animação local, devendo-se complementarmente promover outras actividades, como o turismo, com muitas potencialidades locais e regionais.

Portalegre, como área sem grande tradição turística, deverá aproveitar todos os recursos disponíveis, tanto nacionais como comunitários, dirigidos à correcção das assimetrias regionais, sem perder os objectivos da harmonia social, da preservação do ambiente e da diversidade cultural. Urge investir na criação de infra-estruturas e equipamentos complementares, na preservação e valorização do património e no estímulo das actividades culturais e desportivas.

Em Portugal, a capacidade flexível de parceria pública/privada e de cooperação intermunicipal, levam a que o associativismo assuma um papel cada vez mais importante no desenvolvimento local, pois, os municípios, considerados de forma individual, nem sempre possuem os recursos necessários para execução de iniciativas de promoção do seu desenvolvimento económico e social. Nesta perspectiva, Portalegre deve tirar o máximo proveito da Associação de Municípios do Norte Alentejo e da Região de Turismo de S. Mamede onde se insere. Por fim, é importante pensar em estratégias de retenção dos capitais gerados (reinvestir), para que se atinja um desenvolvimento cada vez mais auto-sustentado e duradouro.

O território em estudo tem sido apontado como detentor de potencialidades que podem ser utilizadas na melhoria e equalização dos níveis de vida das suas populações. O adequado aproveitamento dos recursos e potencialidades locais, especialmente a nível industrial (apostando numa industrial mais moderna, competitiva e não poluente, com tónica nas agro – indústrias e no artesanato, mas também na melhor aproveitamento das grandes multinacionais aqui sedeadas) e turístico, sectores já com algumas iniciativas de assinalável peso regional, assumir-se-ão inevitavelmente como motores de progresso do concelho, em particular, e da região, em geral, numa perspectiva de desenvolvimento económico e social e de maior integração a nível nacional e europeu.

Portalegre, como todos os concelhos do país, possui vulnerabilidades e potencialidades muito próprias, que poderão condicionar e influenciar todo o tipo de medidas e estratégias a implementar que se apresentam de forma esquemática no Quadro IV.

Quadro IV - Debilidades e Potencialidades do Concelho de Portalegre.

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de aproveitamento racional do poder local; - Supressão da fronteira com o Mercado Único, o que facilita a livre circulação, no território, de pessoas, bens e serviços. - Existência de fundos estruturais provenientes da EU que permitem “realizar” e “idealizar” um novo território e estabelecer novos objectivos e prioridades, com horizontes mais amplos. - A indústria como motor do desenvolvimento sócio-económico do concelho. - Aproveitamento de produtos de recursos locais, para transformação e comercialização. - Existência de produtos tipicamente regionais e locais permitindo a demarcação de zonas de produção de qualidade. - “Abundância” de produtos agro-industriais derivados da produção agrícola local. - Tecido industrial relativamente diversificado. - Zona industrial infra-estruturada e com espaço disponível para expansão, potencialmente atractiva e com possibilidade de gerar complementaridades. - Qualificação, potencialmente adequada às carências do tecido empresarial, feita pelo ensino superior Politécnico. - Disciplina industrial da mão-de-obra, obtida pela experiência - Distância-tempo à fronteira como potencial de escoamento da produção e aquisição de matérias-primas. - Boas condições climáticas e ausência de poluição. - Expansão da actividade turística com ligação a Castelo de Vide e Marvão. - Proximidade do eixo Lisboa - Madrid. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ineficácia da maioria das acções de promoção regional e local. - Ausência de um sistema de incentivos eficaz e específico para apoiar a base produtiva regional e local. - Falta de iniciativa e empreendedorismo da Comunidade, resultante da estrutura envelhecida da população. - Fracos níveis de rendimento disponível que limitam o consumo (baixo poder de compra). - Falta de uma efectiva política nacional de discriminação positiva para o interior. - Falta dimensão à maior parte das unidades industriais. - Mão-de-obra pouco qualificada com origem no sector primário. - Dificuldade em fixar quadros médios e superiores. - Posição periférica em relação aos grandes eixos de desenvolvimento. - Baixos índices de acessibilidade e conectividade com as áreas envolventes. - Problemas de tráfego e estacionamento, especialmente no centro histórico. - Ausência da região na maioria dos roteiros turísticos do concelho. - Ausência de tradição empresarial no turismo. - Carências na capacidade de alojamento. - Falta de uma política cultural capaz de conjugar os diversos acontecimentos e iniciativas culturais, a nível regional. - Falta de iniciativa das organizações associativas e Privadas. - Degradação do núcleo histórico e envolvente. - Comércio tradicional com fraca especialização, pouco atractivo e com espaços pouco funcionais.

Da análise do quadro de potencialidades/debilidades podemos concluir que Portalegre possui um conjunto de inegáveis valores e oportunidades nos mais variados domínios, que importa valorizar e aproveitar. Para tal deve-se procurar

estimular e criar sinergias e complementaridade entre elas, de modo a alcançar um desenvolvimento auto sustentado.

Estas potencialidades e oportunidades de desenvolvimento só poderão ser concretizadas com o apoio do poder central e local. Aqui a Autarquia desempenha papel de interlocutor primordial entre os agentes económico-sociais (locais ou exteriores) e o poder central.

No que diz respeito à futura opção administrativa do território colocam-se duas possibilidades, ou pertencer à Área Metropolitana que abrangerá todo o Alentejo, ou pertencer a uma Comunidade Urbana com ligações ao Norte, de que Castelo Branco será a referência. Esta última parece-nos ser a opção manifestada pelo actual Presidente da Autarquia em entrevista que nos concedeu. No entanto está ainda condicionada pela adesão do concelho de Nisa a esta opção, sem a qual não poderá existir continuidade territorial

A actual Administração Autárquica tem delineado uma estratégia de intervenção para o concelho que nos deu a conhecer através desta entrevista⁷.

A aposta do Município assenta em três grandes linhas estratégicas: a indústria; o turismo; as acessibilidades.

No que respeita à indústria a prioridade será no sentido de atrair novas indústrias e poder reinstalar outras, ainda a funcionar na malha urbana, no Parque Industrial que para o efeito deverá ser ampliado. A ideia de criação de um Tecnopolis, em ligação estreita com a Escola Superior de Tecnologias da cidade, é também uma das prioridades, privilegiando as novas tecnologias e criando a fixação de quadros e a conseqüente massa crítica para a cidade. Outra consiste na criação de uma marca regional, "Portalegre", para os vários produtos de origem local ou regional como o leite, o vinho, a carne, queijos e produtos artesanais.

O turismo é possivelmente a actividade a privilegiar. Estando já projectado um campo de golfe, com apoio de uma estrutura hoteleira de qualidade superior a instalar junto ao Parque Industrial. Estão também em estudo outros projectos hoteleiros, como a adaptação de um convento a pousada, (São Francisco ou São Bernardo); a instalação de um casino que terá como principal objectivo a atracção de clientela do outro lado da fronteira, criando ligações duradouras que podem ser fortalecidas através de programas comunitários (Interreg). O efeito potenciador das intervenções Polis colocará a cidade mais atractiva para o turismo, não só pela

⁷ Entrevista concedida pelo Presidente da Câmara, Engenheiro José Fernandes da Mata Cáceres, em Setembro de 2004.

melhoria nas infra-estruturas de apoio, como pela criação de novas Rotas e Percursos Turísticos.

As acessibilidades rodoviárias constituem também prioridade da autarquia, embora dependente das decisões do Poder Central. A concretização da recentemente anunciada ligação por auto-estrada da A23 (Junto ao Fratel) a Portalegre que, mais tarde, será ligada à A6 (Elvas-Badajoz) constituirá a ligação fundamental no eixo interior (IP2). A Ligação a Ponte de Sor e a Coruche através da IC13 facilitará o contacto com o litoral. Com estas vias concluídas Portalegre ficará definitivamente “desencravada” do seu longo isolamento.

V – APLICAÇÃO DO PROGRAMA POLIS AO CACÉM

V – APLICAÇÃO DO PROGRAMA POLIS AO CACÉM

1. Enquadramento Físico da Área

1.1. Aspectos Climáticos

O clima da área do Cacém pode caracterizar-se pelos valores dos elementos climáticos registados nas estações de Sintra/Granja e de Lisboa. A temperatura média anual varia entre os 14,6 os 16,7^o C. Os meses de Dezembro e Janeiro são os mais frios do ano apresentado valores médios de 5,8 °C e 8,2 °C respectivamente, sendo Agosto o mês mais quente com valores entre os 25 °C e os 27,8 °C. A amplitude térmica anual extrema das temperaturas é de 19,5 °C, registando-se fraca ocorrência de dias com temperaturas negativas e cerca de 42 a 90 dias com temperaturas acima dos 25^o C.

A precipitação total anual é de cerca de 840 mm anuais, concentrada nos meses mais frios. Predominam os ventos dos quadrantes de N e NW ao longo de todo o ano, sendo frequente durante o verão o regime de Nortada. Os nevoeiros, de tipo misto ocorrem ao longo do ano, sendo os de advecção mais frequentes e intensos no Verão. As geadas apresentam fraca ocorrência.

A proximidade ao Oceano Atlântico e ao maciço da Serra de Sintra constituem os dois factores climáticos com maior influência no clima da região. O efeito moderador da proximidade do mar reflecte-se na frescura do Verão, na amenidade do Inverno, nas fracas amplitudes térmicas anuais e na quase ausência de geadas. A proximidade do relevo recortado da Serra de Sintra provoca o desvio das massas de ar fresco vindas de NW que assim são impedidas de progredir para o interior, criando no local um microclima.

Pelas características apresentadas, o clima da área em estudo insere-se na faixa de transição entre os domínios bioclimáticos Pré-Atlântico e Pré-Mediterrâneo litoral (M. J. Alcoforado e tal., 1982).

O Índice Biofísico⁸ (IB < 44%) indica um ambiente tipicamente mediterrâneo (A. R. Pereira et al. 2000).

⁸ Calculado de acordo com o referido na nota da p. 73.

1.2. Características Geomorfológicas Gerais

A cidade do Cacém localiza-se a SE do Maciço eruptivo de Sintra, numa antiga plataforma litoral, muito dissecada pelo encaixe da rede hidrográfica devido à proximidade do nível de base geral (o mar).

O sítio onde está situada a cidade corresponde a um fundo de vale, modelado em calcários, margas e arenitos, coberto por fraca espessura de aluviões e com orientação NNW-SSE onde corre, encaixada a Ribeira das Jardas⁹ (Figura 54), que recebe na margem esquerda a Ribeira de Agualva, antigamente designada de Água Alva. O vale é dissimétrico pois o relevo que acompanha a margem direita é mais acidentado e mais alto (110-165 m de altitude) do que o da margem esquerda, mais suave e um pouco mais baixo (110-130 m de altitude).

A ribeira, apesar de modesta, constitui o principal elemento estruturante da cidade, apenas equiparado ao caminho-de-ferro. A linha de água drena uma bacia-vertente com cerca de 35 km² e tem um percurso com apenas de 18 km², mas de forte declive.

Os fundos de vale são sempre locais de forte probabilidade de risco de inundação e de acumulação de detritos provenientes do escoamento e do movimento dos materiais ao longo das vertentes (deslizamentos e desmoronamentos). O facto da expansão urbana se ter organizado e desenvolvido de forma desordenada no fundo do vale, onde corre uma ribeira com elevada torrencialidade decorrente do regime climático (forte concentração das chuvas no Inverno) e da interferência humana (estrangulamentos e colmatação artificial do canal e impermeabilização dos solos), potencia aqui os problemas de deslizamento de terrenos e de risco de inundação. De salientar que as inundações de 1986 se propagaram cerca de 80 m para E do eixo da ribeira, afectando um significativo número de habitações. Em Julho de 1986 foram realizados pela Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos estudos de reconhecimento do leito de cheia que determinaram para a área do Cacém um desenvolvimento lateral do leito de inundação entre os 30 e 60 m, área actualmente ocupada por edifícios de habitação e indústria.

⁹ Designada localmente por Ribeira das Jardas e para jusante por Ribeira de Barcarena que desagua no Rio Tejo entre Caxias e Paço de Arcos.



Figura 55 - O "Sítio" de Agualva/Cacém (extracto da Carta Militar de Portugal, Folha 430,1969).

O elevado risco de inundação da área justifica plenamente que o Plano Estratégico e o Programa Polis considerem o vale da Ribeira das Jardas como uma área de intervenção prioritária.

A relação entre os factores de ocupação humana e a fisiografia permitiram definir três unidades de paisagem e várias subunidades: Vale da Ribeira das Jardas; Margem Esquerda da Ribeira das Jardas; Margem Direita da Ribeira das Jardas.

A unidade da Margem Esquerda inclui as subunidades: Baixa do Cacém (com predomínio de comércio, muitas edificações de pouca qualidade e cuja construção varia entre o início do século e épocas mais recentes); Estação do Cacém (actual estação, linha de caminho-de-ferro e uma pequena frente urbana a oeste); Núcleo de Agualva (atravessamento da linha e a malha urbana de Agualva, com uma área mais recente a Norte e o núcleo da povoação antiga a Sul).

A Unidade da margem Direita da Ribeira das Jardas inclui as subunidades: Núcleo do Cacém (núcleo urbano com edifícios recentes e outros antigos, da antiga povoação, em elevada degradação); Quinta do Mota (sem ocupação urbana, com uma fábrica e espaço livre com matos e vegetação arbórea); Quinta da Bela Vista

(espaço verde onde já foi construído parte do Parque Urbano e onde se insere uma casa senhorial em ruínas e um edificado em altura); Alto da Boavista (área declivosa, a Sul do IC19, com carrascal denso).

1.3. Breve Resenha Histórica

O aglomerado urbano de Aqualva-Cacém¹⁰ faz parte da Área Metropolitana de Lisboa e situa-se a cerca de 10 km dos aglomerados de Lisboa e de Sintra.

Ao contrário de Portalegre, a cidade do Cacém é de fundação muito recente e não apresenta qualquer núcleo histórico significativo.

Tornou-se Freguesia apenas em 1953, desmembrando-se das freguesias vizinhas de Belas e Rio de Mouro. Passou à categoria de Vila em Setembro de 1985, tornando-se numa das recentes cidades do concelho de Sintra, em Julho de 2001.

As origens do aglomerado remontam ao Período Romano, fazendo parte da área de ocupação romana que se estendia entre o Vale do rio Tejo e a Orla Marítima, embora não fosse lugar de significativa importância, apesar do sítio oferecer algumas condições fisiográficas e recursos naturais para a fixação humana (solos calcários e aluviais, água em abundância e boa acessibilidade).

No século XIV, a ribeira de “Água Alva” que separava os domínios de Lisboa e de Sintra, com o seu abundante caudal, oferecia força motriz para movimentar elevado número de azenhas e um lagar e, água para irrigar hortas e pomares. Este recurso, aliado à produção de cereais e gados (em solos aluviais e de barro) revestiu-se de grande importância económica e social pela proximidade dos aglomerados urbanos vizinhos de Lisboa e Sintra, já grandes consumidores de produtores alimentares.

Até aos séculos XVII e XVIII os proprietários das terras eram, na maioria, as ordens religiosas (com destaque para as dos mosteiros de S. Vicente de Fora, de S. Domingos, das Donas de Chelas, de Santo Elói, de Alcobaça e de Santos-o-Novo) e alguns nobres que tinham como trabalhadores os camponeses residentes na área.

A partir do Século XVIII, a moda da procura dos “bons ares” e do “veraneio” no campo, levam a um significativo crescimento do local, construindo-se casais e quintas solarengas de férias, onde as famílias abastadas vinham descansar.

¹⁰ Que designaremos neste trabalho apenas por Cacém.

Em 1873 o Duque de Saldanha introduz o comboio a vapor (Larmanjat) entre Lisboa e Sintra, movimentado em monocarril, quinze anos mais tarde (1887), substituído pelo comboio a vapor em via normal. A construção desta infra-estrutura levou à instalação de algumas famílias de ferroviários na zona, tendo-se desenvolvido nesta época o Bairro da Estação. Em Maio do mesmo ano, com a abertura da linha de Torres Vedras à circulação, o Cacém tornou-se um importante entroncamento ferroviário. Contava nesta época 500 habitantes. Com o crescimento simultâneo do Cacém e do aglomerado vizinho de Agualva estas antigas vias de comunicação foram integradas no espaço habitacional.

No final do século XIX o povoado foi cartografado com algum destaque na "Carta dos Arredores de Lisboa"¹¹ publicada em 1893 (Figura 55), o que denota a importância da povoação decorrente da sua localização junto à antiga Estrada Lisboa-Sintra, próximo das ligações a Oeiras e a Belas e à beira do caminho-de-ferro.

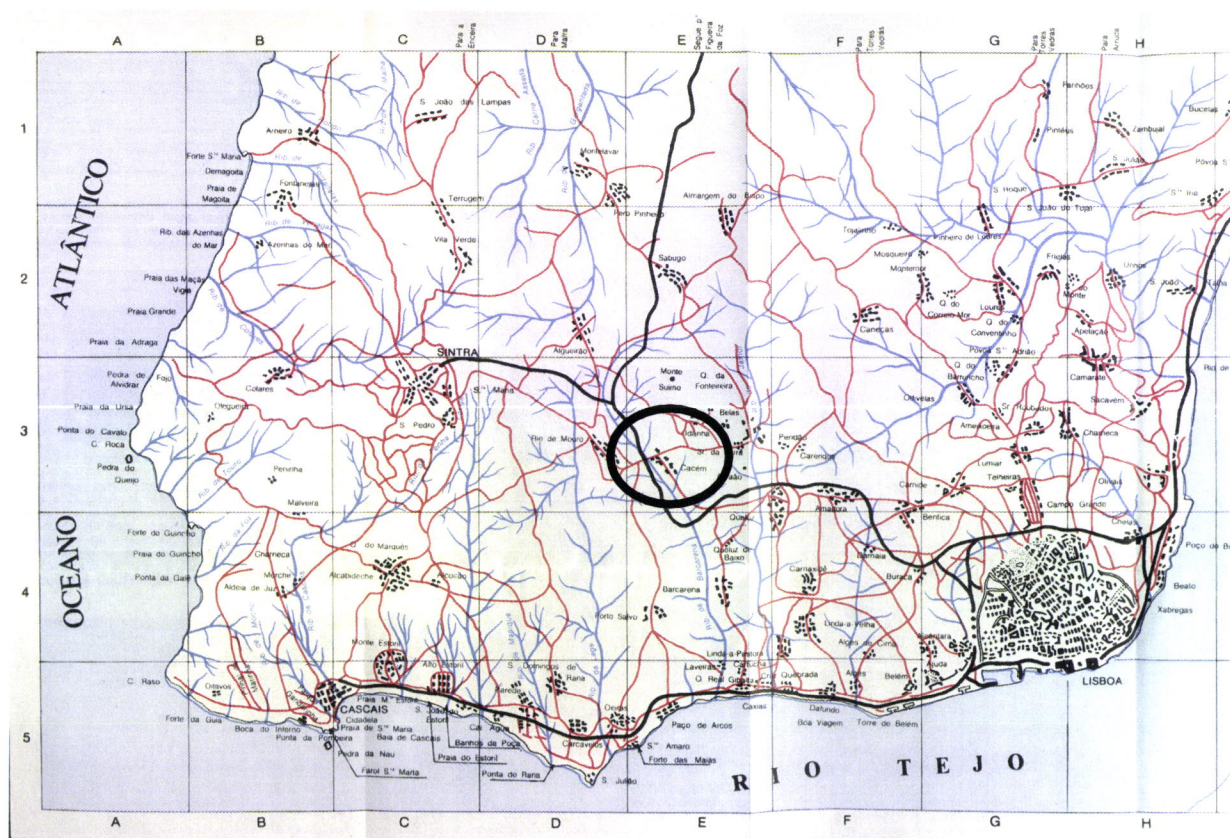


Figura 56 - 1ª Carta dos Arredores de Lisboa (adaptada de Guia de Portugal, Lisboa e Arredores, Vol. I, 1924).

¹¹ Corpo do Estado-Maior, Lisboa, 1893

O grande “boom” de crescimento verificou-se a partir de 1950, com a instalação de algumas unidades industriais, verificando-se nas duas décadas seguintes (60 e 70) um crescimento descontrolado, fruto da proximidade de Lisboa e do aumento populacional resultante da oferta de emprego. A procura de novas áreas urbanas por retornados das ex-colónias e pela migração da população vinda do interior do País provocou também um aumento de densidade e uma expansão sem a definição de uma estratégia de planeamento urbano.

1.4. Alguns Indicadores Sócio-Económicos

A área de intervenção tem actualmente 7.497 habitantes (2001), com uma população bastante jovem (66 idosos/100 jovens). A densidade populacional é muito elevada (166 hab/ha). O nível de instrução da população é relativamente baixo. A população activa está, maioritariamente, afecta ao sector terciário, existindo ainda cerca 30% da população não activa, designadamente de pensionistas e reformados.

Apresenta uma taxa de desemprego mais elevada que a média nacional (8,5%), predominando as actividades de comércio e serviços, na sua maioria de tipo tradicional, de carácter familiar e com uma área de influência reduzida.

O parque habitacional é relativamente recente, de construção sólida, de quatro ou mais pisos e predomínio de habitação plurifamiliar. Existem ainda alguns núcleos de habitações degradadas e de barracas. No que diz respeito aos equipamentos colectivos existe uma grande carência nomeadamente nas áreas da saúde, cultura, desporto e lazer.

A actual freguesia de Agualva-Cacém integra cerca de 1 100 empresas, correspondendo a uma oferta de 9 250 postos de trabalho, das quais 79% pertencem ao sector terciário, de comércio e serviços. As actividades mais representativas deste sector correspondem à restauração, comércio de retalho e grossista, o que atesta a existência de uma dinâmica comercial intrínseca.

1.5. Indicadores de Bem-estar e de Qualidade de Vida Urbana

A avaliação da qualidade de vida e bem-estar será estabelecida a partir dos indicadores¹²: Educação e aprendizagem; Trabalho e qualidade do emprego;

¹² Os mesmos indicadores utilizados na avaliação referente a Portalegre (p.99)

Qualidade de acesso à habitação; Recursos naturais e urbanização; Nível de vida e consumo; Cultura e lazer; Acesso à saúde; Convivência social, tal como estabelecido para cidade de Portalegre. De salientar que para estes indicadores não existem valores ao nível da freguesia, pelo que serão apresentados os correspondentes ao concelho de Sintra, do qual faz parte a freguesia do Cacém.

- Educação e Aprendizagem – O concelho apresenta aproveitamento escolar razoável associado a progressão satisfatória, com taxas de aproveitamento semelhantes à média do continente e abandono escolar na transição do ensino obrigatório para o secundário, relativamente baixo. De realçar que grande parte da população escolar necessita de educação especial e que a média das notas de 12º ano são razoáveis, mas a percentagem de indivíduos com ensino superior é inferior à média nacional. A situação é semelhante a toda a Área Metropolitana de Lisboa.

- Trabalho e Qualidade no Emprego – Registam-se remunerações médias mensais e qualificações profissionais relativamente altas que denunciam um forte dinamismo empresarial: a turbulência no emprego (emprego criado e destruído) foi muito significativa na década de 90 e pode ser interpretada como facilidade de mobilidade social e maiores oportunidades de ascensão profissional ou, pelo contrário, ser um sinal de precariedade no emprego, pois à turbulência empresarial estão associados altos ritmos de criação e destruição de emprego.

- Qualidade e Acesso à Habitação – Verificam-se graves problemas nas infra-estruturas básicas (recolha de resíduos sólidos, alojamentos sem esgotos e sem água canalizada). A percentagem de alojamentos sem instalações sanitárias, ou só com parte, é muito elevada. Esta situação, comum à maioria da Área Metropolitana de Lisboa, insere-se no contexto nacional das áreas com problemas derivados da ausência de reabilitação e existência de alojamentos não clássicos.

- Recursos Naturais e Urbanização – Registam-se muito altas densidades de ocupação e usos do solo urbano (densidades de alojamentos, de estabelecimentos comerciais e de densidade populacional) e níveis de poluição significativos. O número de fogos por edifício é muito elevado, confirmando os altos níveis de ocupação do solo. As dinâmicas da nova construção continuam a ser significativas e a reabilitação não tem expressão. A nível nacional esta posição é exclusiva apenas de alguns concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

- Níveis de Vida e Consumo – Verificam-se rendimentos relativamente razoáveis. Há elevada percentagem de trabalhadores por conta de outrem com remunerações e poder de compra mais altos do que a média do continente (valor médio das pensões, facilidades de acesso ao crédito hipotecário).

- Cultura e Lazer – Os recursos estão pouco presentes e têm de fazer face a um potencial de utilizadores residentes muito elevado (o número de potenciais utilizadores por equipamento físico ultrapassa o referencial do continente). A oferta de bibliotecas, museus, circuitos de manutenção, piscinas e pavilhões desportivos polivalentes, é muito reduzida. Esta freguesia não reflecte a posição do concelho de Sintra.

- Acesso à Saúde – O concelho apresenta razoável concentração de recursos. Para além dos recursos a nível do concelho existem na área de intervenção (45,5 ha) 3 lares e centros de dia, 1 farmácia, 6 consultórios/clínicas médicas de várias especialidades e 3 laboratórios de análises clínicas.

- Convivência Social – registam-se níveis altos de insegurança num contexto em que as densidades populacionais altas, são potenciadoras de sociabilidade urbana. Em termos demográficos aumenta o volume de população residente e mantêm-se os baixos níveis de dependência dos idosos. Em termos de espaço de convivialidade no trabalho, o desemprego ultrapassa os níveis médios do País. A insegurança (absoluta e relativa) atinge valores altos em crimes contra a vida em sociedade, contra o património, a paz e a humanidade e contra as pessoas. Nas infra-estruturas sociais de apoio à infância existe uma razoável utilização das estruturas existentes, face à capacidade de oferta. Nas periferias metropolitanas, como é o caso, as populações residentes mostram-se pouco empenhadas na participação e construção de projectos sociais, provocada em parte pelo desenraizamento social.

Em geral pode afirmar-se que a região apresenta níveis razoáveis de qualidade de vida e bem-estar que contrastam com alguma insegurança e má qualidade ambiental (ver Figura 45, p.103). Os níveis razoáveis de aproveitamento escolar estão associados a uma progressão escolar satisfatória para o contexto nacional. As remunerações médias mensais e as qualificações são superiores aos

valores de referência do continente e conjugam-se com um forte dinamismo empresarial, retratado pelos níveis de emprego. O nível de vida e a capacidade de consumo das populações são semelhantes aos valores do continente. Em termos de cultura e lazer a oferta é escassa e a procura está desmobilizada para o consumo. Altas densidades e dinâmicas de ocupação do solo urbano, elevados valores de poluição, consumos elevados de electricidade e altas despesas municipais na recolha de resíduos sólidos, demonstram a intensidade de uso dos recursos. A insegurança e a criminalidade são preocupantes. A fraca participação em eleições autárquicas é elucidativa da desmotivação, da fraca participação e do baixo envolvimento em projectos locais. Esta situação é comum à quase totalidade dos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. No entanto, o conhecimento da realidade sócio-cultural do Cacém parece indicar níveis de qualidade de vida e bem-estar um pouco abaixo dos revelados pelo concelho de Sintra, poderá mesmo considerar-se um território de conflito, de fractura e disfunção social que é aliás comum à periférica das grandes cidades como Lisboa e Porto.

2. O Programa Polis no Cacém

2.1. Objectivos do Programa Polis

A crescente procura de novas habitações desencadeou a divisão da propriedade e o loteamento de terrenos, realizados sem qualquer plano prévio de ordenamento. Assim, foram sucessivamente construídos edifícios de elevado rendimento, com quatro ou mais pisos e, na maioria dos casos de qualidade construtiva e arquitectónica duvidosa. Associado a este crescimento acelerado e caótico foram construídas novas vias de ligação e de acesso, na ausência de uma estratégia global de planeamento e desenvolvimento da área e envolvente. Foram surgindo novas construções e vias de circulação ignorando questões fundamentais como a topografia do terreno, existência de linhas de drenagem natural, de leitos de cheia, de necessidades de espaços públicos, de áreas verdes e de equipamentos colectivos de apoio à população. Como consequência gerou-se um quadro de insustentabilidade urbana, marcado por várias situações de rotura. O crescimento compulsivo e anárquico contribuiu para a descaracterização do núcleo urbano

inicial que tinha uma identidade paisagística e cultural própria, mas que se foi diluindo e adulterando nestes últimos anos.

O crescimento desregrado levou à ocupação e obstrução do leito de cheia da ribeira das Jardas, ao mesmo tempo que a consolidação e aumento da concentração do edificado gerou uma imagem urbana degradada e desarticulada. A ausência de estrutura urbana coerente reflecte-se na rede viária, incapaz de satisfazer a procura da população residente na área e de quem tem diariamente de atravessar a Baixa do Cacém, com destino a Lisboa. Aos problemas de circulação viária associam-se ainda limitações severas no espaço para estacionamento, o que mais agrava a já de si caótica situação.

O tráfego rodoviário constitui um dos maiores problemas da cidade, apresentando-se as principais vias de entradas e saídas permanentemente congestionadas no interior do aglomerado. Este facto resulta não só da desarticulação da rede viária local com a regional, o que gera congestionamentos de tráfego nas horas de ponta, mas também do inadequado perfil das vias, associado à falta de estacionamento ordenado e da insuficiente oferta de áreas de estacionamento no interface dos transportes públicos.

As áreas de circulação dedicadas aos peões são praticamente inexistentes e as que restam encontram-se sub-dimensionadas ou ocupadas indevidamente por viaturas, aumentando a dificuldade de acesso às áreas comerciais e de serviços.

A urbanização desenfreada e a sobreocupação do espaço, sem qualquer plano urbanístico de base, são agravadas pela falta de equipamentos sociais/colectivos, tais como áreas desportivas, escolas, espaços de recreio e lazer e de serviços de saúde primários. Esta realidade é comum às áreas suburbanas desqualificadas, onde se verificam intensos fluxos pendulares casa/trabalho/casa. No entanto, a cidade apresenta já significativo número de actividades económicas ligadas ao sector dos serviços, estabelecendo alguma vida e dinâmica próprias.

A situação urbanística actual de Agualva-Cacém será, quanto aos aspectos referidos, um caso paradigmático, com características particularmente exemplares para justificar o esforço a empreender (nomeadamente na mobilização de meios financeiros) e a urgência da intervenção do Programa Polis.

O Programa Polis para o Cacém deverá ser entendido como uma intervenção integrada de requalificação urbana, com uma forte componente de valorização ambiental, que visa melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes (Ribeira das Jardas e

Parque Urbano) e a sua interligação com o novo Parque Linear do Cacém e com a estrutura urbana existente.

As acções a desenvolver por este programa devem contribuir para a revitalização do Cacém enquanto centro urbano, reforçando a sua posição no sistema urbano metropolitano e promovendo a sua multifuncionalidade de modo a criar uma nova centralidade regional.

As intervenções previstas apresentam impactes positivos, mais significativos ao nível da estrutura do espaço urbano e da qualidade de vida das populações, resultantes de uma melhoria sócio-económica e ambiental.

Num espaço extremamente densificado como é o da área de intervenção, a aplicação dos objectivos a que a sociedade CacémPolis se propõe, implica, necessariamente, a realização de algumas expropriações. Este tipo de operações depara-se com uma grande variedade de situações sociais, algumas delas bastante complexas, acarretando um vasto conjunto de impactes sócio – económicos e psico – sociais. Um dos principais, resulta da necessidade de realojar as famílias e as actividades económicas sedeadas nas áreas a desafectar na sequência das operações.

As acções de expropriação estão previstas um pouco por toda a área de intervenção, sendo os quarteirões junto ao caminho-de-ferro, à Rua D. Maria II e no núcleo da Aqualva os mais afectados. No global, estima-se que cerca de 156 fogos e 50 estabelecimentos comerciais e de serviços venham a ser expropriados, prevendo-se o desalojamento de cerca de 350 pessoas a realojar em edifícios a construir nas parcelas da Escola Primária nº.1 e da Rua de Cabo Verde.

2.2. Intervenções do Programa Polis

Verificou-se que na última década a população residente na área de intervenção aumentou de cerca de 5.200 habitantes em 1991, para aproximadamente 7.500 habitantes, em 2001, o que significa uma taxa de crescimento na ordem dos 50%. Se não se tomar qualquer medida é previsível que esta taxa de crescimento se mantenha até se atingir a total saturação e não exista mais espaço para a construção.

De referir, a título de exemplo que, recentemente, no interior da área de intervenção foram objecto de aprovação dois loteamentos para a construção de obras novas, envolvendo um total de 682 fogos, com um acréscimo de cerca de 2.000 habitantes. As zonas de implantação destes loteamentos correspondem à

Quinta do Mota, na qual seriam implantados 622 fogos, em edifícios de 15 andares, correspondendo a uma área total de construção de 150.000 m² e a uma parcela junto à Junta de Freguesia para a implantação de 60 fogos, em edifícios de 10 andares.

O Plano Director Municipal (PDM) de Sintra definiu um conjunto de “Medidas de Política Municipal de Ordenamento” das quais se evidenciam como directamente aplicáveis à área central do Cacém as seguintes:

- A criação de infra-estruturas necessárias à melhoria global da mobilidade e acessibilidade;
- A melhoria de qualidade de vida das populações;
- A revitalização da vida comunitária;
- A ampliação da fruição da cidade e da natureza.

Área de intervenção do Programa Polis no Cacém abrange uma área de 45,5 hectares, correspondendo à área mais central do aglomerado urbano (Baixa do Cacém), como se pode observar na Figura 56.

As intervenções contempladas pretendem que a nova Baixa da cidade se converta num exemplo de requalificação urbana e ambiental tendo como principais objectivos (Figura 57):

- Requalificação do sistema ambiental criado pela Ribeira das Jardas;
- Implantação de um novo desenho urbano, com vista à melhoria das condições de vivência humana;
- Estruturação das acessibilidades do Cacém e sua compatibilização com a interface rodo-ferroviário e com o previsto transporte público alternativo – “eléctrico moderno”;
- Valorização dos espaços públicos, dignificando a imagem urbana;
- Desenvolvimento da função de centralidade do lugar pela introdução e melhoria da oferta de comércio e serviços;
- Melhoria da dotação de estacionamento, em função das características da área de intervenção.

Para atingir os objectivos definidos, os grandes eixos de intervenção do Programa Polis no Cacém são, de acordo com o Plano Estratégico, os seguintes:

- Requalificação da ribeira das Jardas e Parque Linear através do seu reperfilamento, regularização e enquadramento na malha urbana, integrando-a num novo Parque Verde. Esta acção constitui a intervenção central do Programa Polis, pretendendo-se assim, garantir o controle das cheias ocorrentes na zona e despoluir a linha de água;

- Beneficiação e extensão do Parque Urbano para Norte, de forma a criar em conjunto com o novo Parque Linear uma estrutura verde contínua. O Parque Urbano deve constituir um complemento de equilíbrio atenuando a elevada densidade do edificado e contribuindo para a qualificação da função residencial;
- Reestruturação da rede viária e criação de zonas de estacionamento decorrente dos enormes constrangimentos nos principais acessos à zona. Consistirá no reperfilamento das vias existentes, na criação de novos arruamentos, na construção de passagens desniveladas e de lugares de estacionamento, estabelecendo uma nova hierarquização do conjunto viário. Pretende-se assim garantir maior fluidez no trânsito automóvel e pedonal, com base numa nova filosofia de circulação;
- Beneficiação dos espaços públicos; consistirá na criação de áreas pedonais integradas nos Parques Verdes, construção da nova Praça do Mercado e reperfilamento da rua D. Maria II. Estas intervenções serão a base e uma nova dimensão de vivência na Baixa do Cacém, privilegiando a circulação e segurança pedonal em detrimento do tráfego automóvel;
- Criação de uma nova centralidade; constituição de uma estrutura urbana atractiva para sectores de actividade terciária (serviços, comércio, equipamentos colectivos) pouco implementados na zona;
- Regeneração e/ou Recomposição do edificado; pretende consolidar “áreas chave” necessárias à resolução dos problemas e insalubridade das edificações e/ou situações de incompatibilidade destas com a estrutura viária e o espaço público;
- Ordenamento territorial das áreas de crescimento; visa a intervenção em situações que por formarem “bolsas de espaço livre” na cidade, podem contribuir para a melhoria das acessibilidades, assim como a expansão das áreas verdes e criação de espaços públicos, enquadrando edificações equilibradas e de qualidade.




 Zona de intervenção  Linha de água

Figura 57 - Planta de Delimitação da Zona de Intervenção

3. Efeitos Esperados da Aplicação do Programa Polis no Cacém

A construção de espaços públicos de qualidade, a melhoria do desenho urbano do aglomerado, a recuperação ambiental da ribeira das Jardas associada à criação de espaços verdes infra-estruturados, a melhoria significativa das acessibilidades e do estacionamento (Figura 58), farão da Baixa do Cacém um espaço mais agradável para viver e trabalhar.

A criação de áreas comerciais nobres, como a que será construída entre a Nova Baixa e o Largo do Mercado, atrairão actividades económicas mais qualificadas e consequentemente uma maior oferta de emprego.

O Programa Polis contribuirá também para que a cidade de Aqualva-Cacém aumente a sua importância no sistema urbano da Área Metropolitana de Lisboa, adquirindo uma maior competitividade e capacidade de atrair investimento e emprego.

A melhoria significativa em termos de qualidade de vida das populações que vivem e trabalham neste aglomerado urbano compensará os prejuízos individuais que venham pontualmente a ocorrer, sendo o balanço global muito positivo.

Refere-se, ainda, que o sucesso das intervenções do Plano Estratégico no Cacém dependerá grandemente da concretização, em tempo útil, de alguns projectos sob tutela de outras entidades, nomeadamente o IC 16, Circulares Nascente e Poente (IEP e da Câmara Municipal de Sintra), o Projecto de Regularização de Cheias da Ribeira de Barcarena (INAG), descontaminação da Ribeira de Barcarena (SMAS de Sintra), modernização da Estação do Cacém e quadruplicação da linha de caminho-de-ferro (REFER).

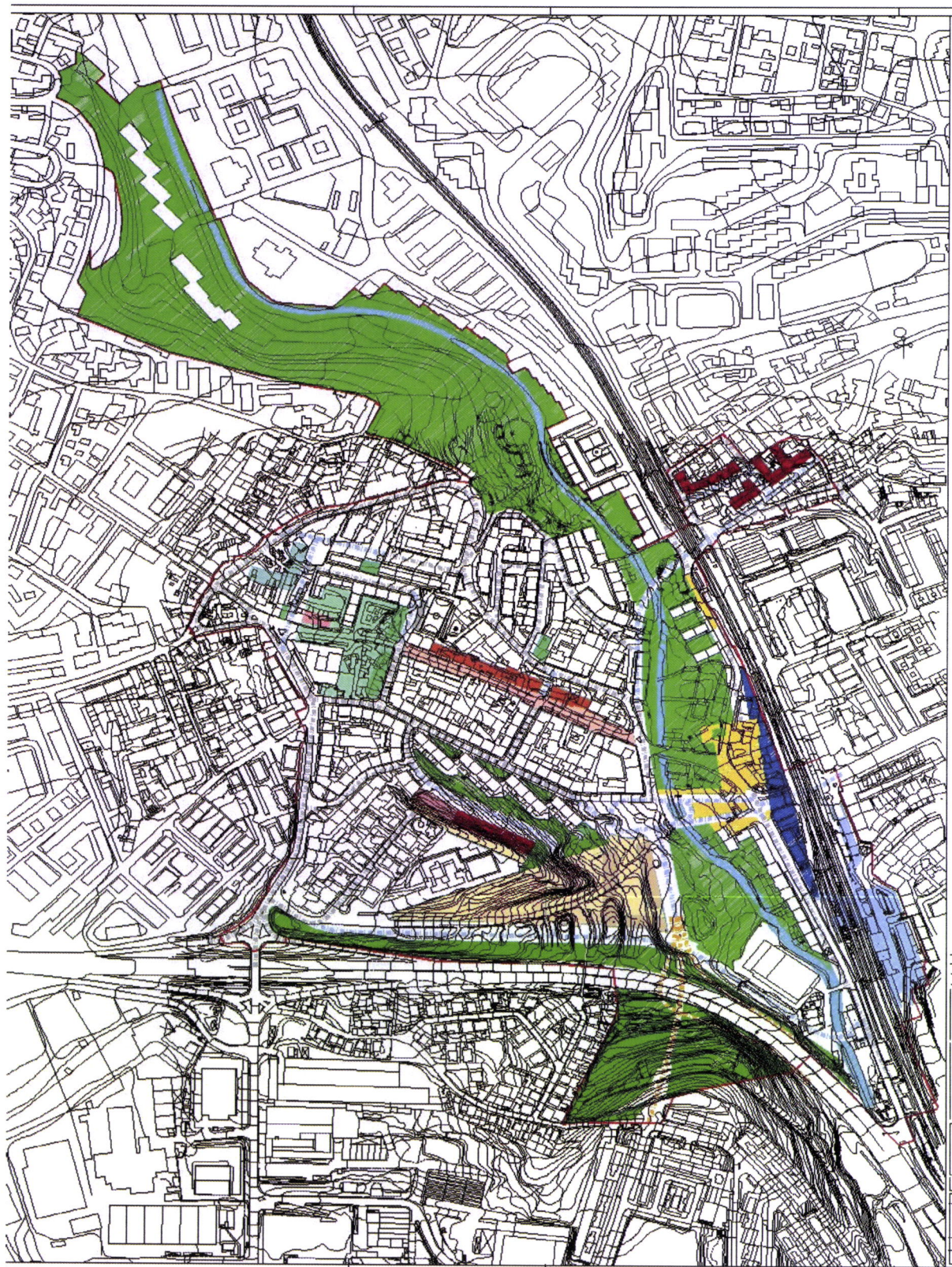


Figura 58 - Planta de Identificação dos Projectos e Obras Contemplados no Programa Polis do Cacém (Legenda na página seguinte).

Legenda da Figura 58

-  - Regularização da Ribeira das Jardas
 -  - Parque Linear da Ribeira das Jardas
 -  - Beneficiação do Parque Urbano
 -  - Zonas Verdes de Protecção e Enquadramento
 -  - Largo do Mercado (espaço público)
 -  - Praça Central da Nova Baixa
 -  - Pedonização da Rua D. Maria II
 -  - Reestruturação Viária (novos arruamentos)
 -  - Reestruturação Viária (reperfilamento e beneficiação)
 -  - Construção de Acesso ao IC19
 -  - Espaços Públicos e Parque de Estacionamento
 -  - Realojamento/Habitação
 -  - Realojamento/Equipamento
 -  - Realojamento/Uso Misto
-
-  - Nova Baixa
 -  - Remate Nascente do Largo do Mercado
 -  - Equipamento no Largo do Mercado
 -  - Área a Norte do Largo D. Maria II
 -  - Realinhamento da Rua D. Maria II
 -  - Área Junto ao Novo Túnel (Caminho de Ferro)
 -  - Diversas Áreas de Remate
 -  - Parcela da Escola Primária
 -  - Equipamento Misto /Nova Baixa
-
-  - Instalações de Apoio
 -  - Estação da C.P. e Interface Rodo-Ferroviária

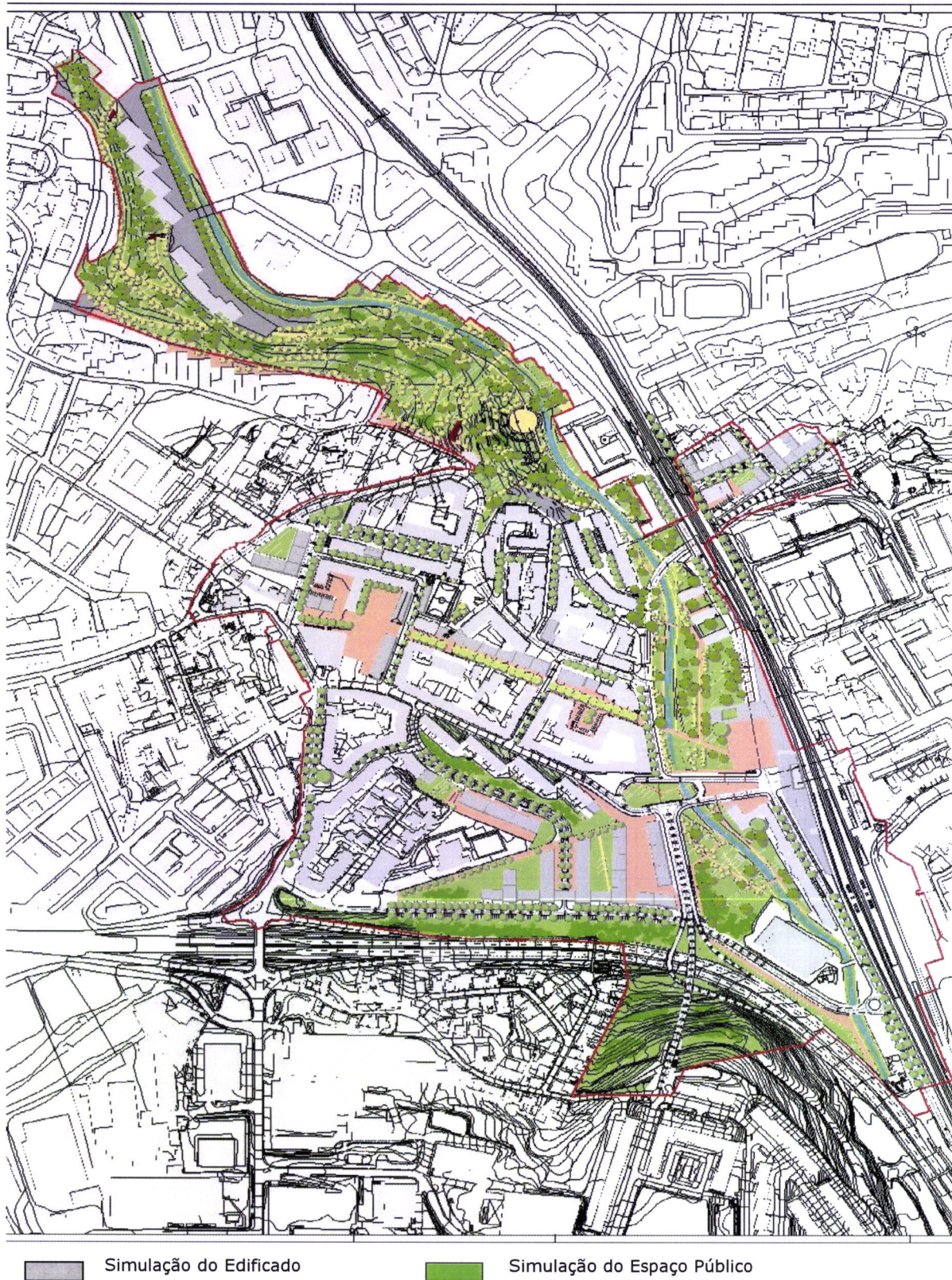


Figura 59 - Planta de Simulação da Ocupação Final

CONCLUSÕES

As cidades devem ser encaradas como centros urbanos com estruturas e capacidades de auto-organização, capazes de estabelecer redes com os espaços circundantes, sem no entanto perderem a sua identidade. Para isso devem intensificar a construção de especificidades locais ou regionais que desencadeiem novos processos de desenvolvimento.

O processo de urbanização em Portugal foi tardio e gerou fortes assimetrias territoriais. Na última metade do século XX verificou-se uma nova organização do espaço resultante do abandono das áreas rurais do interior, do qual resultou a bipolarização e a litoralização do País. Assistiu-se assim a uma elevada concentração populacional junto ao litoral e ao despovoamento e desertificação do interior.

Em termos demográficos e urbanos podem considerar-se, no País, três níveis de organização espacial: um vasto território com processos de despovoamento ou de urbanização pouco intensos; duas importantes e extensas áreas em torno de Lisboa e do Porto, com forte processo de suburbanização nos últimos anos; pequenas “ilhas”, de tamanho variável e muito dispersas, com processos e crescimento populacional mais activos. A outra escala pode juntar-se ainda o processo de “desurbanização”, resultante de ritmos de crescimento negativo no centro das cidades (centros históricos).

Nas cidades em crescimento assistiu-se a um urbanismo expansivo, em muitos casos sem qualquer plano prévio de ordenamento ou preocupação pelo bem-estar e qualidade de vida. Nos locais de partida registou-se o abandono e degradação do património construído.

Os novos modelos de desenvolvimento associados às novas acessibilidades abrandaram as tendências migratórias e criaram novas expectativas, sobretudo às cidades médias do interior que devem tornar-se mais competitivas e atractivas.

Ao longo deste trabalho a Ecologia Humana foi considerada como a ciência que procura compreender as relações entre o homem e o ambiente que o rodeia. O homem é hoje mais cidadão e o ambiente aparece também cada vez mais ligado à qualidade de vida e bem-estar urbanos.

Nesta perspectiva, as cidades devem respeitar um conjunto de prioridades (consignado na Carta das Cidades Europeias Sustentáveis), tais como: reconhecer a importância das estratégias de natureza local; encarar o desenvolvimento urbano

como um processo criativo, local e equilibrado; promover uma economia urbana para a sustentabilidade; promover padrões de uso sustentável do solo; promover uma mobilidade urbana sustentável (mobilidade ecológica); reconhecer a responsabilidade pelo clima mundial; desenvolver fontes de energia renováveis e promover a auto gestão no plano local, incentivando os cidadãos como protagonistas da sustentabilidade.

É indispensável que as cidades médias sejam no futuro espaços sustentáveis, atendendo aos objectivos a atingir em matéria de ordenamento do território e desenvolvimento económico e social. A cidade sustentável tem como prioridade o bem-estar da população a longo prazo, o que compreende a satisfação das necessidades económicas e materiais mas também as de ordem cultural, social e ambiental.

Com o intuito de melhorar a qualidade de vida nas cidades foi criado, em 1999, o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, designado por Polis. Este Programa constitui um instrumento importante para fomentar a sustentabilidade urbana, em particular a das cidades médias.

Apresentou-se neste trabalho a aplicação do Programa Polis a dois centros urbanos distintos: Portalegre, representativo de um centro urbano médio do interior; o Cacém, núcleo suburbano da Área Metropolitana de Lisboa.

Por se tratar de uma cidade média do interior, pólo de atracção regional, em posição transfronteiriça e com um importante núcleo antigo desvalorizado, o estudo privilegiou a análise da evolução urbana e socio-económica de Portalegre e da área envolvente, assim como as intervenções Polis. O Cacém, exemplo de um centro urbano caótico e desordenado, desenvolvido recentemente a partir de um pequeno núcleo rural já extinto, foi abordado apenas como caso de comparação.

A análise dos casos referidos permitiu a elaboração de uma síntese comparativa que se apresenta no Quadro:

Quadro V – Síntese Comparativa.

PORTALEGRE	CACÉM
<p>1. Importância administrativa: . Capital do Alto Alentejo; sede do Distrito e do Concelho</p>	<p>1. Importância administrativa .Freguesia do Concelho de Sintra; cidade da Área Metropolitana de Lisboa</p>
<p>2. Características gerais . Cidade do interior; disposta em encosta alta (560 m) . Clima de tonalidade atlântica (devido à altitude) . Cidade vizinha do Parque Natural da Serra de São Mamede . Cidade estruturada a partir do castelo medieval</p>	<p>2. Características gerais . Cidade do litoral; localizada em fundo de vale (110-160 m) . Clima de tonalidade atlântica (devido à latitude e proximidade do mar) . Cidade desenvolvida a partir de pequeno núcleo rural e estruturada pela Ribeira das Jardas e pelo caminho de ferro (século XIX)</p>
<p>3. Indicadores sócio-económicos: . Máximo populacional registado nos anos 50, decréscimo contínuo até 2001 . Densidade populacional baixa . Estrutura demográfica envelhecida . Movimentos pendulares fracos</p>	<p>3. Indicadores sócio-económicos: . Crescimento contínuo, acentuado a partir dos anos 50 e muito elevado nas décadas de 70 e 80, continuando em 2001 . Densidade populacional muito elevada . Estrutura demográfica jovem . Movimentos pendulares fortes</p>
<p>4. Indicadores de bem-estar e qualidade de vida urbana: . Níveis razoáveis de qualidade de vida e bem-estar: - Níveis de segurança razoáveis num contexto de densidades populacionais intermédias; aproveitamentos escolares razoáveis associados a progressão escolar satisfatória; primeiro emprego e desemprego de longa duração atinge valores um pouco superiores ao total do continente; remunerações médias dos trabalhadores e níveis de qualificação relativamente significativos para o contexto nacional; rendimentos e capacidade de consumo abaixo da média; oferta mínima insatisfatória no que respeita à cultura e lazer; infra-estruturas e recursos de saúde com algumas carências; áreas muito pressionadas pela dinâmica populacional e construtiva com tendência para aumento</p>	<p>4. Indicadores de bem-estar e qualidade de vida urbana: . Níveis baixos de qualidade de vida e bem-estar associados a alguma insegurança e má qualidade ambiental: - Níveis razoáveis de aproveitamento escolar associados a uma progressão escolar satisfatória para o contexto nacional; remunerações médias mensais e qualificações superiores aos valores de referência do continente, conjugam-se com um forte dinamismo empresarial, retratados pelos níveis de emprego; nível de vida e capacidade de consumo das populações semelhantes aos valores do continente; reduzida oferta de cultura e lazer e procura desmobilizada para o consumo; altas densidades e dinâmicas de ocupação do solo urbano, elevados valores de poluição, consumos elevados de electricidade e altas despesas municipais na recolha de resíduos sólidos, demonstram a intensidade de uso dos recursos; a insegurança e a criminalidade são preocupantes; fraca participação e baixo envolvimento em projectos locais; território de conflito, de fractura e disfunção social, comum à periferia das cidades de Lisboa e do Porto.</p>

PORTALEGRE	CACÉM
<p>5. Objectivos específicos do Programa Polis:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Área de intervenção de cerca de 70 ha . Requalificação e valorização paisagística Trânsito e parques de estacionamento . Circuitos pedonais 	<p>5. Objectivos específicos do Programa Polis:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Área de intervenção de cerca de 46 ha . Requalificação e valorização paisagística . Acessibilidades e estacionamento . Criação de uma nova centralidade . Regeneração do edificado e ordenamento territorial das áreas de crescimento
<p>6. Resultados esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Requalificação e reconversão de zonas degradadas da cidade . Requalificação e valorização de equipamentos culturais e de lazer . Atracção de quadros superiores qualificados . Promoção e dinamização turística 	<p>6. Resultados esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Requalificação do sistema ambiental criado pela ribeira das Jardas . Qualificação do desenho urbano, com vista à melhoria as condições de vivência humana . Estruturação das acessibilidades e sua compatibilização com a interface rodo-ferroviário e com o previsto transporte público alternativo – “eléctrico moderno” . Valorização dos espaços públicos, dignificando a imagem urbana . Desenvolvimento da função de centralidade do lugar pela introdução e melhoria da oferta de comércio e serviços

Após as intervenções do Programa Polis e outras acções complementares, verificar-se-á em Portalegre uma requalificação do Centro Histórico que tornará a cidade mais apelativa, com melhores condições de vivência humana, tornando-se um pólo de desenvolvimento e reforçando a sua influência regional.

O Cacém, objecto de intervenção de maior envergadura, poderá corrigir o mau urbanismo produzido nas últimas décadas, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes, criando uma nova centralidade dentro da Área Metropolitana de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- ABEL, A.B. – 1995 – “Vilas de Fundação Medieval no Alentejo – Contributo para o Estudo da Morfologia Urbana” Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Universidade de Évora (policopiado).
- ALARCÃO, J. – 1988 – “O Domínio Romano em Portugal”. Lisboa.
- ALCOFORADO, M. J. et al. – 1993 – “Domínios Bioclimáticos em Portugal definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberg (reedição) ”. Linha de Acção de Geografia Física, relatório nº3, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa. Lisboa.
- ALCOFORADO, M.J. – 1992 – “O Clima da Região de Lisboa”. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa
- ALEGRIA, F. – 1990 – “A Organização dos Transportes em Portugal, 1850-1910. As Vias e o Tráfego”. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa
- ALLARDT, Erik – 1993 – “Having, Loving, Being: An Alternative to the Swedish Model of Welfare Research” in NUSSBAUM, M. E SEN, A. (Coord), 1993. The Quality of Life. Oxford, Clarendon Press. Pp. 88-94.
- ARRAIS, F. A. – 1974 – “Diálogos”. Lello e Irmãos – Editores. Porto.
- ATLAS DO AMBIENTE, - 1998 - Comissão Nacional do Ambiente. Lisboa.
- BEAUJEU-GARNIER, J. – 1980 – “Geografia Urbana”. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa
- BENKO, G -1999 – “A ciência Regional”. Celta ed.. Oeiras
- BRITO, R.S. – 1991 – “Portugal – Perfil Geográfico”. Editorial Estampa. Lisboa
- BUCHO, D.A. – 1993 – “Portalegre Medieval: subsídios para a sua leitura urbanística”. A Cidade, Revista Cultural e Portalegre (8), (Nova Série). Portalegre
- BUCHO, D.A. – 1996 – “Portalegre e as suas Fontes”. Edição do Autor. Portalegre.
- CAMAGNI, Roberto – 1995 – “The Form for a Sustainable City”. In Urban Utopia – New Tools for the Renaissance of the City in Europe. Berlim. 15-17 Novembro 1995.
- CAMAGNI, Roberto (Ed.) – 1997 – “European Cities and Global Competition: The Economic Challenge”. 2nd Biennial of Towns and Planners in Europe on “The European Urban Challenge to Global Competition”. Roma 8-13 Setembro de 1997.

- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE – 1994 – “Plano Director Municipal de Portalegre”. Portalegre.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE – 1996 – “Plano Estratégico da Cidade de Portalegre”. Portalegre.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE – 1998 – “Plano de Estrutura Verde da Cidade de Portalegre”. Portalegre.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE – 2000 – “Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre”. Portalegre.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA – 1998 – “Plano Director Municipal de Sintra”. Sintra
- CARDOSO, J.V.J.C. – 1965 - “Os Solos de Portugal sua Classificação, Caracterização e génese 1 – A Sul do Rio Tejo”. Direcção dos Serviços Agrícolas. Lisboa
- SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS DO EXÉRCITO. Carta Militar de Portugal, Folhas nº. 359 (1967) e nº 430 (1969).. Lisboa.
- CARVALHO, L. M. – 2001 – “Políticas de Desenvolvimento em regiões desfavorecidas: o caso de Portalegre”. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. F.L.U.L., Lisboa (policopiado).
- CASTELLS, Manuel. – 1983 – “Crisis Planning and quality of life”. Environment and Planning. D. Mars (1), pp 3-21.
- CAVACO, C. – 1995 – “As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu”. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.
- CCRLVT – 1999 – “Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2000-2010”. Lisboa.
- CE – 1994 – “Cidades Europeias Sustentáveis”. Primeiro Relatório, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano. Berlim
- CONSULTORES EM AMBIENTE, Lda – 2004 – “Estudo de Incidências Ambientais na Zona de Intervenção do Programa Polis em Portalegre”. Lisboa.
- CORREIA, A.I; PEREIRA, A.R e MELO, M.A. – 1978 -- “Ecologia aplicada ao ordenamento”. Livro de Homenagem a P. Dansereau, Centro de Engenharia Biológica e Centro de Estudos Geográficos. Lisboa

- CORREIA, F. N. – 1995 – “Ambiente e Desenvolvimento na Região de Lisboa e Vale do Tejo”. Inforgeo, 9-10. APG. Lisboa.
- COSTA, E. M. – 1999 – “Cidades Médias. Contributos para a sua Definição”. Finisterra XXXVII, 74. Lisboa.
- COSTA, E. M. -1997 – “Serviços e Competitividade nas Cidades Médias em Portugal”. Inforgeo, nº 12/13:281-294. APG. Lisboa
- COSTA, E. M. -2000 – “Cidades Médias e Ordenamento do Território. O caso da Beira Interior”. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano e Local. Universidade de Lisboa. Lisboa (polic.)
- COSTA, M. J. A. – 1979 – “Forais”, in Dicionário da História de Portugal. Vol III, Iniciativas Editoriais, Lisboa.
- CURADO DA SILVA – 1996 – “Portalegre de ontem e de hoje”. Edição do Autor. Portalegre.
- DAVEAU, S. – 1995 – “Portugal Geográfico”. João Sá da Costa ed., Lisboa.
- DGOTDU – 1997 – “Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais”, vol. I e II, elab. por QUATERNAIRE – Portugal, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa
- DHVFBO-CONSULTORES, SA -2001- “Estudo de Incidências Ambientais na Zona de Intervenção do Programa Polis no Cacém”. Lisboa.
- DIAS, J. J. A. – 1992 – “Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)”. Dissertação de Doutoramento em História. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa (policopiado).
- DINIS – 1996 – “A neolitização do interior/Sul de Portugal: uma proposta alternativa”. Actas do 1º Congresso do Neolítico da Península Ibérica. Volume 2. Rubricatum 1. Museu de Gavá. Gavá.
- FEIO, M; ALMEIDA, G. – 1980 – “ A Serra de São Mamede – Estudo de Geomorfologia”. Finisterra, XV, (29). Lisboa, pp.2-23.
- FERRÃO, J. – 1997 – “Meios Inovadores em Cidades de Média Dimensão: uma utopia razoável”. Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local. Actas do encontro realizado em Évora em 23 de Novembro de 1995. Instituto das Ciências Sociais -Universidade de Lisboa. Lisboa: 31-51

- FONSECA, L. – 1990 – “População e Território. Do País à Área Metropolitana”. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa
- GALEGO, J.C.P. – 1982 – “A Comarca d'antre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-1532”. Estudos de Geografia do Mediterrâneo e das Ilhas Atlânticas. Centro de Geográficos. Lisboa
- GARRAIO, I. – 2002 – “ O centro Histórico da Cidade de Portalegre”. Região de Turismo de São Mamede. Portalegre.
- GASPAR, J. – 1987 – “Portugal os Próximos 20 Anos Ocupação e Organização do Espaço”. Volume I, Retrospectiva e tendências; Volume VI, uma Prospectiva. Fundação Calouste Gulbenkian. Colecção Temas Actuais, Lisboa.
- GASPAR, J. – 2000 – “Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal”. In BELLET, C.; LLOP, J. (ed.) – Ciudades Intermédias. Urbanización y Sostenibilidad. Ed. Milenio, Lleida: 125-140.
- GASPAR, J. -1993 – “ As Regiões Portuguesas”. Ministério do Planeamento e Administração do Território, Lisboa.
- GOMES, L. – 1937 – “ Nótulas Históricas sobre o Alto Alentejo. As Antigas Fortificações de Portalegre e o Primeiro Cerco sofrido”. Brados do Alentejo. Estremoz.
- GRAYSON, Lesley ; YOUNG, Ken. – 1994 – “Quality of Life in Cities.An Overview and Guide to the Literature”. Londres. London Research Center.
- GUERRA, – 1996 – “Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha” . A Cidade. Revista Cultural de Portalegre. (11), Portalegre. pp 7-33.
- INE – 1998 - “Inventário Municipal da Região Alentejo”. Lisboa
- INE – 2000 – “Anuário Estatístico da Região do Alentejo”. Lisboa.
- INE – 2002 – “CENSOS 2001 – Região Alentejo, Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – 2003 – “Atlas das Cidades de Portugal”. Lisboa
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA – 1991 – “ O Clima de Portugal. Normais Climatológicas da região de Alentejo e Algarve correspondentes a 1951-1980”. Fascículo XLIX, volume 4- 4ª Região, Lisboa.

- INSTITUTO NACIONAL DO AMBIENTE – 1987 – “Declaração do Ambiente”. Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente. Estocolmo, 1972. Lisboa.
- LAMAS, J.M.R.G. – 1989 – “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica Tecnológica. Lisboa
- LOBO, I. S. 1995 – “As Cidades Médias e o Ordenamento do Território”. MPAT – CCRC. Coimbra
- LOURENÇO, A.C.- 1996 – “Portalegre – Dos poderes e dos espaços no processo de formação e estruturação urbana entre os séculos XIII e finais de XVI”. Trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Desenho Urbano. ISCTE. Lisboa (não publicado).
- MINISTERIO DO AMBIENTE -1999 – “Programa Polis. Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades”. MA,<http://www.dga.min-amb.pt/polis/5/5.htm>
- MAGALHÃES, R. – 1995 – “ Prosiurb: Um Novo Instrumento de Política Urbana”, in Seminário Cidades Médias e o Ordenamento do Território. CCRC: 19-27. Coimbra
- MALATO BELIZ – 1981 – “Dados sobre a Flora e Vegetação da Serra de São Mamede”. In Estudos Básicos de Implantação do Parque Natural do Alentejo (Serra de São Mamede) “. Relatório do sector “Parque Natural” Universidade de Évora. Évora (policopiado).
- MASCARENHAS, T; SOUSA. – 2000 – “Aqualva/Cacém e a sua História”. Edições Golfinho. Junta de Freguesia de Aqualva.
- MATAGNE, P. – 2002 – “Comprendre L’Écologie et son Histoire ». Delachaux et Niestlé ed, Paris.
- MATOS, A. M. C. -1997 – “Ciência Tecnologia e desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista – O caso dos lanifícios do Alentejo”. Dissertação de Doutoramento em História. Universidade de Évora. Évora (policopiado).
- MEPAT – 1998 – “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006”. Visão Prospectiva, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Lisboa
- MOREIRA, R. – 1995 – “História da Arte Portuguesa”. Circulo de Leitores. Lisboa
- MORIN, Edgar – 1984 – “ Pour sortir du XXem Siécle ». Paris, Le Seuil.

- NAZARETH, J. M. -1993 – “Demografia e Ecologia Humana”. *Análise Social*, XXVIII, Lisboa.
- ODUM, E. P. -1997 – “Fundamentos de Ecologia”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- OLIVEIRA, J. – 1995 – “Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever”. 3 Volumes (policopiados). Universidade de Évora. Évora.
- PEREIRA, A. R. e tal. – 2000 – “Contrastes Espaciais Concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal Continental”. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, DILIF -1.
- PINA, R. – 1945 – “Crónica de D.Dinis” Livraria Civilização. Porto
- PINHO, P. – 1995 – “A propósito da qualidade do ambiente urbano: contributos para a crítica do Livro Verde da União Europeia”. *Inforgo*, 9-10. APG. Lisboa.
- PORTAS, N. – 1982 – “A Solução das áreas Metropolitanas em Portugal”. *Cadernos Municipais*. Lisboa
- PROENÇA, Raul. – 1924 – “Lisboa e Arredores”. *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- PROENÇA, Raul. – 1927 – “Estremadura, Alentejo e Algarve”. *Guia de Portugal*, vol. II, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- RAU, V. – 1943 – “Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas”. Lisboa
- RIBEIRO, O. – 1961 – “Geografia e Civilização”. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa
- RIBEIRO, O. – 1969 – “Proémio Metodológico ao Estudo das Pequenas Cidades Portuguesas”. *Finisterra* IV-7. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa
- RIBEIRO, O; LAUTENSACH; DAVEAU. – 1988 – “Geografia de Portugal II. O Ritmo Climático e a Paisagem”. Edições João Sá da Costa. Lisboa.
- RODRIGUES, J; PEREIRA, P. – 1988 – “Portalegre”. *Cidades e Vilas de Portugal*. Presença Ed., Lisboa
- ROSSA, – 1995 – “A Cidade Portuguesa”. *História da Arte Portuguesa*, Vol. III. Círculo de Leitores, Lisboa: 223.

- S.A.A. – 1959 – “As grandes Vias da Lusitânea”, Lisboa.
- SÁ MARQUES, T. – 1999 - “Um Território em Mudança: Padrões Territoriais, Tipologia Urbana e Dinâmicas”. Inforgeo, 14. APG. Lisboa.
- SÁ MARQUES, T. – 2002 - “Uma Nota sobre as Políticas das Cidades em Portugal nos Anos Noventa”. Inforgeo, 14. APG. Lisboa.
- SÁ MARQUES, T. – 2004 – “Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais”. Edições Afrontamento. Porto
- SALGUEIRO, T. B. – 1992 – “A cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana”. Edições Afrontamento, Porto.
- SERRÃO, J.V. – 1980 – “História de Portugal”, Vol.V, Editorial Verbo. Lisboa
- SILVA, F. – “1995 – “Dicionário da Língua Portuguesa”. Domingos Barreira ed. 4ª ed. Porto.
- SILVA, M. – 1984 – “Retorno, emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal”. IED. Lisboa
- SOTTO MAYOR, D. P. – 1984 – “Tratado da Cidade de Portalegre.” Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins. Lisboa, INCM/CMP.
- TAVARES, M. J. F. – 1989 – “Judeus e Cristãos Novos no Distrito de Portalegre”. A Cidade, Revista Cultural de Portalegre (3), Nova Série. Portalegre.
- VENTURA, A. – 1981 – “As obscuras origens”. A Cidade. Revista Cultural de Portalegre (9), Portalegre.
- VENTURA, A. – 1999 – “ Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca e Portalegre (1801) ”. A Cidade, Revista Cultural de Portalegre (8) Nova Série. Portalegre.
- VENTURA, J. E. – 1996 – “Aspectos da distribuição espacial das Chuvas no Sul de Portugal”. Área de Geografia Física e Ambiente, relatório nº 36. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.
- VIANA, M. – 1991 – “Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304”. A Cidade, Revista Cultural de Portalegre (6) Nova Série. Portalegre.

- VIEIRA, P.F; RIBEIRO, M.A. (orgs.) – 1999 – “Ecologia Humana Ética e Educação”.
Editorial Palloti/APED. Brasil

Referências da Internet

- <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21text.htm>
- <http://www.dgotdu.pt/>
- <http://www.dran-a.pt/>
- <http://www.icn.pt/>
- <http://www.meteo.pt/>
- <http://www.inag.pt/>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.lpn.pt/>
- <http://www.ippar.pt/>
- <http://www.icn.pt/areasp.html>
- <http://www.diramb.gov.pt/>
- <http://www.dga.min-amb.pt/>